



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**THAIZE SANTOS OLIVEIRA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EMPRESARIAL:  
DISCURSO CORPORATIVO DA VALE E RISCO (BARRAGEM  
DE BRUMADINHO)**

Salvador  
2021

**THAIZE SANTOS OLIVEIRA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EMPRESARIAL:  
DISCURSO CORPORATIVO DA VALE E RISCO (BARRAGEM  
DE BRUMADINHO)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração - NPGA, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração

Orientadora: Maria Elisabete Pereira dos Santos

Salvador  
2021

Escola de Administração - UFBA

O48 Oliveira, Thaize Santos.

Desenvolvimento sustentável empresarial: discurso corporativo da Vale e risco (Barragem de Brumadinho) / Thaize Santos Oliveira. – 2021.

104 f. : il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Elisabete Pereira dos Santos.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2021.

1. Companhia Vale do Rio Doce – Análise do discurso.
  2. Desenvolvimento sustentável. 2. Análise crítica do discurso.
  3. Responsabilidade social da empresa. 4. Avaliação de riscos.
- I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 363.7

**THAIZE SANTOS OLIVEIRA**

**DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EMPRESARIAL: DISCURSO  
CORPORATIVO DA VALE E RISCO (BARRAGEM DE BRUMADINHO)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em  
Administração pela Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia –  
UFBA

Salvador, 26 de novembro

---

Prof<sup>a</sup>. Dra Maria Elisabete Pereira dos Santos  
Doutora em Ciências Sociais Pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil  
Professora permanente da Universidade Federal da Bahia, Brasil

---

Prof<sup>a</sup>. Dra Andrea Cardoso Ventura  
Doutora em Administração Pela Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Professora permanente da Universidade Federal da Bahia, Brasil

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Renata Alvarez Rossi  
Doutora em Administração Pela Universidade Federal da Bahia, Brasil  
Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia, Brasil

---

Prof. Dr. Lucas Santos Cerqueira  
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador, Brasil  
Professora adjunto da Universidade Fede

*Às vítimas da Vale e seus familiares*

## AGRADECIMENTOS

A Marcelo, por toda a cumplicidade, generosidade, madrugadas e finais de semana de estudo.

À minha família, Tereza, Roberto e Tharcila, pelo amor incondicional.

À Elisete por tornar meus dias mais leves e melhores.

À Rosemary que esteve sempre presente.

À minha orientadora que acreditou que a parceria iria dar certo e confiou no trabalho que estávamos construindo.

À Daiane, Monalisa e Maria José pela amizade.

À Anaélia pela assertividade.

À Dona Zélia pelas orações.

Aos vizinhos e colegas Francine, Robson, Alana e Clarinha; que estiveram sempre presentes em uma grande rede de apoio.

## RESUMO

Esta dissertação se propõe a explicitar o modo como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou o risco de rompimento da barragem de rejeitos de minério em Brumadinho. O trabalho se fundamenta na literatura sobre desenvolvimento sustentável relativo ao setor de mineração, faz uma reflexão crítica sobre os seus impactos sociais e ambientais da referida atividade, identifica e contextualiza as estratégias de desenvolvimento sustentável da empresa, problematiza os conflitos socioambientais existentes em consequência da exploração mineral, identifica interesses e motivações e faz um comparativo entre o discurso da empresa com o da comunidade envolvida e atingida (direta e indiretamente) pelo rompimento da barragem. O trabalho considera que a atividade de mineração, um dos principais itens de exportação da economia nacional, ao produzir riqueza gera conflitos sociais e ambientais, promove a escassez dos recursos naturais e expõe a sociedade a fatores de risco. A dissertação partiu da compreensão de que o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) passou por um processo de institucionalização que se caracterizou sobretudo pela criação de consensos entre práticas, interesses e visões distintas de desenvolvimento econômico e de meio ambiente. Esta pesquisa adotou o discurso não só como método de análise, mas também como escolha teórica. Assim, o discurso permeou cada etapa do processo do desenho metodológico, desde a revisão sistemática, até o confronto entre práticas e discursos de DS da Vale S.A. – foi objeto de análise não só o discurso empresarial, mas também o dos diversos atores que se relacionaram com a empresa. A metodologia de pesquisa utilizada foi Análise Crítica do Discurso (ACD) e os principais temas de pesquisa foram a institucionalização do conceito de sustentabilidade (NOBRE, 2002), sociedade de risco (BECK, 2020) e linguagem e poder (FAIRCLOUGH 1989). Constatou-se que a Vale se utiliza do conceito desenvolvimento sustentável para legitimar a geração de riqueza, ocultar os riscos sociais e ambientais advindos de sua operação. Além disso, a companhia influencia uma teia de atores, em função de seus interesses por meio de elementos simbólicos e político administrativos, para agregar recursos ao seu discurso.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Análise Crítica do Discurso. Risco.

## ABSTRACT

This dissertation intends to elucidate the way how Vale S.A.'s sustainable development discourse hid or shrunk the menace of breaking the ore tailing's dam in Brumadinho. This work is founded on the literature on sustainable development as regards to the mining sector, does a critical reflection on its social and environmental impacts of the business, identifies and contextualizes the company's sustainable development strategies, problematization of existing socio-environmental quarrels as a product of mining exploitation, recognizing interests and inspirations and differentiating the firm's discourse from the community tangled and affected (directly and indirectly) by the dam collapse. The work ponders that the mining business, one of the main export commodities of the national economy, when producing, generates social and environmental disputes, promotes the shortage of natural resources and uncovers society to risk factors. It turns out that Vale works with the notion of sustainable development to legitimize the creation of wealth and conceal the social and environmental risks emerging from its activity. The dissertation begins from the comprehension that the notion of Sustainable Development (SD) went through an institutionalization process that characterized mainly for the making of agreement between practices, interests and distinct visions of economic development and the environment. This investigation embraces discourse not only as a method of analysis, but also as a theoretical choice. In consequence, the discourse will penetrate each fase of the methodological design process, from a systematic revision, to the comparison between SD practices and discourses at Vale SA - not only the business discourse, but also the discourse of the various participants who are connected to the firm. The research methodology used was Critical Discourse Analysis (CDA) and the main sources of research were the institutionalization of the concept of sustainability (NOBRE, 2002), risk society (BECK, 2020), and language and power (FAIRCLOUGH, 1989). It was found that Vale utilizes the notion of sustainable development to legitimize the generation of wealth, hiding the social and environmental risks that comes from its operation. Furthermore, the firm influences a network of actors, depending on their interests, through symbolic and political administrative elements, to add resources to their discourse.

Keywords: Sustainable Development. Critical Discourse Analysis. Risk.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Desenho Metodológico.....	36
Figura 2	Delimitação Geográfica.....	49
Figura 3	Mecanismos de Diálogo da Vale entre 2015 e 2016.....	52
Figura 4	A Vale faz parte da sua vida – Relatório de Sustentabilidade 2015.....	76
Figura 5	A Vale faz parte da sua vida – Relatório de Sustentabilidade 2016.....	77

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Detalhamento do Desenho Metodológico.....	37
Quadro 2	Relação dos entrevistados.....	39
Quadro 3	Pilares Estratégicos da Vale entre 2015 e 2018.....	54

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	Maiores Arrecadadores de CFEM no Estado de Minas Gerais.....	43
Tabela 2	Maiores Arrecadadores de CFEM por Substância em Brumadinho.....	44
Tabela 3	Comparação dos Mecanismos de Diálogo da Vale entre 2015 e 2016..	52

## LISTA DE SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
ANA	Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
ANM	Agência Nacional de Mineração
APA	Área de Proteção Ambiental Estadual
APP	Área de Preservação Permanente
CEIA	Centro de Educação Ambiental.
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CETEM/MCTI	Centro de Tecnologia Mineral
COPAM	Conselho Estadual de Políticas Ambientais
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DS	Desenvolvimento Sustentável
EMICON	Empresa de Mineração e Terraplanagem
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
GEF	<i>Global Environmental Facility</i> )
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
ICOLD	<i>International Commission Large Dams</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature and Natural Resources</i>
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragem
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PNSB	Política Nacional de Segurança de Barragem
SEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SNISB	Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens
SUPRAM	Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SUPPRI	Superintendência de Projetos Prioritários
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCM	Companhia de Mineração Tocantins S.A.
TKS	ThyssenKrupp Stahl AG
Unep	Programa Ambiental das Nações Unidas
WCS	<i>Word Consevation Strategy</i>

## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.</b>	<b>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MINERAÇÃO - RISCO E INDÚSTRIA MINERAL.....</b>	<b>19</b>
2.1	UMA EXEGESE DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE – A DIMENSÃO POLITICA DO CONCEITO.....	19
2.2	O RISCO COMO UMA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PRODUTORA DE MERCADORIAS.....	24
2.3	RISCO E INDÚSTRIA MINERAL.....	27
<b>3.</b>	<b>DISCURSO E RELAÇÃO DE PODER.....</b>	<b>32</b>
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>35</b>
<b>5.</b>	<b>EXPLORAÇÃO MINERAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM BRUMADINHO – MG .....</b>	<b>41</b>
5.1	CARACTERIZAÇÃO DE BRUMADINHO – MG.....	42
5.2	CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM BRUMADINHO-MG.....	45
<b>6.</b>	<b>O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA VALE S.A - INTERESSES, MOTIVAÇÕES, PRÁTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS.....</b>	<b>49</b>
6.1	AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA VALE.....	49
6.1.1	<b>Canais de comunicação.....</b>	<b>50</b>
6.1.2	<b>Pilares estratégicos.....</b>	<b>54</b>
6.1.3	<b>Materialidade.....</b>	<b>56</b>
6.2	O DISCURSO DA VALE COMO ESTRATÉGIA DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”.....	58
6.2.1	<b>Dimensão Econômica da Sustentabilidade.....</b>	<b>59</b>
6.2.2	<b>Dimensão Ambiental da Sustentabilidade.....</b>	<b>69</b>
6.2.3	<b>Dimensão Social da Sustentabilidade.....</b>	<b>75</b>
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>85</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>91</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O atual modelo de crescimento econômico gera conflitos sociais e ambientais dando pouca importância à escassez dos recursos naturais e ao desenvolvimento social. Acompanhado pelo avanço da ciência e da tecnologia, esse crescimento acabou por gerar maior exposição da sociedade a fatores de risco.

Não raramente, são noticiados casos em que grandes empresas, com alto impacto de seu processo produtivo, são acusadas de explorar o meio ambiente, fazer uso de trabalho análogo a escravidão, ameaçar a saúde e a vida de seus funcionários e dos que vivem em seu entorno - ações cujas consequências nem sempre são claramente dimensionadas. O uso do poder do capital e do discurso, de maneira a proteger a própria imagem dessas denúncias, também é uma prática recorrente dessas organizações.

Dentre as atividades que mais causam impactos econômicos e ambientais negativos está a indústria extrativa mineral, cujas consequências envolvem as diversas fases de exploração dos minérios (lavra, transporte e beneficiamento) e podem, inclusive, se estender além do encerramento das operações (ARAÚJO, OLIVIERI e FERNANDES, 2014).

O Brasil exportou em 2019 mais de 358,7 milhões de toneladas de minério, cerca de 14,5% das exportações totais nacional. As exportações do setor mineral neste mesmo ano subiram 8,4% em relação ao ano de 2018 (INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO - IBRAM, 2019). Minas Gerais é o maior estado minerador do país, com atividade de mineração em mais de 250 municípios e mais de 300 minas em operação – o estado possui 40 das 100 maiores minas do Brasil. Além disso, dos dez maiores municípios mineradores, sete estão em Minas (IBRAM, 2014).

Segundo Vevloet (2016), é possível observar na região do Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, instalações de complexos de exploração mineral que provocam profundas transformações na paisagem, tais como supressão de habitats da fauna e de florestas, poluição de sistemas hídricos, fragmentação de ecossistemas, perda de biodiversidade e geodiversidade, que se constituem como perda irreversível de patrimônio natural, ecológico e paisagístico. A exploração mineral promove modificações e impactos tanto socioespaciais como físico-ambientais e é extremamente complexa em seus desdobramentos em razão das transformações socioambientais, espaciais, econômicas, culturais e políticas (WANDERLEY, 2012).

Araújo, Oliveira e Fernandes (2014), no levantamento realizado pelo Centro de Tecnologia Mineral, CETEM/MCTI, relacionaram uma série de impactos de ordem socioeconômica e ambiental provocados pela exploração mineral. Quanto aos impactos socioeconômicos, eles destacaram a proliferação de doenças, problemas trabalhistas, questões fundiárias, crescimento desordenado de municípios, inchaço populacional, aumento da violência, baixo nível de desenvolvimento econômico e social para os moradores, aumento da prostituição, empobrecimento da população e trabalho infantil.

Já em relação aos impactos ambientais dessa atividade, estavam principalmente a poluição da água, prejuízos ao ecossistema local, assoreamento de rios, poluição do ar, disposição inadequada de rejeitos e escórias, desmatamento, poluição do solo, poluição do lençol freático, impactos na paisagem, bem como extinção de espécies vegetais e/ou animais. Neste ínterim, registra-se a atuação ilegal em áreas de preservação ambiental, extração ilegal de madeira nativa, rompimento de barragens, além de minas abandonadas e descarte inapropriado de rejeitos (ARAÚJO, OLIVEIRA e FERNANDES, 2014).

Ainda de acordo com Araújo, Oliveira e Fernandes (2014), apesar de gerar riqueza e crescimento econômico, a mineração altera substancialmente o meio físico, provocando desmatamentos, erosão, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão dos metais pesados, alteração da paisagem, do solo, além de comprometer a fauna e a flora. Afeta também o modo de viver, e a qualidade de vida das populações estabelecidas na área minerada e no seu entorno. Além de potencializar a degradação ambiental e social, a extração mineral amplia a miséria e a desigualdade, cujos benefícios para sociedade são insuficientes para melhoraria das condições de vida dela. Apesar disso, há quem defenda que a mineração dinamiza a economia local e representa a redenção da pobreza e do subdesenvolvimento (WANDERLEY, 2012).

A Vale é uma das maiores companhias mineradoras do mundo: uma organização privada de capital aberto que atua em 27 países e negocia ações no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo, Nova York, Paris e Madri; possui cerca de 220 mil acionistas e tem capitalização de mercado de aproximadamente US\$ 71 bilhões. É a maior produtora mundial de níquel, minérios de ferro e pelotas e também produz minério de manganês, ferroligas, carvão térmico e metalúrgico, cobre, subprodutos de metais do grupo de platina, ouro, prata e cobalto (VALE, 2020).

Apesar de publicar anualmente relatórios de sustentabilidade, a contradição entre o discurso e a prática da companhia se manifesta de várias formas. Malgrado ostente a pretensa missão de ser a empresa referência em criação de valor de longo prazo com paixão pelas pessoas e pelo planeta, cujo principal “valor” é “a vida em primeiro lugar” (VALE, 2020), em 2012 a

companhia recebeu o título de pior empresa do mundo pelo “*Public Eye People’s*”, cujo resultado foi divulgado no Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. Reitere-se que a Vale ficou à frente, inclusive, da empresa japonesa de energia Tepco, operadora das usinas de Fukushima (EXAME, 2012), envolvida em acidentes nucleares.

Nos anos de 2012 e 2015, a Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale - uma rede de entidades formada por sindicatos, organizações não governamentais, movimentos de quilombolas, ambientalistas e movimentos populares - publicou o Relatório de Insustentabilidade da Vale, com o objetivo de mostrar o outro lado da história, que segundo o movimento é ocultada. Este documento apresenta um contradiscurso em relação ao que consta no relatório de sustentabilidade da empresa. Nesta senda, são denunciadas mortes de trabalhadores, acidentes de trabalho, pressões às comunidades tradicionais, poluição da água e remoção de assentamentos. Diante da evidência da contradição estrutural entre o aumento da lucratividade da empresa, expressa em suas publicações, face à intensificação dos impactos sociais e ambientais nos territórios explorados, levanta a seguinte questão: “quanto vale o risco?”

Em novembro de 2015, ocorreu em Mariana - MG o rompimento da barragem de Fundão - controlada pela Vale e pela BHP Billiton. Como consequência, mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minérios inundaram Bento Rodrigues, subdistrito do município, matando 19 pessoas. O desastre ambiental não se restringiu a Minas Gerais, abrangendo também o estado do Espírito Santo.

Menos de um mês após a tragédia do rompimento, em 25 de novembro de 2015, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o projeto de Lei nº 2.946/15, que havia sido proposto pelo Executivo que flexibilizava o licenciamento ambiental (LASCHEFSKI, 2020; ESPINDOLA e GUIMARÃES, 2019). Dessa forma, em 22 de janeiro de 2016 foi publicada a Lei nº 21.972 que dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA) e que, dentre outras providências, cria a Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI), responsável por flexibilizar o processo do licenciamento ambiental, (LASCHEFSKI, 2020) legislação que incidiu à barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que viria a se romper em janeiro de 2019 e liberar mais de 12 milhões de rejeitos, matando 263 pessoas e deixando 7 desaparecidas.

É neste cenário de conflito entre economia e ambiente que circunscrevemos nosso objeto de estudo. Esta dissertação tem por objetivo explicitar o modo como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou o risco de rompimento da barragem em Brumadinho. Para tanto, discutiremos a literatura sobre desenvolvimento sustentável,

particularmente referida ao setor de mineração, relacionando-a criticamente com os seus impactos sociais e ambientais; identificaremos e contextualizaremos as estratégias de desenvolvimento sustentável da empresa, de forma a problematizar os conflitos socioambientais decorrentes da exploração mineral; analisaremos o discurso da empresa como estratégia de desenvolvimento sustentável, considerando as dimensões econômicas, sociais e ambientais, bem como os reais interesses e motivações da organização; e faremos um comparativo entre o discurso da empresa com o da comunidade envolvida e atingida (direta e indiretamente) pelo rompimento da barragem.

Esta pesquisa se fundamenta na compreensão de que o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) passou por um processo de institucionalização que gerou consensos entre ação e visões antagônicas de desenvolvimento econômico e meio ambiente. Este conceito, que nasce propositadamente vago e impreciso, permite a agregação e engajamento de diferentes atores na disputa política desse campo, cujos parâmetros são dados por posições hegemônicas, que serve, estrategicamente, ao funcionamento da engrenagem econômica voltada a acumulação (NOBRE, 2002).

Este trabalho se estrutura a partir da seguinte questão de pesquisa: como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou o risco de rompimento da barragem em Brumadinho? Partimos da hipótese de que a adoção do discurso de DS escamoteia impactos sociais e ambientais negativos e ampliam o risco para a sociedade. Os conceitos estruturantes desse trabalho são sustentabilidade, risco social e ambiental, bem como análise crítica do discurso. As principais referências teóricas utilizadas são a institucionalização do conceito de sustentabilidade (NOBRE, 2002), sociedade de risco (BECK, 2010) e linguagem e poder (FAIRCLOUGH, 1989).

Esta pesquisa adota o discurso não só como escolha teórica, mas também como método de análise, que será desenvolvido através do exame de documentos oficiais no que diz respeito ao setor industrial e estatal, bem como dos materiais produzidos pela sociedade civil. Serão utilizadas também, de forma complementar, entrevistas semiestruturadas com representantes de Organizações não Governamentais (ONGs) que atuam junto aos atingidos pela mineração na região de Brumadinho, para realização de análise socioprática do discurso.

Pretende-se, por meio deste estudo, fornecer subsídios para uma análise da realidade social envolvendo a relação entre risco e DS empresarial, de forma a possibilitar interpretação de fenômenos corporativos com a utilização teórica e analítica da análise crítica do discurso. Destarte, pretende-se contribuir para os estudos da administração, trazendo um olhar mais amplo no sentido de, não apenas considerar as estratégias e práticas das corporações, mas

também o seu impacto social e ambiental e as percepções das populações impactadas por suas ações.

O presente trabalho está estruturado em cinco seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção, intitulada “Desenvolvimento Sustentável e Mineração – risco e indústria mineral” apresenta a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, a partir do embate entre economistas e ambientalistas, pautado por pressões políticas e econômicas internacionais; aborda o conceito de risco como resultado do processo de modernização e do progresso industrial; e o relaciona com o setor mineral, no que diz respeito à estrutura de barragens de rejeito.

“Discurso e Relação de Poder” apresenta, na segunda seção, a discussão teórica sobre a constituição da realidade e o fornecimento de significado nas relações sociais através da tradição anglo-saxã da Análise Crítica do Discurso (ACD). Relaciona o discurso com a dinâmica da prática social e insere a análise interdiscursiva na articulação de diferentes textos. Já na seção seguinte, a ACD é apresentada como opção metodológica que direciona o estudo de abordagem qualitativa.

A seção “Exploração Mineral e Conflitos Socioambientais em Brumadinho-MG” discute os choques de interesse entre a preservação do meio ambiente e o controle dos recursos naturais. Além disso, problematiza os conflitos socioambientais existentes em decorrência da exploração mineral na cidade de Brumadinho. Por fim, na seção “Discurso de Desenvolvimento Sustentável da Vale S.A – interesses, motivações, práticas e impactos socioambientais” discute as estratégias discursivas de sustentabilidade da Vale, e a apropriação do conceito de Desenvolvimento Sustentável por meio da análise da distribuição dos canais de comunicação da empresa, do escopo dos seus relatórios organizacionais e da interdiscursividade entre o discurso da Vale e o da sociedade civil organizada.

## 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MINERAÇÃO - RISCO E INDÚSTRIA MINERAL

Discutiremos neste item a construção do conceito de desenvolvimento sustentável, ideia que adquire significado particular no embate entre economia e ambiente a partir da década de 1980, sendo sua constituição pautada por pressões políticas e econômicas internacionais, além de fortemente influenciada pelo chamado *desenvolvimentismo*. Em seguida, abordaremos os conceitos de risco relacionado à produção social de riqueza, ao processo de modernização, fruto do progresso industrial, bem como a globalidade do seu alcance e ameaça a vida no planeta. Por fim, trataremos das questões de risco relacionado à exploração e impactos das atividades do setor mineral, principalmente no que diz respeito à estrutura de barragens de rejeito, que modifica o meio ambiente e gera risco socioambiental.

### 2.1 UMA EXEGESE DO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE – A DIMENSÃO POLÍTICA DO CONCEITO

A literatura sobre os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável é muito vasta e muitos são os termos associados à esses temas (LYRA *et al.*, 2009; LARUCCIA, 2012; SOUZA e RIBEIRO, 2013). Nesse trabalho iremos focar nosso marco teórico em torno das reflexões desenvolvidas por Marcos Nobre (2002) em trabalho seminal publicado no começo da década de 2000. Justifica essa escolha o fato de que o referido autor situa o conceito de desenvolvimento sustentável no contexto da luta, do embate político entre os vários sujeitos sociais, no plano internacional e nacional, em torno da construção de um discurso hegemônico capaz de equacionar os problemas ambientais constituídos na segunda metade do século XX.

A tese central desenvolvida por Nobre (2002) é a de que os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável são uma resposta que o sistema capitalista produz à crise gerada pelo modelo predatório de apropriação dos recursos da natureza. Essa alternativa é fruto do embate teórico e político entre segmentos sociais e instituições que, ao longo da segunda metade do século passado, apresentaram compreensões diferentes e propostas diversas de equacionamento da crise ambiental.

Nobre (2002) apresenta a construção do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) a partir de uma reflexão que questiona a lógica do desenvolvimento da ciência e da técnica sob o capitalismo, assim como a relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Para tanto, ele coloca a dimensão política do referido embate em destaque, e explicita as diferentes orientações e interesses políticos subjacentes às posições defendidas.

A problemática ambiental se constitui na década de 1960, com o entendimento de que a utilização massiva dos recursos naturais para crescimento incessante da riqueza levaria a uma catástrofe sem regresso da destruição do planeta. Segundo Nobre, a constituição dessa problemática estaria ligada à discussão sobre o crescimento demográfico e suas mazelas, tal como enunciado em *The population bomb* (EHRlich, 1968), em *The tragedy of the commons* (HARDIN, 1968), e, mais tarde, em *The limits to growth* (MEADOWS *et al.*, 1972). *The limits to growth* pautou as discussões na década de 1970, por introduzir a noção de finitude na discussão econômica de uma nova perspectiva, cujo resultado apontaria para uma catástrofe (NOBRE, 2002).

Para Nobre (2012), a publicação de *The limits to growth* esteve orientada para a grande Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, realizada no mesmo ano do lançamento do livro. Tal trabalho foi criticado pelo modelo adotado, por não considerar alterações no desenvolvimento social, político, técnico ou econômico ao longo do tempo, além de apontar como única solução o “crescimento zero” e não distinguir norte e sul do globo em sua análise (NOBRE, 2002 *apud* MOLL, 1991).

Em um primeiro momento, a proposta do “crescimento zero” foi rejeitada, principalmente, para o chamado “terceiro mundo”, na Conferência de Estocolmo. Essa rejeição fundamentou-se no entendimento de que a proposição representava uma atitude impositiva dos países do centro, os quais já teriam alcançado um patamar satisfatório de evolução econômica, enquanto que os países do sul ainda estavam em um processo de desenvolvimento (NOBRE, 2002). Crescimento zero para os países do sul significaria condená-los a uma situação de pobreza. Tratava-se de um tipo de imposição de “receita” dos países já desenvolvidos aos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, que os colocaria em posição de pobreza, estagnação e dependência (CHANG, 2002).

Para Nobre (2002), a publicação da *International Union for Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), cujo título era *World Conservation Strategy* (WCS), possibilitou que o DS ganhasse proeminência e provocou uma virada na atitude dos países em desenvolvimento ao introduzir um conceito de desenvolvimento que considerasse as questões ambientais. Contudo, seu conteúdo revelava um descomprometimento com questões colocadas por

segmentos sociais em relação ao debate ambiental travado ao longo dos anos de 1970. A título de exemplo, as críticas formuladas pelos defensores do ecodesenvolvimento colocavam a necessidade de mudanças profundas e estruturais nos padrões de produção, circulação e consumo como uma forma de enfrentamento da crise ambiental.

Para o referido autor, esse recuo incompreensível tornou-se uma grande jogada estratégica, uma vez que estabeleceu um vínculo mais fraco entre economia, desenvolvimento econômico e meio ambiente, deixando de fora questões estruturais, políticas e mesmo institucionais. Segundo ele, o “WCS afastou exatamente o que emperrava qualquer avanço negociado.” (NOBRE, 2002, p. 38)

Em 1987 é publicado o relatório Brudtland - documento político que apresentava o conceito de DS de forma intencionalmente vaga. Fundamentado na noção de *necessidade* (ILLICH, 2000), o relatório corroborou para a constituição de uma abordagem desenvolvimentista, que entendia o ambiente como fonte de recurso não inesgotável, mas capaz de promover o *desenvolvimento* e satisfazer as necessidades humanas. Segundo vários autores a forma como o conceito é construído é uma resposta a tese do crescimento zero e tem como um dos seus elementos limitadores o fato de ignorar as diferenças culturais entre as nações e não distinguir desejo de necessidade (VIZEU; MENEGUETTI e SEIFERT, 2012).

Há no relatório Brudtland uma reformulação dos sentidos de termos que faziam parte dos debates ambientais da década de 1970, os quais foram ajustados de modo a deixar claro que não existe contradição estrutural entre capitalismo e preservação ambiental e que, ao contrário do que afirmava *The limits to growth*, é possível, sim, desenvolver-se sem destruir o meio ambiente e é possível impulsionar o crescimento de forma ordenada (NOBRE, 2002). Segundo Nobre, o conceito de sustentabilidade recoloca os termos entre economia e ambiente:

os termos em que se colocava o problema ambiental na década de 1970 foram deixados de lado pelo simples fato de que a grande operação diplomática, ideológica e social que deu origem ao conceito de DS significou também a solução daquele problema. A decisão fundamental já foi tomada. O conceito de “desenvolvimento sustentável” só é uma “contradição nos termos” e os “termos” são contraditórios. E, no entanto, a força da noção de DS está exatamente em ter dito: desenvolvimento e meio ambiente não são contraditórios. (NOBRE, 2002, p. 45)

Olivo e Mizocsky (2003) reforçam essa tese ao acrescentam que o Relatório Brudtland é um documento de disputa política, excludente, que não questiona o modelo de desenvolvimento e coloca os países em desenvolvimento como responsáveis pela insustentabilidade do sistema. Segundo elas, o documento é constituído de recursos retóricos

que esmaecem a dimensão ambiental do desenvolvimentismo sugerido. Desse modo, os termos nos quais são colocados o debate:

obscurecem ou desviam o foco de atenção do leitor dos problemas e responsabilizações reais que envolvem o modelo desenvolvimentista, é na sua essência, insustentável. Um discurso que visa englobar a todos, mas que culpabiliza excessivamente os países em desenvolvimento pela insustentabilidade do modelo é, no mínimo, excludente, apesar de sua linguagem ser inclusiva. Pode-se afirmar que este foi, intencionalmente, um documento de disputa política com predomínio da lógica econômica na determinação do que devam ser o conceito e as ações estratégicas da sustentabilidade. Mais do que isto, é o poder econômico, em sua vertente neoclássica, que pauta o domínio desta disputa e do que seja o espaço do meio ambiente na vida política, social e econômica. (OLIVO e MIZOCSKY, p. 13, 2003)

Para Nobre (2002), a Rio-92 foi o momento decisivo do processo denominado de institucionalização do DS, “resultado de uma operação diplomática, ideológica e social de grande envergadura” (NOBRE, 2002, p. 9). Nela, o Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep) colocou o conceito como proposta, como referência, de modo a pautar a arena de disputa política, tendo como escopo orientar a ação empresarial e estatal, a implementação de políticas públicas no Estados nacionais, assim como nos órgãos internacionais. As discussões em torno de projetos de DS adquiriram um viés sobretudo econômico e passaram a se dar majoritariamente no âmbito do GEF (*Global Environmental Facility*) e de projetos dos países ricos, produzidos ao longo dos anos de 1990, os quais passaram a ter “hegemonia no que diz respeito à determinação do que seja o desenvolvimento sustentável”. (NOBRE, 2002, p. 72)

O conceito de DS foi oportunamente cooptado, incorporado pelas distintas agências internacionais de desenvolvimento e não dispõe de estruturas teórica e analítica claras (LÉLÉ, 1991), se transformando em um instrumento subalterno da maquinaria econômica, consagrando “...um campo de disputa cujos parâmetros são dados por uma posição hegemônica” (NOBRE, 2002, p. 94). Essa concepção confere um novo contorno às discussões ambientais que passam a fazer parte do jogo de poder, no qual o ambientalismo estaria se tornando um componente do discurso dominante, um elemento de disputa entre forças dominantes e não mais de propostas de resolução de problemas ambientais considerados como estruturais (O’RIORDAN, 1995). Para sobreviver a esse campo de disputa, o conceito foi construído com base em abordagens conciliadoras e com formulações pouco restritivas. Em decorrência disso, constituiu-se polissêmico e obscuro, de forma a permitir diferentes atribuições de significado e leituras (LIMA, 1997).

Em uma linha de entendimento conceitual bastante próxima à de Nobre (2002), Leff (2006) defende que o conceito de DS é expressão de uma estratégia que busca submeter a

problemática ambiental aos interesses da globalização e da economia de orientação neoliberal. Segundo ele, o discurso da sustentabilidade seria uma forma de conferir legitimidade à economia de mercado, com base na incorporação da dimensão ecológica e da redução da intervenção estatal nas atividades econômicas.

Nobre (2002) questiona ainda, a mudança na compreensão na qual formulações antagônicas sobre questões ambientais e desenvolvimento dariam lugar a uma suposta conciliação, cujos interesses seriam reunidos sob o genérico conceito do desenvolvimento sustentável. Tal entendimento ancora-se na concepção de Lélé (1991), através da qual a solução dada para o debate acerca das supostas contradições existentes na relação entre desenvolvimento e meio ambiente, predominante nos anos de 1970, foi pautada na desconstrução desta dicotomia, entre o “estritamente econômico e o incondicionalmente ecológico”. (SACHS, 2007, p. 203)

Segundo Vizeu, Meneguetti e Seifert (2012), a origem da ideia de sustentabilidade está ligada aos efeitos nocivos ao planeta em decorrência do avanço do sistema capitalista, que caracterizaria uma versão sustentável desenvolvimentista essencialmente utópica desse modelo. Para eles, os problemas ecológicos e sociais contemporâneos são irreconciliáveis com os fundamentos históricos, os princípios de sustentação social e política do capitalismo tardio.

Assim como Nobre (2002) e Lélé (1991), Vizeu, Meneguetti e Seifert (2012), partem da compreensão de que o discurso do desenvolvimento sustentável se apresenta como contraditório em si mesmo. Para eles, o conceito emerge de contradições próprias do sistema capitalista, tais como degradação econômica, fragilidade política e destruição da natureza, no intuito de amenizar o gérmen do sistema de produção capitalista referente à exploração, destruição e alienação.

Nesse sentido, a relação entre meio ambiente e desenvolvimento deixaria de ser uma arena de embate ideológico com posições antagônicas. Com base no discurso do DS, o conflito entre economia e ambiente é algo a ser resolvido no ambiente do próprio sistema e as divergências devem, por meio da negociação, da boa governança, conduzir a convergência de interesses (JACOBS, 1995). O DS foi a forma na qual o capital absorveu questão ambiental sem, contudo, questionar os fundamentos da sociedade que se fundamentava no modelo desenvolvimentista do pós-guerra, que gestou um nível de destruição ambiental sem precedentes (SILVA, 2014).

Os pressupostos do desenvolvimento sustentável não rompem com a ideologia do crescimento e de acumulação. Pelo contrário, presumem a possibilidade da contínua e indefinida acumulação dos lucros, não preveem limites para o crescimento econômico e não

indicam o estágio de maturidade no processo de desenvolvimento. Neste sentido, a lógica desse desenvolvimento sustentável torna-se impossível ou mesmo de impossível realização (VIZEU, MENEGUETTI e SEIFERT, 2012).

Esse debate é uma referência importante para a compreensão do modo como as corporações, e o próprio Estado, incorporam o conceito de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável nos seus discursos. A forma como o conceito foi construído, com base em disputa teórica e política pela atribuição de sentido durante o processo de sua construção, aponta para estratégias, no sentido de conferir legitimidade às instituições, amparadas na sustentação retórica deste conceito.

## 2.2 O RISCO COMO UMA CONSTRUÇÃO DA SOCIEDADE PRODUTORA DE MERCADORIAS

Até meados da década de 1980, predominava no discurso das empresas a ênfase na produção, do fomento à riqueza e a resistência a qualquer iniciativa de minimizar os impactos socioambientais decorrentes de suas atividades produtivas. Ademais, os custos dos problemas ambientais decorrentes dos seus processos produtivos eram transferidos para a sociedade, sem qualquer ônus de reversão dos impactos para as organizações (DEMAJOROVIC, 2000).

Contudo, segundo Demajorovic (2000), a partir da segunda metade da década de 1980, o discurso empresarial, que focava prioritariamente na geração de riqueza, teve sua aceitação reduzida na sociedade. Para o autor, isso ocorreu em virtude da mobilização em torno da questão do meio ambiente, do aprimoramento da regulação ambiental e da exposição na mídia de tragédias ambientais provocadas pelas empresas. Seria, portanto, o resultado da constituição de uma consciência ambiental global.

A modificação da natureza de forma sem precedentes, a produção da escassez, fruto da ciência e da tecnologia a serviço do processo de industrialização, da economia, convertem a degradação ambiental em risco que ameaça a própria sobrevivência humana (GIDDENS, 1991). Além disso, o processo de modernização, de desenvolvimento e emprego de tecnologia converte-se em tema e problema dentro de um processo reflexivo (BECK, 2010) na medida que apresenta soluções que geram outros problemas.

O fato de a literatura qualificar como riscos socioambientais aqueles decorrentes da industrialização e urbanização acelerada ao longo do último século (DEMAJOROVIC, 2000), não constitui uma invenção moderna. A diferença entre os riscos nas sociedades atuais e aqueles

advindos das sociedades pré-capitalistas, a exemplo das medievais, consiste na amplitude e radicalidade do seu alcance, bem como da ocorrência de novos fenômenos, próprios da sociedade moderna.

O fato é que se generaliza no último século a noção de que o risco passa a fazer parte do cotidiano. Ou seja, de que ele se dissemina nas várias dimensões da vida individual e coletiva, ainda que seja de difícil percepção. Isto, em especial, numa sociedade complexa, na qual a maioria dos cidadãos não consegue perceber a intrincada relação entre risco e vulnerabilidade.

Esse, inclusive, é um dos traços marcantes da denominada “sociedade de risco”, caracterizada pelo sociólogo Ulrich Beck (ALMEIDA, 2011). Para este teórico, os riscos, na modernidade, deixam de ter um caráter propriamente pessoal, local, para se tornarem uma ameaça global para toda a humanidade. Eles não ficam circunscritos aos lugares nos quais foram gerados. Ao revés, ameaçam a vida no planeta sob todas as suas formas, o que não reveste sua percepção de facilidade. São riscos da modernização, frutos do progresso industrial e da sociedade produtora de mercadorias (BECK, 2010).

Segundo Giddens (2000), existem dois tipos de risco. O primeiro é o risco externo, que se relaciona aos eventos que possuem a capacidade de afetar os indivíduos de forma inesperada, mas que por serem regulares e frequentes, se tornam seguráveis – ou seja, não estão relacionados à ação do homem, tendo origem no mundo natural. O segundo tipo é o risco fabricado, que é criado pelo chamado “progresso” do desenvolvimento humano, ou, mais especificamente, pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Para este último, segundo o autor, a história oferece pouca experiência prévia: não se sabe quais são, nem, muito menos, como estimá-los com precisão com base na probabilidade.

O risco fabricado tem se expandido para praticamente todas as dimensões da vida humana devido à ciência e à tecnologia, que “criam incertezas na mesma medida em que as eliminam” (GIDDENS, 2000, p. 143). Estas, por sua vez, não se resolvem pelo desenvolvimento científico. Para Santos e Fadul (2008), “o risco encontra-se, também associado à inovação, aos processos de industrialização, de mercantilização, e às relações de conflito entre sociedade e natureza.” (SANTOS; FADUL, 2008, p. 196)

Beck (2010) argumenta que “vivemos em uma sociedade do risco” (BECK, 2010, p. 25) e que esta constitui uma ameaça permanente. Para o referido teórico, a produção social de riqueza é meticulosamente acompanhada pela produção social de riscos. Nesta senda, o fato de o estado de exceção, de ameaça, transformar-se em um elemento do cotidiano, passa a fazer parte do que se pode qualificar como “normal”, como “natural”. Outrossim, aduz Beck (2010)

que a sociedade que produz e distribui riqueza tende a convergir, mais cedo ou mais tarde, com a sociedade que distribui riscos.

Em relação à distribuição de risco, Santos e Fadul (2008) chamam a atenção para a tendência a globalização dos riscos ambientais e de seu caráter aparentemente mais “democrático”, visto que atingem distintos segmentos da sociedade de forma ampla. Contudo, as autoras apontam que determinados segmentos sociais são mais expostos aos riscos que outros, em razão da inserção social e de sua capacidade de reação – é o que muitos autores qualificam como vulnerabilidade, ou seja, a exposição mais ou menos intensa a situações de risco em função das condições econômicas, sociais e ambientais particulares.

Assim, as chamadas “tragédias”; os “acidentes” apresentados como fatalidades, ou, simplesmente, “acidentes de percurso” decorrentes de determinadas atividades econômicas, ou do desenvolvimento industrial, estão relacionadas às escolhas feitas em relação a aplicação do conhecimento técnico-científico ao processo produtivo, que faz parte de estratégias empresariais. Assim, não podem ser consideradas exatamente como inesperados, como resultado da incapacidade do conhecimento em controlar efeitos do desenvolvimento industrial (ainda que eventualmente possa sê-lo), mas como um elemento característico e inerente à própria modernidade e ao desenvolvimento econômico (DEMAJOROVIC, 2000).

Giddens (2000) aponta para a obrigação da sociedade, da gestão pública, de segmentos e sujeitos econômicos de alertar, de anunciar o risco em suas várias dimensões e escalas, mas essa ação pode se deparar com dilemas que podem influenciar nas decisões:

Na sociedade de risco, a política ganha um novo ambiente moral, marcado pelo jogo de acusações de alarmismo, por um lado, e dissimulação, por outro. Hoje, grande parte das decisões políticas diz respeito à administração de risco – riscos que não se originam da esfera política, mas que têm de ser politicamente administrados. Quando alguém – funcionário do governo, cientista ou leigo – considera que determinado risco é grave, deve anunciá-lo. Cumpra divulgá-lo amplamente, para que as pessoas se convençam de que esse risco é real. (GIDDENS, 2000, p. 144)

Em seguida, o autor chama a atenção para os impasses decorrentes da administração do risco nas decisões políticas, que podem ser interpretados como dissimulação ou alarmismo diante de seu anúncio pelas autoridades. No caso em que há “estardalhaço” e o risco é considerado como mínimo, os envolvidos são acusados de alarmismo. Do contrário, caso decidam que o risco não é muito grande e o oposto aconteça, eles serão acusados de dissimulação (GIDDENS, 2000).

Santos e Fadul (2008) também chamam atenção para a dimensão política da gestão do risco, no momento da tomada de decisão diante de conflitos de interesse, particularmente

quando o interesse coletivo é colocado em jogo. Segundo elas, “uma das maiores dificuldades atuais em lidar com o risco reside na despolitização do debate sobre os distintos projetos de sociedade em jogo e, de forma adicional, na perda do caráter utópico da política”. (SANTOS e FADUL, 2008, p. 205)

Ainda que revestidas de certeza técnica, as constatações de risco consistem não só em possibilidades matemáticas, mas também em interesses sociais. Elas são feitas levando em consideração, por exemplo, o ponto de vista do interessado para desviar os riscos que ameaçam o seu bolso. “Constatações de risco são uma ainda desconhecida e subdesenvolvida simbiose de ciências naturais e humanas, de racionalidade cotidiana e especializada, de interesse e fato.” (BECK, 2010, p. 34)

As considerações sobre o risco relacionado à degradação ambiental trazidas por Beck (2010) e Giddens (2000) são importantes para a compreensão do modo como as instituições fazem as avaliações dos riscos de suas atividades para com a sociedade e com a natureza. Em outras palavras, é preciso explicitar em que medida as avaliações são predominantemente influenciadas por interesses e pelo poder econômico. Além disso, entre “alarmismo” e “dissimulação”, se encontra um jogo de interesses amparado no discurso das corporações.

### 2.3 RISCO E INDÚSTRIA MINERAL

O setor da mineração fez parte da estratégia de desenvolvimento do Brasil desde os anos de 1960. Em verdade, a extração de minério integra o contexto econômico nacional desde os tempos coloniais. A trajetória dos ciclos econômicos da mineração é repleta de fatos, eventos e interpretações muito diversas. Responsável pela ocupação de parte do território brasileiro e poderosa fonte de geração de riqueza, pobreza e degradação ambiental, a atividade mineradora se imiscui na memória e na contemporaneidade do Brasil. Em verdade, faz-se ainda necessário um amplo trabalho de caracterização e reconhecimento das externalidades do setor mineral, cujos efeitos negativos têm perdurado ao longo da história (FERNANDES; ENRÍQUEZ; ALAMINO, 2011).

O conceito de externalidades aqui utilizado diz respeito a consequências, positivas ou negativas, decorrentes de uma determinada ação, pública ou privada. Na literatura econômica o conceito em geral diz respeito as “falhas de mercado nas quais efeitos de determinada atividade atingem terceiros (externos) nela não envolvidos” (DERANI, 2007, p.57). Além disso, o conceito ganha um significado particular no momento em que a geração de riqueza está

associada a produção de danos ambientais ou sociais, “é possível se dizer que ocorre um enriquecimento do empreendedor à custa de um efeito negativo suportado pela sociedade, já que no custo deste produto não se incluiu o desgaste suportado pela sociedade.” (MARTINS e ROSSIGNOLI, 2018 p. 140)

Martins e Rossignoli (2018) acrescentam ainda que as externalidades ambientais são consequência da atividade econômica; da atividade industrial e de utilização, de forma gratuita, de elementos, bens e recursos ambientais pelo setor produtivo, na qual as empresas lucram e as perdas são socializadas com a sociedade. Além disso, as autoras ressaltam que, por vezes, essas empresas ainda são beneficiadas duplamente, uma vez que não são punidas pela ausência de regulação, de controle e de fiscalização do uso desses recursos naturais por parte dos gestores públicos.

A partir do registro da ocorrência de desastres na trajetória da exploração mineral no Brasil, Thomé e Ribeiro (2019) afirmam que “a mineração têm como características a modificação do meio ambiente e a geração de risco socioambientais” (THOMÉ; RIBEIRO, p. 63, 2019). Estes riscos geram um passivo no território brasileiro, a exemplo de conflitos socioambientais envolvendo populações tradicionais, e contaminação decorrente da extração mineral (ARAÚJO; FERNANDES, 2016). Além disso, segundo eles, a mineração interfere de forma expressiva no ambiente e na sociedade:

(...) a mineração altera de forma substancial o meio físico, provocando desmatamentos, erosão, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão de metais pesados, alterações da paisagem, do solo, além de comprometer a fauna e a flora. Afeta, também, o modo de viver e a qualidade de vida das populações estabelecidas na área minerada e em seu entorno. (ARAÚJO e FERNANDES, 2016, p. 5)

Contudo, mesmo com todos os impactos socioambientais descritos por Araújo e Fernandes (2016), persiste na fala de representantes do setor da mineração a percepção, de que os impactos da extração mineral são pontuais e possuem uma delimitação espacial que se circunscreve à área da atividade propriamente dita. Porém, é sabido que os impactos, além de terem grande alcance espacial, não se esgotam com o fim dos trabalhos. Pelo contrário, são inúmeros os impactos ambientais deixados pela mineração no país, por vezes sem solução (ARAÚJO, OLIVEIRA e FERNANDES, 2014).

Vilela (2018) é enfático ao afirmar que os riscos aqui referidos são inerentes à indústria extrativa mineral; ou em outras palavras, resultado do próprio processo de produção social da riqueza. Assim como Beck (2010), o autor possui uma compreensão de que a produção de riqueza é acompanhada pela produção social do risco, quando afirma que os impactos e os

riscos associados à mineração industrial, de uma maneira geral, no Brasil são socialmente produzidos, indo além dos problemas de ordem técnico-científica.

Com o objetivo de se estabelecer um aprofundamento da análise dos impactos humanos, ambientais, sociais e econômicos nos territórios minerados, o CETEM/MCTI publicou um trabalho com base em 105 estudos de casos, distribuídos entre minas, arranjos produtivos locais, garimpos, extração ilegal, siderurgia e metalurgia e outras indústrias de transformação de base mineral (ARAÚJO, OLIVEIRA e FERNANDES, 2014). Nesse levantamento, as minas correspondiam à maioria dos empreendimentos estudados, sendo 57 no total, cujo impacto ambiental mais significativo correspondia à poluição da água, seguida de:

- prejuízo ao ecossistema local;
- assoreamento de rios;
- poluição do ar,
- disposição inadequadas de rejeitos e escoras;
- desmatamento;
- poluição do solo;
- poluição do lençol freático;
- impactos na paisagem;
- extinção de espécies vegetais e/ou animais;
- queixas de atuação em áreas de preservação ambiental;
- extração ilegal de madeira nativa; e
- rompimento de barragens.

Apesar da ocorrência de rompimento de barragens aparecer no final da lista, e de, segundo o estudo, estar relacionada dentre os impactos que tiveram menor número de casos, os rompimentos de barragem de mineração no Brasil e no mundo têm sido frequentes (GUEDES e SCHNEIDER, 2017). “Uma barragem é uma estrutura em um curso de água, que pode ser permanente ou temporário. É utilizada para fins de contenção ou acumulação de água, de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos. De modo geral, dividem-se em barragens convencionais, que são construídas previamente à fase de operação e barragens de rejeitos, construídas em etapas durante a fase de operação.” (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, p. 9, 2020)

Segundo o *International Commission Large Dams - ICOLD* (2014), em média duas barragens de rejeito se rompem a cada ano, no mundo. Essas estruturas estão cada vez maiores

e mais volumosas: elas aumentam dez vezes em volume e dobram em altura a cada 30 anos para armazenar os resíduos de minério. Em 2011 eram geradas, por dia, cerca de 670.000 toneladas de rejeitos, número que deve chegar a um milhão de toneladas/dia em 2030 (ÁVILA, 2011).

Segundo o Relatório de Segurança de Barragens (RSB), do ano de 2019, produzido pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), 19.388 barragens estão cadastradas no Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens (SNISB). Desse total, 61% não possuem informações suficientes para definição de sua submissão à Política Nacional de Segurança de Barragem (PNSB), fato considerado pelo documento como preocupante. Somente 5.285 barragens, cerca de 27% desse total, se submetem ao PNSB (ANA, 2020).

O documento publicado pela ANA (2020) informa que existem 1.096 barragens classificadas como categoria de risco de danos potenciais associados altos. Destas, 156 foram consideradas como críticas pelos órgãos fiscalizadores, e esse número tem aumentado a cada ano. Ademais, o referido documento relata que, no ano de 2019, foram comunicados 12 acidentes e 58 incidentes envolvendo barragens em 15 estados diferentes, dentre eles o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, da cidade de Brumadinho, o que “resultou em 270 vítimas fatais, mais de 40 mil pessoas afetadas e prejuízo socioeconômico na casa de bilhões de reais.” (ANA, 2020, p. 7)

A Lei nº 12.334, publicada em 2010, que estabelece a PNSB destinada à acumulação de água para quaisquer usos, incluindo disposição final de rejeitos, bem como a acumulação de resíduos industriais, estabelece que as barragens podem ser classificadas da seguinte forma (BRASIL, 2010):

- Categoria de risco: o risco em função das características técnicas, tais como métodos de construção, estado de conservação, idade do empreendimento, atendimento ao Plano de Segurança da Barragem e outros critérios definidos pelos órgãos de fiscalização - pode ser classificado como alto baixo ou médio;
- Dano potencial associado: Está relacionado aos danos decorrentes da ruptura da barragem que podem acarretar perdas de vidas humanas, bem como impactos econômicos, sociais e ambientais - pode ser classificado como alto baixo ou médio; e
- Volume do reservatório – graduação do volume do reservatório – está ligado ao dano potencial associado.

Dado os grandes impactos da atividade, a mineração requer estudos e debates prévios para que se possa calcular custos e benefícios para a sociedade e o ambiente afetados. Contudo,

esse planejamento fica restrito às empresas e ao Estado, os quais, frequentemente, minimizam os impactos sociais e ambientais e os riscos; ao passo que calculam, sobretudo, a viabilidade econômica e os retornos financeiros para os empreendimentos. Em linhas gerais a literatura registra que os grupos atingidos pelas externalidades negativas não participam das discussões que envolvem a implementação e operação dos empreendimentos; e em muitas situações suas terras e suas vidas são desvalorizadas ou ignoradas, bem como os custos para o meio ambiente (WANDERLEY, 2012).

A indústria de mineração possui um grande poder de impacto e influência social e política em várias escalas e em diversas conjunturas. Isto, apesar de ser pressionada por vários atores da sociedade para que apresente os resultados esperados, tais como retornos à economia, tecnologia, desenvolvimento e ao meio ambiente. Para muitos dos trabalhos analisados sobre o impacto social e ambiental da atividade de mineração, as mineradoras utilizam de técnicas de influência sobre o poder público, sociedade, associações, movimentos sindicais e outros - recorrendo a sua grande influência econômica - para garantir a sua implementação e desenvolvimento das suas atividades (SANTOS *et al*, 2020).

É importante ressaltar ainda, segundo Rezende (2016), que as mineradoras exercem influência na política e na legislação que regulam o ambiente onde atuam por meio da aproximação do Estado em razão da capacidade de movimentar um grande volume de recurso. O autor relaciona, como exemplo, o aumento da exploração minerária dos últimos anos ao advento do novo Código Florestal brasileiro, promulgado no ano de 2012.

### 3. DISCURSO E RELAÇÃO DE PODER

O poder, dada a sua natureza abstrata, tem um significado complexo. Segundo Lebrun (1981), o poder não pode ser confundido com autoridade, e sua potência pode ser expressa pela força ou pelo convencimento. Além disso, uma relação de poder pressupõe, necessariamente, uma situação hierárquica nas relações sociais e associa-se ao conceito da dominação. Ele também pode estar associado a uma rede mais ou menos estável ou de inconstantes alianças, de práticas e interesses, criados a partir do discurso o que, portanto, nos situa em um terreno instável (CLEGG, 1992).

Recorrendo a Foucault (2013), fonte de muitos dos debates sobre o referido conceito, existe uma relação direta entre poder e verdade: “a verdade não existe fora do poder ou sem poder” (FOUCAULT, 2013, p. 11). Para o autor, a verdade é produzida com base em múltiplas coerções que produzem efeitos e regulamentam o poder. Para que esse poder se mantenha e seja aceito, deve ser considerado como algo que o autor chamou de “rede produtiva” que permeia, induz ao prazer, produz coisa, saber e discurso no corpo social.

Os processos sociais conferem concretude à constituição da realidade social e fornecem significados e substratos para construção de textos e de discursos, conseqüentemente para a construção da *verdade*. É dessa forma que a Análise Crítica do Discurso (ACD) se constitui em uma investigação das relações entre discurso e realidade. “Sem o discurso não há realidade social, e sem entender o discurso, nós não podemos entender nossa realidade, nossas experiências, ou nós mesmos.” (PHILLIPS e HARDY, 2002, p.2)

Mainueneau (1993) classifica análise de discurso a partir das tradições francesa e anglo-saxã, que possuem, entre si, visões distintas. Enquanto a tradição francesa tem origem na linguística, se debruçando sobre textos escritos e tendo como objetivo a hermenêutica do texto; a tradição anglo-saxã tem como foco a oralidade, se origina da antropologia e tem por objetivo os propósitos comunicacionais de forma interacionista. Ou seja, são formas distintas de se reportar ao discurso - que se caracterizam por análises mais ou menos estruturantes ou estruturais do texto (FAIRCLOUGH, 1992).

Fairclough, assim como teóricos que trabalham na ACD, geralmente presta pouca atenção às características propriamente linguísticas do texto. O autor apresenta uma abordagem com o objetivo de “transcender a divisão entre trabalho inspirado pela teoria social que tende a não analisar textos, e trabalhos que se concentram na linguagem do texto, mas tendem a não se engajar com as questões teóricas sociais”. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 2-3)

De acordo com Fairclough (2003), apesar do texto ser parte essencial da análise do discurso, esse não deve se restringir a análise linguística do texto. Assim, deve-se incluir também o que o autor chama de “análise interdiscursiva”, baseada em articulação de textos de discursos diferentes, gêneros e estilos. Da mesma forma, Van Dijk (2008) também entende o discurso como relacionado a uma prática social, que não deve ser analisado apenas como um objeto “verbal” independente, “mas também como uma interação situada, ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política.” (VAN DIJK, 2008, p. 12)

Fairclough e Wodak (1997) incluem a intertextualidade no conceito de contexto, pois entendem que não há como produzir discurso sem contexto, e que sem contexto também não é possível sua compreensão. Igualmente, aduzem que um discurso está sempre conectado a outros discursos. Em suma, os estudos do discurso são sobre “falar e enviar texto no contexto” (VAN DIJK, 1997a, p. 3). Ademais, a interpretação e construção do discurso em um dado contexto são elementos estratégicos na determinação da sua relevância (VAN DIJK, 1997b).

O interesse principal da ACD estaria em desvelar sentidos, à exemplo da injustiça e da desigualdade, presentes na naturalização de discursos, de forma a representar minorias sociais, posicionamentos crítico e políticos de grupos minoritários, oferecendo-lhes, assim, a oportunidade de se expressarem (WODAK, 1990). Fairclough (1989), em seu livro intitulado de “*Language and Power*”, tratou das conexões entre o uso da linguagem e relações desiguais de poder, que teve por objetivo teórico ajudar a recolocar o significado da linguagem na produção, manutenção, e mudança das relações sociais de poder, e, em um sentido prático, buscou ampliar a compreensão de como a linguagem contribui para a dominação de algumas pessoas por outras, de segmentos sociais por outros – nesse contexto, o tomar conhecimento, a reflexão é o primeiro passo em direção a emancipação.

A abordagem de Fairclough (2003) sobre a análise crítica do discurso está baseada no pressuposto de que a linguagem é uma parte irreduzível da vida social, que, por sua vez, se interconecta diretamente com outros elementos desta. Dessa maneira, a análise social e a pesquisa sempre devem levar em conta a linguagem, e isso partindo-se de uma perspectiva dialética. O autor se fundamenta na Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), ou seja, em uma análise linguística de textos orientada para os caracteres associados aos elementos sociais neles contidos.

Via de regra, as abordagens qualitativas tradicionais geralmente têm como pressuposto uma dada interpretação do mundo social para, a partir de então, entender o significado da realidade para seus participantes. A ACD busca explorar como as ideias e os objetos existentes são socialmente produzidos e como se mantêm ao longo do tempo, “... busca desmascarar a

forma em que ela é produzida” (PHILLIPS; HARDY, 2002, p.6). Para Fairclough (2003), os textos possuem efeitos sociais que dependem do processo de construção do significado que, ou são mediados por essa construção, ou são significados que têm questões de efeitos sociais em vez de texto como tal (FAIRCLOUGH, 2003 p. 21).

Quando se trata da relação entre discurso e poder nas organizações, Hardy, Palmer e Philips (2000) afirmam que a criação e divulgação de textos é uma luta pelo poder. Para eles, essa luta ocorre “dentro e ao redor das organizações que busca determinar a natureza dos conceitos e posições do sujeito e para controlar como os objetos resultantes são entendidos e tratados.” (HARDY; PALMER e PHILIPS, 2000, p. 24). As atividades discursivas são uma busca por produção de resultados benéficos (HARDY *et al.*, 1998).

Hardy, Palmer e Phillips (2000) construíram, inclusive, um modelo que mostra o esforço de implementação da estratégia com base em discursos e chegaram à conclusão de que “o discurso da estratégia não reflete simplesmente a realidade social, ela a cria” (HARDY, PALMER e PHILLIPS, p. 6, 2000). Algo coerente se entendermos a estratégia como um tipo de retórica, que utiliza uma linguagem comum em uma dada organização, com determinações e justificativas para dar sentido as ações da empresa (ECCLES e NOHRIA, p. 88, 1993). Dessa forma, o discurso vai além de descrever as coisas, ele as faz (POTTER e WETHERELL, 1987; GRANT *et al.*, 1987, 1998).

O uso da ACD é de grande importância neste trabalho uma vez que há o entendimento de que a realidade é socialmente construída e de que o uso do discurso produz efeitos e regulamenta o poder (FOUCAUT, 2013). Assim, a utilização dessa abordagem crítica orienta esta pesquisa no sentido de sistematizar o entendimento dos estratagemas organizacionais de geração de riqueza e da manipulação dos riscos da atividade industrial por meio do discurso da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

#### 4. METODOLOGIA

Dada a natureza do problema da pesquisa, esse trabalho é orientado pela pesquisa de abordagem qualitativa para “obter detalhes intrincados sobre fenômenos como sentimentos, processos de pensamento e emoções” (STRAUSS, 2008, p. 25). O ponto de partida metodológico - de modo a compreender a maneira como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou o risco de rompimento da barragem em Brumadinho - foi baseado na estrutura da ACD de Fairclough (1997).

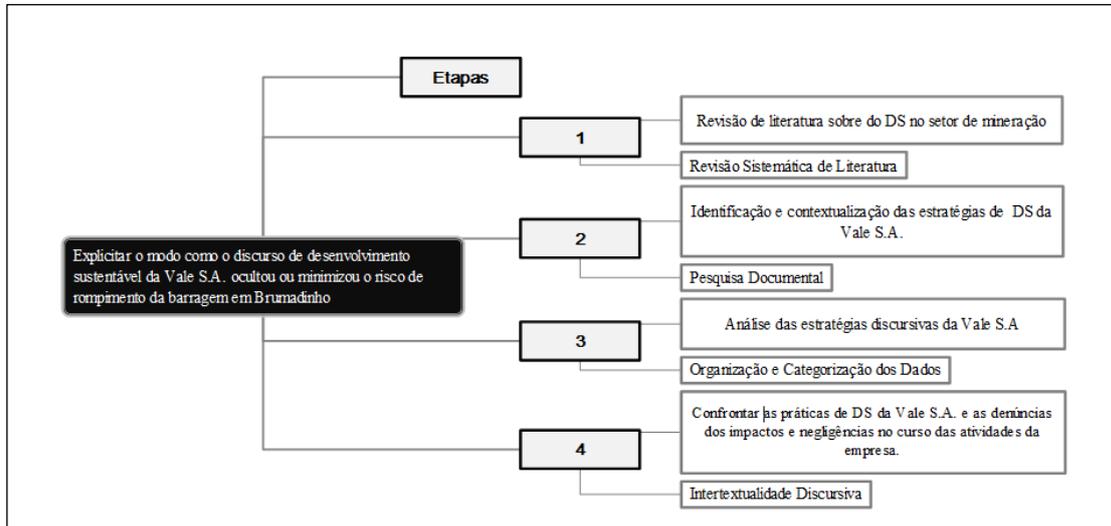
A estrutura do desenvolvimento da pesquisa foi amparada em quatro etapas que envolveu levantamentos e análises de textos e entrevistas semiestruturadas. Para efeito deste trabalho, os textos são como unidade discursiva, nos quais a materialidade do discurso é manifestada (HARDY e PHILLIPS, 2002). Além dos textos escritos, foi assinalada também a linguagem falada e as imagens disponibilizadas nos documentos da empresa analisada, nas quais estiveram presentes a temática do desenvolvimento sustentável e de risco, bem como os atores sociais envolvidos, que se relacionavam direta ou indiretamente com o campo empírico.

A 1ª etapa consistiu na realização de revisão de literatura sobre desenvolvimento sustentável do setor de mineração, bem como na análise documental do setor com a qual se estabeleceu um paralelo crítico com os seus impactos sociais e ambientais. Essa etapa possibilitou o direcionamento inicial para a 2ª etapa, que abarcou a identificação e contextualização das estratégias de desenvolvimento sustentável da empresa por meio de análise documental de publicações institucionais de quatro relatórios de sustentabilidade da Vale do ano de 2015 ao ano 2018. Para efeito deste trabalho, o contexto foi entendido como estrutura mentalmente representada da situação social, relevante para entender produção e entendimento do discurso (VAN DIJK, 2000).

Com o objetivo de identificar os interesses e motivações da empresa, na 3ª etapa da pesquisa, foram analisadas as estratégias discursivas da Vale S.A. ao adotar o discurso de desenvolvimento sustentável, partindo de um entendimento de que é necessário entender a natureza da produção, disseminação e consumo desse texto para entender a sua significância (HARDY e PHILLIPS, 2002). Por fim, na 4ª etapa apontou-se as práticas de DS da empresa, cujos textos foram intertextualmente comparados aos textos que denunciavam os impactos e negligências da atividade fim desta, possibilitando entrecruzamento de diálogos vivos, num jogo de várias vozes, complementares, concorrentes ou contraditórias (BRANDÃO, 1994), de modo a compreender como o discurso de desenvolvimento ambiental da mineradora foi capaz

de ocultar o risco que culminou no rompimento da barragem de Brumadinho. Abaixo, o desenho metodológico que sintetiza todas as etapas do processo:

**Figura 1** – Desenho Metodológico



Fonte: elaboração própria (2020).

O estudo foi delimitado temporalmente entre os períodos de **05 de novembro de 2015**, data de rompimento da Barragem de Mariana, de propriedade da empresa Samarco, da qual a Vale S.A é acionista e possui 50% das ações; **a 03 de junho de 2019**, data da publicação do relatório de sustentabilidade da empresa, cerca de 4 meses após a reincidência do rompimento de outra barragem da mineradora, na cidade de Brumadinho.

Esta pesquisa adotou o discurso não só como método de análise, mas também como escolha teórica. Assim, ele permeou cada etapa do processo do desenho metodológico, desde a revisão sistemática, até o confronto das práticas de DS da Vale S.A., no qual foi analisado não só o discurso da empresa, mas também dos diversos atores que se relacionaram com ela e que se envolveram de forma a dar causa, ou foram afetados pelos riscos da companhia.

No processo do trabalho, foram considerados os discursos em três âmbitos, quais sejam: industrial, estatal e da sociedade. No âmbito industrial, representado pela mineradora, foram utilizados documentos produzidos pela empresa, relatórios, site institucional, campanhas publicitárias e comunicados oficiais utilizados para sustentação do discurso de DS e mitigação dos riscos de suas atividades.

Para o âmbito estatal, foram analisados relatórios, depoimento e reflexões das diferentes esferas (executivo e legislativo) que atuaram antes e após o rompimento da barragem de Brumadinho. Já no âmbito da sociedade foram levados em consideração os discursos dos sujeitos afetados pela ação da Vale S.A. Para dar voz a esses atores, analisou-se produções

documentais de ONGs (Organização Não Governamental), e transcrições da participação dos movimentos sociais na Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados, como também entrevistas, manifestos publicados no período e denúncias.

Esse processo foi composto por pesquisa documental, coleta de dados, leitura, codificação e análise (Quadro 1) focada na identificação de temas recorrentes (temas, palavras comuns, padrões narrativos), que caracterizaram o discurso dos atores para identificação por meio de uma análise interdiscursiva como a Vale S.A ocultou o risco do rompimento da barragem de Brumadinho.

Por fim, para estabelecer uma análise, aqui qualificada como socioprática do discurso, foram utilizadas como instrumento secundário entrevistas semiestruturadas com os atores sociais diretamente impactados pelo rompimento da barragem. Essa etapa da análise possibilitou a identificação de temas específicos atrelados ao discurso do desenvolvimento sustentável e controle discursivo do risco junto à comunidade do entorno da cidade de Brumadinho.

**Quadro 1 – Detalhamento do Desenho Metodológico**

Etapas/Técnicas	Fonte de dados	Objetivos Específicos			
		1	2	3	4
Etapa 1 1.1- Revisão Sistemática de Literatura	1.1 – Artigos dissertações e teses	x			
Etapa 2 2.1- Pesquisa documental 2.2 - Leitura	2.1 – Âmbito Industrial  2.1.1 - Relatórios de Sustentabilidade – 2015 - 2018 – Vale S.A 2.1.2 – Site institucional 2.1.3 – Campanhas 2.1.4 – Comunicados oficiais  2.2 - Âmbito da Sociedade  2.2.1 – Documentos produzidos pelos grupos de interesse (relatórios, denúncias, manifestos, etc)		x		
Etapa 3 3.1 – Pesquisa Documental 3.2 - Organização e categorização dos dados	3.1 – Documentos oficiais da Vale S.A			x	

<p>Etapa 4 4.1 – Análise Documental 4.2 – Intertextualidade Discursiva</p>	<p>4.1 – Âmbito Industrial</p> <p>4.1.1 - Relatórios de Sustentabilidade – 2015 - 2018 – Vale S.A 4.1.2 – Pesquisa de sustentabilidade 4.1.3 – Site institucional 4.1.4 – Comunicados oficiais</p> <p>4.2 – Âmbito Estatal</p> <p>4.2.1 – Boletim Informativo do Setor Mineral 2016 - 2019 – Ministério de Minas e Energia 4.2.2 - Manual de Normas e Procedimentos para Licenciamento Ambiental no Setor de Extração Mineral – Ministério do Meio Ambiente. 4.2.3 – Narrativas e depoimentos encontrados no Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho – Câmara dos Deputados</p> <p>4.3 Âmbito da Sociedade</p> <p>4.3.1 – Entrevista semiestruturada com a comunidade do entorno da cidade de Brumadinho, os funcionários e os terceirizados da Vale S.A 4.3.2 – Comissão Parlamentar de Inquérito de Brumadinho – Câmara dos Deputados</p>				x
--	---	--	--	--	---

Fonte: elaboração própria, (2020).

As entrevistas com os atingidos pela barragem de rejeitos de minério da empresa Vale em Brumadinho estavam previstas para ocorrer de forma presencial no território afetado e deveriam envolver pessoas da comunidade, ex-funcionários da empresa e representantes de movimentos sociais da região. Contudo, foi demandada uma nova reorganização das atividades de pesquisa por conta do advento do alastramento pandêmico da Covid-19, que impôs restrições sanitárias em todo o mundo. Assim, para viabilizar a operacionalização desta pesquisa e acessar os atingidos que foram localmente afetados pela barragem se fez necessária a intermediação de uma organização social articuladora com atuação nacional para promover a aproximação entre pesquisador e entrevistado.

As entrevistas tiveram que ser realizadas com utilização de ferramentas tecnológicas virtuais por conta das restrições sanitárias, que no Brasil teve início em março de 2020 e perdurou até final do fechamento deste trabalho. Além do mais, dada a temática de pesquisa e ao contexto imposto de alerta a questões de saúde que tocavam duplamente as vidas das pessoas, optou-se por limitar as entrevistas aos representantes dos movimentos sociais das regiões atingidas. Para tanto utilizou-se em quase sua totalidade a plataforma virtual Zoom de teleconferência que operava através da internet.

Em uma das entrevistas não foi possível a utilização desta ferramenta em razão da dificuldade de conexão com a internet na região do entrevistado. Dessa forma, a comunicação ocorreu com o uso de chamada telefônica. Todas as entrevistas realizadas foram gravadas, com

permissão dos entrevistados e geraram 63 páginas de transcrição, resultado de aproximadamente 5h e 53 min de conversa com os entrevistados relacionados no Quadro 2.

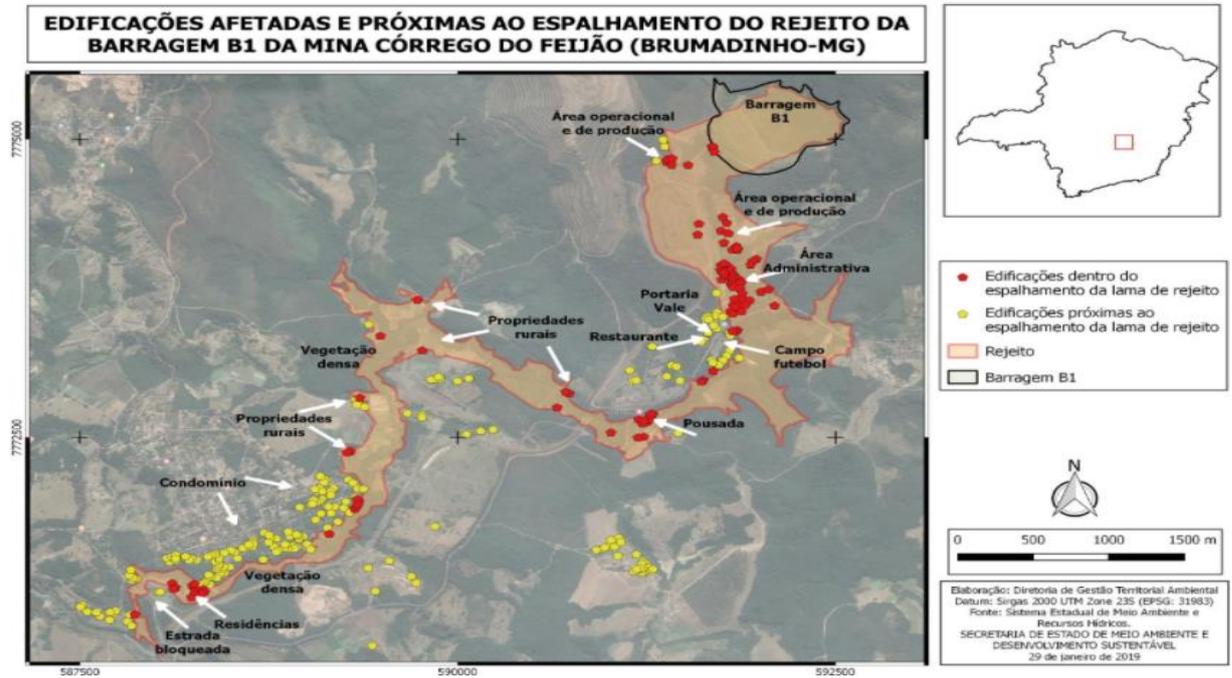
**Quadro 2** – Relação dos entrevistados

Identificação do entrevistado	Tipo de Entrevista	Caracterização
Ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da comunidade I	Plataforma virtual	Ex-membro de associação de moradores da região atingida e ex-funcionário da Vale que se desligou da empresa após o rompimento da barragem de Brumadinho.
Presidente da Associação de Moradores Comunidade I	Telefone	Presidente de associação de moradores de região atingida pela Vale.
Representante de um movimento social da comunidade II	Plataforma virtual	Representante de movimento social de região atingida pela Vale
Representante de um movimento social da comunidade III	Plataforma virtual	Atuante do movimento social com foco na saúde e ex-gestor do estado de Minas Gerais
Representante de um movimento social da comunidade IV	Plataforma virtual	Representante de movimento social atuante em fórum dos atingidos pela Vale

Fonte: elaboração própria, (2021).

Quanto à abrangência geográfica, para a delimitação dos atores da comunidade que foram entrevistados, optou-se por escolher os de áreas próximas ao espalhamento do rejeito da barragem, composta por edificações dentro e fora do espalhamento da lama, entre o Vale do Ribeirão Ferro-Carvão e a confluência do Rio Paraopeba (conforme figura 2). Essa delimitação se deu por conta da proximidade e intensidade da problemática vivida pelas comunidades que foram rápida e diretamente afetadas. Além disso, o trecho foi intensamente explorado pela mídia, pesquisado, documentado e gerou uma diversidade de material para análise.

Figura 2 - Delimitação Geográfica



Fonte: Sistema Estadual de Meio Ambiente - SEMA (2020).

## **5. EXPLORAÇÃO MINERAL E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM BRUMADINHO – MG**

Os problemas ambientais originados pelo desenvolvimento são mais bem compreendidos pela noção de conflito ambiental. As situações de conflito estão ligadas, associadas as relações de poder, a interesses, conflitos de usos e significados, geralmente mutuamente excludentes, de distintos grupos sociais em um determinado território onde a disputa acontece (ZHOURI e SAMORA, 2013).

A atividade de mineração sempre teve uma capacidade grande de atração, de provocar processos de deslocamento populacional. Ela sempre foi considerada fonte de riqueza, mas também de conflito. Para as populações tradicionais, extrativistas situadas em áreas com grande patrimônio natural, por exemplo, os interesses e saberes divergem acerca do que pode ser qualificado como desenvolvimento. Muitas são as situações nas quais populações tradicionais defendem o desenvolvimento de atividades econômicas que se baseiam em suas vivências ancestrais e culturais e se contrapõem a atividades de mineração. A mineração, em muitas situações de conflito entre padrões e modelos distintos e empreendimento e desenvolvimento, é vista como invasora que ameaça a qualidade de vida das populações locais e tradicionais (FERNANDES e ARAUJO, 2016).

Em muitas destas situações a vida das populações e de inúmeros grupos sociais dependem do acesso a recursos da natureza, por isso a lógica de apropriação privada ou empresarial termina por gerar conflitos. Assim, Carvalho e Scotto (1995) definem esses recursos como públicos e bens coletivos, e de que deles ninguém pode se privar. Porém as autoras reconhecem que “estes bens são objetos de modos de usos diversos e de interesses muitas vezes conflitantes”. (CARVALHO e SCOTTO, 1995, p.13)

Segundo Petra (2014), os espaços abundantes em recursos minerais, florestas, solos férteis e água ocupados por Comunidades Tradicionais, assentamentos e unidades de conservação são transformados em objetos de conflito e ambição em razão da expansão dos lucros privados. Dessa forma, em decorrência da expansão do capital hegemônico, a materialidade e imaterialidade da vida, bem como das condições de reprodução social são ameaçadas pelo capitalismo extrativista.

Sobre a questão dos conflitos, Carvalho e Scotto (1995) ampliam a questão e definem a noção de conflito socioambiental como expressão de luta entre interesses opostos por controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum e acrescentam que:

Definir os conflitos ambientais como sendo um tipo de conflito social (no sentido de uma luta ativa prosseguida no contexto do choque de interesses) leva-nos a centrar a análise nas propriedades da interação social e nas relações entre atores opostos que lutam pelos mesmos recursos aos quais ambos dão um valor. Isto significa incluir na definição dos conflitos a própria noção de antagonismo, e a existência de práticas que colocam em oposição intenções, interesses ou sentimentos quanto a um objeto (ou conjunto de objetos) determinados. (CARVALHO e SCOTTO, 1995, p.7)

Partindo desse entendimento, de Carvalho e Scotto (1995), de luta ativa diante de choques de interesses, neste capítulo serão problematizados os conflitos socioambientais existentes em consequência da exploração mineral na cidade de Brumadinho. Conflito esse que envolve a mineradora Vale, praticante de megamineração a céu aberto, modelo extrativo-exportador na exploração dos recursos naturais não renováveis, onde os minérios são explorados com intervenção violenta na geografia dos territórios, com uso desmedido de recursos para suas operações e grandes níveis de impactos ambientais e sociais (SCOTTO, 2013).

## 5.1 CARACTERIZAÇÃO DE BRUMADINHO

A cidade de Brumadinho teve início com a chegada dos desbravadores paulistas chefiados por Fernão Dias Paes Leme. Inicialmente, a região servia como núcleo de abastecimento e repouso da tropa, passando posteriormente a pequeno arraial de mineradores. O povoado se expandiu em função da cultura cafeeira e do minério de ferro, que atraiu trabalhadores e imigrantes para a região.<sup>1</sup>

a configuração do território de Brumadinho, assim como o de outros municípios do Quadrilátero Ferrífero, foi sendo gradualmente moldada pela economia mineira e pelo sistema ferroviário, cuja expansão estava ligada à atratividade da riqueza mineral e à produção de café na região. (COSTA *et. al.*, 2020, p. 20)

Brumadinho foi elevada à categoria de município em 1938 e atualmente agrega os distritos de Aranha, São José do Paraopeba, Piedade do Paraopeba e Conceição do Itaguá. A cidade está localizada na região Sudeste do Brasil, no interior do estado de Minas Gerais, no Espinhaço Meridional. Possui uma área territorial de 639.434 km<sup>2</sup> e uma população de 40.103 pessoas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) de 2019.

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, seção “História e Fotos”. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/brumadinho/historico>>. Acesso em 12 set. 2021.

O município está localizado em uma das mais expressivas províncias minerais do mundo, o Quadrilátero Ferrífero, de onde é extraída 60% de toda produção de ferro do país. (BECHLER e RIBEIRO, 2019). Contudo, é uma região de muitos conflitos (minerário, de moradia e lazer, de produção agropecuária ou de turismo) pelo uso do solo. Apesar disso, os gestores dos municípios dessa região têm mantido e ampliado as atividades minerárias em seus territórios em razão da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) e do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS advindos dessa atividade (EUCLYDES, 2013).

A CFEM está estabelecida na Constituição Federal de 1988 “como contraprestação pela utilização econômica dos recursos minerais em seus respectivos territórios” (BRASIL, 1988). Segundo informações do site Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), o valor da contraprestação é calculado sobre o valor do faturamento líquido após a venda do produto mineral e distribuído entre a União (12%), o estado (23%) e o município (65%).

Atualmente, as principais empresas do ramo minerário atuantes em Brumadinho são: a Vale S/A, a Ferrous Resources do Brasil (adquirida pela Vale), a Mineral do Brasil (MIB) e a Tejuca Mineradora S/A. (BECHLER e RIBEIRO, 2019). No site da Agência Nacional de Mineração (ANM) é possível identificar a posição de arrecadação do município pela CFEM no ano de 2020, em relação aos demais no Estado de Minas Gerais, conforme tabela 1:

**Tabela 1** – Maiores Arrecadadores de CFEM no Estado de Minas Gerais

Maiores arrecadadores					
Arrecadador (Município)	Qtde Títulos	Valor			
		Operação	Recolhimento CFEM	% Recolhimento CFEM	
1 CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO – MG	2	10.238.961.003,08	358.363.635,10	3,49%	
2 CONGONHAS - MG	8	7.786.640.275,12	264.354.059,67	3,39%	
3 ITABIRITO - MG	11	7.316.330.035,21	254.692.016,61	3,48%	
4 ITABIRA - MG	9	6.303.109.000,64	212.935.570,95	3,37%	
5 NOVA LIMA - MG	7	6.144.495.997,78	212.288.815,69	3,45%	
6 MARIANA - MG	15	5.135.040.442,31	178.055.640,28	3,46%	
7 SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO - MG	9	3.894.748.809,22	135.428.900,06	3,47%	
8 BELO VALE - MG	12	3.206.207.603,97	109.399.526,99	3,41%	
9 ITATIAIUÇU - MG	10	3.116.690.598,50	106.703.355,97	3,42%	
10 BRUMADINHO - MG	27	2.668.075.067,22	85.026.814,68	3,18%	

Fonte: Site da ANM. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx). Acesso em 14 set. 2021

**Tabela 2** – Maiores Arrecadadores de CFEM por Substância em Brumadinho

Maiores arrecadadores					
Arrecadador (Município)	Qtde Títulos	Valor			
		Operação	Recolhimento	% Recolhimento	
			CFEM	CFEM	
1 FERRO	9	2.407.576.805,13	76.061.304,78	3,15%	
2 MINÉRIO DE FERRO	11	227.901.610,20	8.717.307,18	3,82%	
3 GRANITO	1	14.416.793,11	139.425,15	0,96%	
4 ÁGUA MINERAL	1	16.619.607,42	88.332,26	0,53%	
5 AREIA	5	1.560.251,36	20.445,31	1,31%	
Total	2.668.075.067,22	85.026.814,68	3,19%		

Fonte: Site da ANM. Disponível em: [https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores\\_arrecadadores.aspx](https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx). Acesso em 14 set. 2021.

Conforme tabela 1, em um *ranking* composto por 499 cidades do estado mineiro, Brumadinho figurou como 10º lugar em arrecadação referente ao minério em Minas Gerais, com uma operação de mais de R\$ 2 bilhões e meio. Em uma segunda distribuição, é possível visualizar a arrecadação do município por tipo de substância mineral. Na classificação da tabela 2, verifica-se uma maior preponderância do ferro, cuja operação é responsável por mais de R\$ 2 bilhões, com recolhimento de mais de R\$ 76 milhões, seguida da arrecadação do minério de ferro, que é de quase R\$ 9 milhões. Para Euclides (2013), a CFEM multiplica a arrecadação municipal e angaria a simpatia dos governos locais de forma a aumentar o poder de convencimento das mineradoras.

As primeiras atividades em Brumadinho ocorreram na mina do Córrego do Feijão em 1941, por meio da empresa de capital germânico Companhia Mineração de Ferro e Carvão S/A, posteriormente denominada Ferteco Mineração S/A. Porém, foi entre 1970 e 1990, no contexto do novo modelo de acumulação do capitalismo global, que o número de empresas na atividade mineraria cresceu de forma considerável no Município. Dessa forma, pode-se listar a Mineração Anselmo Santana, a Empresa de Mineração Esperança S/A, a Mannesmann Mineração Ltda., entre outras (COSTA *et. al*, 2020).

A Ferteco Mineração S.A., era uma empresa de capital germânico controlada pela ThyssenKrupp Stahl AG (TKS). Ela foi a responsável por construir a barragem de rejeitos com a técnica de alteamento a montante na mina do Córrego do Feijão no final da década de 1970. Em 2001 a empresa foi comprada pela Vale, que passou então a assumir o controle sobre as minas geridas pela TKS. A forma predatória na extração do minério, fez com que o limite da

capacidade das barragens de rejeito fosse ultrapassado e contribuísse para a tragédia-crime em Brumadinho em 2019 (BECHLER e RIBEIRO, 2019).

## 5.2 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM BRUMADINHO – MG

Segundo o Mapa de Conflitos, Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil da FIOCRUZ, que foi construído com base nas informações existentes de conflitos vividos pelos grupos populacionais atingidos por processos econômicos e das comunidades impactadas pelos grandes projetos de desenvolvimento, a atividade de mineração é geradora de conflito socioambiental. Ela é responsável pela precarização e risco no ambiente de trabalho, contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas e poluição do solo e de recursos hídricos.

O rompimento da barragem de rejeito em Brumadinho é um exemplo das consequências sofridas pela população em decorrência desta atividade econômica. Segundo o levantamento, o desastre atingiu agricultores familiares, comunidades urbanas, povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros e trabalhadores sem terra. Além dos impactos socioambientais causados, as informações levantadas pelo Mapa apontam para danos à saúde, como acidentes, alcoolismo, desnutrição, doenças não transmissíveis ou crônicas, insegurança alimentar, piora na qualidade de vida, suicídio, violência e ameaça para aqueles que vivem nas áreas atingidas.

Em nível estadual, o Mapa dos Conflitos Ambientais do Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, em uma abordagem muito próxima à proposta do mapa nacional, também buscou refletir sobre os processos hegemônicos de apropriação do território. O levantamento considera a existência de denúncias institucionalizadas e/ou manifestação de sujeitos sociais e dá visibilidade às populações afetadas, excluídas do processo de exploração da natureza.

Ao pesquisar esse mapa no site do Observatório, foram consideradas as atividades industriais no Município de Brumadinho. Para esse tipo de busca, a ferramenta apresentou cinco resultados, todos relacionados à mineração, que serão tratados aqui brevemente de forma cronológica. O primeiro deles é o conflito envolvendo a Empresa de Mineração e Terraplanagem (EMICON) na Serra do Itatiaiuçu em razão de carreamento de minério e consequente assoreamento de ribeirão com acumulação de finos de minério. Segundo informações do Mapa, a existência do problema é anterior à década de 1990, com infrações recorrentes e acúmulos de autuações por dano ambiental e inobservância dos termos de compromisso assumidos.

A mudança de cenário para uma possível resolução de conflito ocorreu em 2007 após o comprometimento da AVG Mineração S.A, com intermédio do Ministério Público por meio de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em realizar as obras emergenciais de recuperação no local. Para tanto, em contrapartida a EMICON faria a venda dos finos de minério à AVG Mineração S.A, que até a década de 1990 era considerado rejeito. O acordo incluía a retirada de 10 milhões de toneladas do material, com obras estimadas em US\$ 24 milhões e que gerou à EMICON US\$ 1,5 bilhão com a venda de 150 milhões de toneladas de rejeitos depositados de forma irregular.

Em uma outra localidade do município do Brumadinho, o distrito de Piedade do Paraopeba, do qual a Serra da Moeda faz parte, também foi impactado pelo carreamento de materiais sólidos sem medidas de contenção ou controle. Apesar das atividades de mineração da Companhia de Mineração Tocantins S.A. (TCM) estarem paralisadas na região há mais de oito anos, em 2005 a Polícia Militar Ambiental registrou um boletim de ocorrência por infração ambiental devido à uma cava abandonada, que resultou na solicitação de correção das irregularidades ambientais por meio de ofício da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).

De início, a empresa se recusou a implantar as obras de controle ambiental alegando escassez de recursos disponíveis. Porém, assim como no caso da EMICON, a TCM solicitou em 2007 o reprocessamento de finos de minério de ferro alegando cumprimento das medidas das condicionantes relativas ao desassoreamento da barragem de finos e reconstituição da soleira da barragem da cava. O pedido de desembargo da atividade foi feito à Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM) Central.

Também em 2007, moradores da localidade de Tejuco, povoado de Brumadinho, apresentaram um abaixo-assinado que denunciava desvio de curso da água, prejuízo do abastecimento público da população local, bem como problemas referentes ao lençol freático. Segundo a ficha técnica da ferramenta, esses problemas eram decorrentes do represamento em Área de Preservação Permanente (APP), realizado na área de propriedade da empresa mineradora Mineral do Brasil Ltda.

Outra região de Brumadinho que foi objeto de discussão e conflito entre os moradores da região, representantes da indústria mineral, entidades ambientalistas e órgãos oficiais foi a Serra da Calçada. Tombada como patrimônio natural e histórico em 2008, sofreu pressão de atividades mineradoras, mesmo fazendo parte da Área de Proteção Ambiental Estadual (APA-Sul). A serra se estende por cerca de 8 km entre os municípios de Nova Lima e Brumadinho e

está entre as bacias dos rios Paraopeba e das Velhas, que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte.

As organizações da sociedade civil defendiam a preservação integral da Serra da Calçada, em virtude de sua importância em termos geológicos, espeleológico, arqueológico, paleontológico, histórico e natural. Já os representantes da atividade minerária, defendiam uma suposta conciliação da exploração do potencial econômico e mineral da região, bem como da preservação de seu patrimônio natural e histórico.

Por fim, cronologicamente, o Observatório dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais apresenta a ficha técnica do desastre da Vale em Brumadinho em conjunto com a luta dos moradores da localidade de Casa Branca. O processo gerador do conflito ambiental no local estava inicialmente relacionado à contaminação de recursos hídricos e sobrecarga no trânsito em virtude do tráfego relacionado à mineração. Contudo, com o rompimento da barragem B1 da Vale, outras questões geradoras de conflitos foram adicionadas, como o soterramento de pessoas, animais, moradias e estabelecimentos, bem como a insegurança ambiental.

O impasse entre os atores teve início no ano de 2015 com um licenciamento de um projeto de ampliação das Minas Córrego do Feijão e Jangada, que deveriam ocorrer em três etapas e mediante estudos e reuniões. Contudo, o licenciamento foi flexibilizado e passou a ocorrer em etapa única (Licença Ambiental Simplificada), após a aprovação estadual da Deliberação Normativa 217 em 06 de dezembro de 2017, que também reclassificou os empreendimentos quanto ao porte e potencial poluidor, reduzindo da classe 6 para a classe 4, sem qualquer intervenção física das estruturas ou justificativa técnica.

A licença de ampliação das Minas Córrego do Feijão e Jangada foi colocada em votação no dia 11 de dezembro de 2018 em uma reunião Extraordinária da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Políticas Ambientais (COPAM). Foi debatida a ampliação da extração de minério na região, que passaria de 10,6 milhões de toneladas para 17 milhões de toneladas, e o descomissionamento na barragem I do Córrego do Feijão, visando proveito econômico do rejeito. Apesar das manifestações contrárias de alguns conselheiros e dos movimentos sociais de Casa Branca, que alertaram para o risco da ampliação e dos impactos aos recursos hídricos, a licença foi aprovada por votos de representantes do setor privado e do Estado de Minas Gerais.

Uma representação foi feita ao Ministério Público pelos movimentos sociais para a revogação da licença. Porém, pouco mais de um mês após a reunião de aprovação da licença, no dia 25 de janeiro de 2019, a barragem I da Mina Córrego do Feijão se rompeu e provocou a ruptura de mais duas barragens (IV e IVA). O rompimento da barragem, segundo o site

institucional da Vale, com atualização em 11/11/2021 causou a morte de 263 pessoas e o desaparecimento de 7. Além disso, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, os impactos ambientais são incalculáveis: estima-se que só na região do Alto do Paraopeba foram despejados mais de 13 milhões de toneladas de rejeitos de minério (BRASIL, 2019).

## **6. O DISCURSO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA VALE S.A. – INTERESSES. MOTIVAÇÕES. PRÁTICAS E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS**

O exame do sentido do discurso será realizado nesta seção em duas etapas. Inicialmente, serão discutidas as estratégias discursivas de sustentabilidade da Vale e a apropriação do conceito de Desenvolvimento Sustentável por meio da análise da distribuição dos canais de comunicação da empresa e do escopo dos seus relatórios organizacionais. Em seguida, para se extrair significado do discurso, será realizada uma “análise interdiscursiva” entre a Vale e as organizações da sociedade civil. Para segmentar a análise do DS serão utilizadas as dimensões econômica, ambiental e social, considerando seus contextos e relações conceituais de risco e poder.

### **6.1 AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA VALE**

A Vale S.A foi fundada no dia 1º de junho de 1942, pelo então Presidente Getúlio Vargas. À época a estatal chamada Companhia Vale do Rio Doce foi criada por meio do Decreto-Lei nº 4.352. Foi privatizada em 1997 durante o governo Fernando Henrique Cardoso em meio a uma intensa campanha de ineficiência das estatais, promovida pelos meios de comunicação e pelo próprio governo (SÁ e REIS, 2008). Em 2007 a Companhia passou a se chamar apenas Vale e, desde então, passou a publicar seus relatórios de sustentabilidade. No mesmo ano passou a ser signatária do Pacto Global das Organizações das Nações Unidas – ONU (VALE, 2021).

Como Sociedade Anônima de capital aberto, a Vale negocia suas ações no Novo Mercado da B3, na bolsa de valores de São Paulo e na bolsa de Nova York e de Madri. Atualmente, a empresa atua em mais de 20 países e cinco continentes; é a maior produtora de minério de ferro, pelotas e níquel do mundo e é responsável por 70% da produção do manganês no Brasil. Contudo, a atividade da Vale não se restringe apenas à mineração, a empresa atua também em energia, siderurgia e em logística, ferroviária, portos, terminais e infraestrutura (VALE, 2021).

A Vale afirma ter como missão transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável. Sua visão é direcionada para ser a empresa de recursos naturais

global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta. A frase “A vida em primeiro lugar” encabeça a lista de valores da Vale, e é seguida da valorização de quem faz a empresa, do cuidado com o planeta, da forma correta de agir, do crescimento e evolução em conjunto e do fazer acontecer.

Para identificar e contextualizar as estratégias de desenvolvimento sustentável da Vale, serão utilizados os relatórios de sustentabilidade de 2015 a 2018, cujas publicações acontecem no ano subsequente. Para tanto, optou-se por analisar a distribuição dos canais de comunicação elencados no documento, bem como as escolhas do escopo do relatório e das questões de materialidade.

A concepção de desenvolvimento sustentável da Vale está atrelada à geração e compartilhamento de valor. Para a empresa, “o desenvolvimento só é sustentável quando se gera e compartilha valor com suas partes interessadas” (VALE, 2016, p. 24). Dessa forma, há um cuidado em se organizar ferramentas de comunicação para acessar as diferentes partes interessadas, dada as especificidades de cada uma, para atender os interesses da organização.

### **6.1.1 Canais de comunicação**

No relatório de sustentabilidade de 2015 é possível visualizar um quadro de mecanismos de diálogo com uma lista de 42 canais de comunicação e sua relação com os públicos de interesse (ANEXO A); tais como acionistas, empregados, fornecedores, comunidades, poder público e sociedade civil e imprensa. Algumas ferramentas de comunicação são utilizadas por mais de um público de interesse, como visita às operações e ouvidoria, que contemplam quase todos. Outras são orientadas especificamente para uma determinada parte interessada, conforme necessidade da Vale.

O diálogo com os acionistas está voltado para as questões de operações da mineradora e ao seu desempenho financeiro. Os canais de comunicação utilizados com eles (8) possibilitam uma interlocução mais direta por meio de correio eletrônico e telefone criado exclusivamente para esse público. Além disso, o investidor pode ter acesso a uma área específica no website da empresa, contendo informações sobre a mineradora, governança, mercado, ações, dividendos, dívidas, etc.

Com os fornecedores, também são utilizados um total de oito canais de comunicação, boa parte deles voltados para as questões de comercialização de produtos e serviços, tais como: portal de *e-marketplace*, área de fornecedor, reuniões, dentre outros. Já a comunicação com os

clientes (11) envolve um direcionamento possivelmente mais persuasivo, com utilização de campanhas e eventos especiais, e é o único com canal pesquisa de satisfação.

Além das campanhas e eventos especiais que também envolvem os clientes, a comunicação com os empregados (14) possui canais exclusivos de informativos eletrônicos diários, informativo impresso mensal e jornais murais. Ademais, a área de Recursos Humanos realiza com eles uma Pesquisa Global do Empregado com base em um estudo quantitativo. As ferramentas de comunicação com a comunidade foram as mais listadas, num total de 16 canais. Dentre estes, 10 deles são totalmente exclusivos para esse público, tais como os diagnósticos sociais, audiências públicas, processos de diálogo social, dentre outros.

O poder público e a sociedade civil (5) são tratadas em conjunto no quadro dos mecanismos de diálogo da Vale. A comunicação mais específica para este público está relacionada à participação em associações e entidades, bem como em conferências, fóruns e debates, além de entrevistas, o que é também comum à imprensa, para a qual foram relacionados 11 canais. Prioritariamente, para esse grupo foram destinados alguns mecanismos de comunicação, tais como: sala de imprensa, *webcast*, visitas às redações e rodas de conversa.

No relatório de sustentabilidade de 2016 da Vale, ano posterior ao o rompimento da barragem de Mariana, a empresa elaborou suas estratégias de diálogo social com o objetivo de estabelecer a confiança, envolvimento e relacionamento das comunidades e do poder público nas ações desenvolvidas pela organização. Com a concepção de desenvolvimento sustentável atrelada à geração e compartilhamento de valor entre as partes interessadas, a mineradora se utilizou do argumento de que para agir de forma correta, são necessário diálogos constantes com os diversos públicos (VALE, 2017).

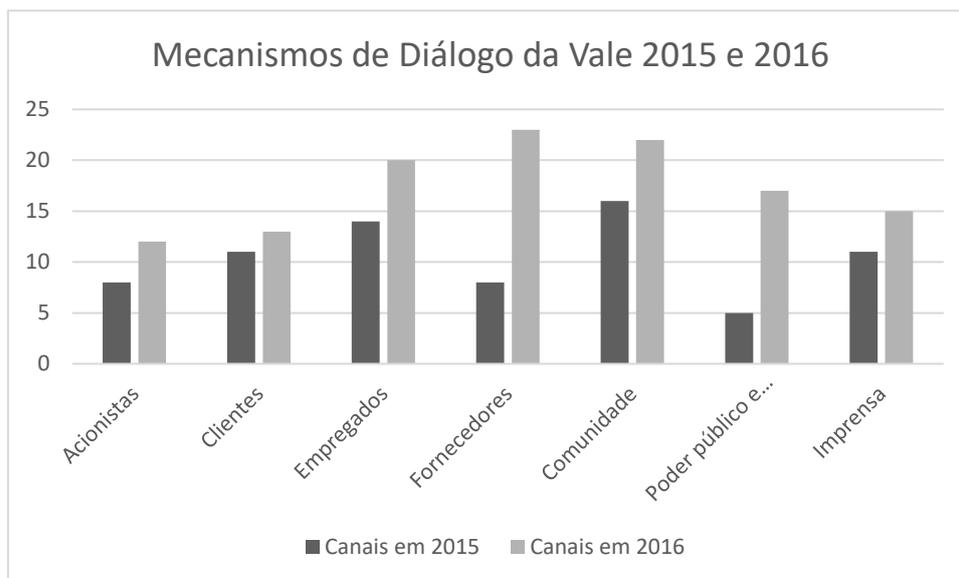
A comunicação da Vale em 2016 sofreu alteração e ampliou o uso de alguns canais junto ao seu público de interesse. Ao quadro de mecanismos de diálogo do ano 2016 foi adicionado o portal *vale.com* para todas as partes interessadas. Dessa forma, a lista passou de 42 para 43 canais de comunicação para a relação com os públicos de interesse (ANEXO B). Outrossim, os direcionamentos dos canais já existentes passaram a contemplar um maior público de interesse.

Em comparação ao ano de 2015, é possível perceber uma elevação no uso dos canais de comunicação em 2016 junto ao público de interesse. Entre os acionistas e clientes, o aumento foi relativamente tímido, todavia, entre os demais públicos, houve um aumento expressivo no direcionamento das diferentes ferramentas, conforme a tabela 3 e figura 3.

**Tabela 3** – Comparação dos Mecanismos de Diálogo da Vale entre 2015 e 2016

Público de Interesse	Canais em 2015	Canais em 2016
Acionistas	8	12
Clientes	11	13
Empregados	14	20
Fornecedores	8	23
Comunidade	16	22
Poder público e sociedade civil	5	17
Imprensa	11	15

Fonte: elaboração própria

**Figura 3** – Mecanismos de Diálogo da Vale entre 2015 e 2016

Fonte: elaboração própria

No ano de 2017, não houve grandes mudanças nos canais elencados pela Vale. O quadro permaneceu praticamente inalterado (ANEXO C). Contudo, vale ressaltar que a nomenclatura que antecede as informações sobre as ferramentas de comunicação da empresa foi modificada. Assim, o que antes era tratado como mecanismo de diálogo nos relatórios anteriores, passou a se chamar mecanismo de queixa e avaliação, com foco na mitigação ou remediação de conflito.

Quanto à distribuição dos canais para o público de interesse, foi possível perceber que o canal diagnóstico social - que era utilizado para o público da comunidade, poder público e sociedade civil - foi retirado do quadro. Todavia, o diagnóstico socioeconômico continuou fazendo parte dele. Para essas partes interessadas, também passou a ser utilizado o canal de equipe de Relações com a Comunidade, que antes só envolvia o fornecedor. Curiosamente, o empregado deixou de participar da audiência pública e foi substituído pelo fornecedor; e o canal da ouvidoria foi expandido para a imprensa.

O relatório de sustentabilidade de 2018 resgata a nomenclatura “mecanismos de diálogo”, utilizada nos relatórios anteriores aos de 2017, e acrescenta “escuta” ao nome. Ele vem como subtópico do quesito “Vale e seus stakeholders”, que sinaliza para o entendimento de “que estabelecer relacionamentos respeitosos e centrados no diálogo com os públicos da Vale é fundamental para que possamos transformar recursos naturais em prosperidade.” (VALE, 2019, p. 42)

Em seguida, são apresentados os recursos e meios utilizados, de acordo a empresa, para promover o engajamento dos diversos públicos. No ano de 2018, os canais sofrem uma redução de 42 para 37 se comparado ao ano anterior. Cinco canais deixam de ser utilizados, como o programa “encontro com lideranças”, que era voltado para todos os públicos em 2017; as “campanhas”, orientadas para cliente, empregado, fornecedor, comunidade e poder público; e os “eventos especiais” que eram focados nos clientes, empregados e fornecedores. Também são excluídos o “informativo impresso” e os jornais que eram direcionados para comunicar aos empregados, conforme ANEXO D. Por outro lado, houve a criação do “comitê de interlocução” - criado exclusivamente para dialogar com as comunidades.

Após o levantamento das ferramentas de comunicação da Vale entre os anos 2015 e 2018, foi possível perceber o uso de dezenas de canais empregados na reprodução do discurso da empresa, com estratégia específica para cada grupo de interesse, conforme a necessidade da instituição. Pôde-se evidenciar, ainda, um aumento expressivo no uso dos canais no ano de 2016 - após o rompimento da barragem de Mariana – principalmente junto ao público de empregados, fornecedores, comunidade, poder público e imprensa, com ampliação de campanha, eventos especiais e encontros naquele ano. Convém ressaltar que a quantidade dessas ferramentas foi reduzida gradualmente até o ano de 2018, à medida que se distanciava da data da tragédia.

As ferramentas de comunicação trazidas ao longo desta primeira parte do capítulo demonstram que a Vale, enquanto grupo privilegiado, segundo Van Dijk (2008), possui acessos mais ou menos exclusivos a vários discursos públicos. São discursos influentes, por isso, são os que possuem mais chances de controlar as mentes e as ações dos outros, e, em razão disso,

se confirma a posição de poder da mineradora. Segundo o autor, o poder de um grupo depende da relação entre a capacidade de exercer controle sobre os atos e mentes dos membros de outros grupos.

### 6.1.2 Pilares estratégicos

No relatório de sustentabilidade da Vale também são informados os pilares estratégicos para conduzir negócios e operações da empresa. Esses pilares fazem parte do planejamento estratégico da corporação, e são revisados anualmente considerando os objetivos dos acionistas, bem como as aspirações das unidades de negócio (VALE, 2015).

Identificamos que os pilares estratégicos da companhia foram modificados três vezes ao longo de quatro anos: entre o ano de 2015, época de rompimento da Barragem de Mariana; o ano de 2019, época da publicação do relatório de sustentabilidade da empresa; e alguns meses após a reincidência do rompimento de outra barragem da mineradora, na cidade de Brumadinho, conforme é demonstrado no quadro 3:

**Quadro 3** – Pilares Estratégicos da Vale entre 2015 e 2018

PILAR	ANO 2015	ANO 2016
1	Cuidar das pessoas	Cuidar das pessoas
2	Incorporar a sustentabilidade aos negócios	Incorporar a sustentabilidade aos negócios
3	Gerenciar portfólio com rigor e disciplina	Gerenciar portfólio com rigor e disciplina
4	Focar em minério de ferro	Focar em minério de ferro
5	Crescer por meio dos ativos de classe mundial	Crescer por meio dos ativos de classe mundial
PILAR	ANO 2017	ANO 2018
1	Melhoria no desempenho	Excelência operacional
2	Estratégia clara	Novo pacto com a sociedade
3	Evolução na governança	Transformação nos metais básicos
4	Tornar-se referência em sustentabilidade	Alocação de capital disciplinada
5		Maximizar o “ <i>flight to quality</i> ” no minério de ferro

Fonte: elaboração própria

Do ano de 2012 ao ano de 2016, a Vale baseou sua gestão em cinco pilares estratégicos, nos quais o discurso era focado no cuidado com as pessoas. Cuidado este que, inclusive, representava o primeiro pilar, e abrangia, segundo os relatórios de sustentabilidade desse intervalo, a busca por zerar acidentes e desenvolver seus colaboradores. No relatório de sustentabilidade de 2015, período que compreende o rompimento da barragem de Mariana,

foram registrados um total de cinco acidentes fatais envolvendo empregados próprios e contratados na execução de atividades em operações e projetos.

É importante salientar que o relatório daquele ano não contabilizou os óbitos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão - num total de 18 mortes confirmadas e um desaparecimento - aos números de acidentes fatais. Esses números foram registrados em um tópico específico do relatório, versando diretamente sobre o evento, no qual a Vale se coloca no papel de acionista, juntamente com a BHP Billiton, e como empresa diligente que se empenha em apoiar a Samarco no atendimento às pessoas afetadas e “em todos os esforços necessários para minimizar os impactos ao meio ambiente”. (VALE, 2016, p. 82)

O relatório de sustentabilidade do ano seguinte voltou a registrar outros cinco acidentes fatais, nos mesmos termos do ano anterior, “na execução de atividades em operações e projetos”. O rompimento da barragem de Mariana continua sendo tratado no conteúdo do relatório. No documento, a mineradora aduz o seguinte:

A Vale entende que persistem determinados questionamentos sobre o acidente de Mariana e que alguns deles podem ainda não ter respostas. Um acidente com essas características envolve questões complexas e as investigações ainda seguem em andamento. (VALE, 2017, p. 77)

Em seguida, a Vale informou acerca da celebração de acordo no bojo de ação civil pública ajuizada pela União Federal, estados do Espírito Santo e Minas Gerais, dentre outras autoridades governamentais, no valor de US\$ 5,8 bilhões. Reitere-se que no polo passivo da demanda figurou a Samarco, empresa da qual a Vale participa, juntamente com a BHP Billiton Brasil Ltda, na qualidade de acionista. A concordância compreendia a implementação de programas de reparação e compensação das áreas e comunidades impactadas pela ruptura da barragem de Fundão, que viria a ser executada pela Fundação Renova, uma entidade privada sem fins lucrativos administrada pela mineradora (VALE, 2017).

O segundo pilar visava a incorporação da sustentabilidade aos negócios por meio da construção de legados econômicos, sociais e ambientais nas regiões em que a empresa atua, como também através da mitigação dos impactos de suas operações. Já os últimos pilares focam na atividade fim da empresa: o terceiro pilar era orientado para o gerenciamento de portfólio “com rigor e disciplina”, e o quarto focava no minério de ferro e crescimento por meio dos ativos de classe mundial.

Em maio de 2017, com o lema “Mariana nunca mais”, Fabio Schvartsman assumiu a presidência da Vale. Neste ano, os pilares estratégicos da empresa foram alterados e passaram a ter como base o “foco na criação de valor compartilhado” (VALE, 2018, p. 7). A empresa reduziu para quatro o número de pilares, e modificou seus conteúdos para refletir a tônica de

suas atividades (VALE, 2018). Os pilares traziam consigo a ideia de expansão e maximização dos negócios, entretanto, acrescentavam o escopo de buscar reconhecimento “como a mineradora mais sustentável do setor”. (VALE, 2018, p.20)

Sem maiores explicações ou justificativas, no relatório de sustentabilidade do ano de 2018, cuja publicação foi feita em 2019 - após o rompimento da barragem B1 em Brumadinho - os pilares estratégicos foram novamente alterados e voltaram a figurar em cinco eixos. Dentre eles, não mais se podia perceber explicitamente qualquer menção à sustentabilidade. Todavia, houve uma preocupação em se comunicar sobre a capacidade técnica das operações e de um suposto acordo com a sociedade, seguido das questões relativas às transformações de metais e maximização do portfólio de produtos.

### **6.1.3 Materialidade**

A matriz de materialidade, ou seja: “o limiar em que os aspectos da sustentabilidade se tornam suficientemente importantes para serem apreciados pela empresa” (*Global Reporting Initiative* - GRI, 2013, 2016, p. 8), é uma outra questão tratada cuidadosamente pela Vale e que também sofre alterações de acordo com o contexto de cada momento. É um instrumento utilizado para levantar informações sobre questões relacionadas à percepção de impacto pelos grupos de interesse que sejam relevantes para traçar as estratégias do negócio.

Para definir o conteúdo do relatório de sustentabilidade de 2015, a Vale informou que se baseou em um processo de análise de materialidade desenvolvido no ano anterior. Assim, ela apreciou novamente os temas considerados mais relevantes com base na análise de documentos internos e externos, nacionais e internacionais, relacionados aos segmentos de atuação da empresa. Esse processo levou à inclusão dos resíduos entre os temas materiais da Vale.

Os temas tidos como mais relevantes foram validados pela diretoria da mineradora, segundo a qual foram considerados satisfatórios por cerca de 92% dos stakeholders que participaram do processo de consulta disponibilizado pela empresa durante 15 dias nas redes sociais, “com destaque para o tópico Gestão de barragens, no tema material Resíduos”. (VALE, 2016 p. 2)

Convém ressaltar que para efeito de reporte de desempenho da companhia, conforme relatório de sustentabilidade de 2015, só deveriam ser consideradas “as empresas do Grupo

Vale com percentual acionário maior que 50%” (VALE, 2016, p. 3). Ou seja, a Samarco - diretamente vinculada ao rompimento da barragem de Mariana - não estava ali incluída.

Em outra senda, a Vale busca afastar a percepção de sua influência das empresas de controle compartilhado, da qual ela detém de 20 a 50%, às quais ela chama de “coligadas”, na qual a Samarco está enquadrada, conforme segue:

Nas empresas controladas, a Vale tem assento em diferentes órgãos de administração, podendo integrar ainda comitês que vão além dos relacionados a questões de meio ambiente, saúde e segurança, recursos humanos e finanças. Por meio dessa atuação, a Vale participa de decisões estratégicas e influencia a elaboração de normas e políticas dessas empresas ou entidades, observando a legislação vigente do local de estabelecimento da empresa, incluindo questões de sustentabilidade. Nas empresas coligadas, diretas ou indiretas, em que tem de 20% a 50% do capital votante, ou em empresas ou entidades das quais possui controle compartilhado, em muitos casos, a Vale tem assento nos Conselhos de Administração, podendo integrar ainda comitês consultivos. A empresa procura que os membros por ela indicados para esses Conselhos e comitês tenham atuação alinhada com suas políticas de meio ambiente, saúde e segurança, recursos humanos e finanças, embora, na ausência do controle, não seja capaz de garantir a implantação dos mesmos padrões de suas políticas e normas. (VALE, 2016, p. 3)

Apesar de informar sobre o compartilhamento do controle, ao se referir a esse segundo grupo, é possível perceber explicitamente a intenção da Vale em se distanciar de eventuais desalinhos, notadamente naquilo que diz respeito às políticas vinculadas a questões de meio ambiente, saúde e segurança e normas internas.

Para o ano de 2016, a Vale promoveu um novo processo de revisão dos temas materiais, com base nas diretrizes do GRI G4. Para definir a relevância dos temas dentro e fora da organização, foram utilizados os resultados de consultas feitas nos painéis presenciais de engajamento com a participação do público interno. Já para o eixo Influência foram entrevistados especialistas em sustentabilidade, mineração e mercados nacional e internacional, além de estudos de mídia, análise de três empresas concorrentes e avaliação de megatendências e perspectivas nacionais e internacionais (VALE, 2017).

A construção da materialidade do relatório de sustentabilidade no ano de 2017 sofreu uma alteração na condução do ciclo de estudo para a formatação do escopo. O processo se baseou na revisão da cadeia produtiva dos negócios da empresa. Segundo o próprio documento, “incluindo os impactos econômicos, sociais e ambientais, assim como a análise dos riscos e oportunidades de sustentabilidade, com o objetivo de priorizar os temas mais relevantes para o sucesso do negócio e prestar conta às suas partes interessadas.” (VALE, 2018, p. 11)

Em continuidade com o estudo de materialidade do ano anterior, os temas socioambientais e de governança, mais relacionados aos negócios da empresa, seguiram sendo

examinados pela Vale em 2018. Segundo a empresa, os *stakeholders* internos e externos foram convidados a participar do processo de consulta por meio de pesquisa on-line, entrevistas presenciais e telefonemas. Ainda sobre as questões de materialidade, acrescenta-se ao relatório de sustentabilidade de 2018, publicado em 2019, que devido ao rompimento da Barragem I, da mina Córrego do Feijão em Brumadinho (MG), além dos temas materiais já definidos, “o tema ‘Resíduos Minerais e Não Minerais’ foi incorporado ao relato, dada a relevância do assunto e aos impactos socioambientais gerados”. (VALE, 2019, p. 48)

Com base no breve percurso entre os mecanismos de comunicação, e da construção dos pilares estratégicos e da matriz de materialidade da Vale nos relatórios de sustentabilidade da empresa entre 2015 e 2018, é possível perceber que a corporação trava uma luta pelo poder, dentro e ao redor da organização, por meio da criação e divulgação do discurso conforme Hardy, Palmer e Philips (2000). Além disso, eles ressaltam que “os sujeitos que têm o direito de produzir textos, ou seja, de se envolver em prática – também tem a possibilidade de moldar conceitos, objetos e posições de sujeito.” (HARDY, PALMER e PHILIPS, 2000, p. 25)

## 6.2 O DISCURSO DA VALE COMO ESTRATÉGIA DE “DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

Neste item, será analisada a forma de apropriação do conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) pela Vale, explicitada no Relatório de Sustentabilidade da Vale (2016; 2017; 2018; e 2019). A análise se fundamenta em trechos das referidas publicações, cujos sentidos mais reveladores estão expressos nas mensagens dos executivos de alto escalão da companhia – discurso que é dirigido mais diretamente aos públicos de interesse.

Para compreender o significado do discurso, será necessário entender a natureza da produção, disseminação e consumo do texto (HARDY e PHILLIPS, 2002). Dessa forma a identificação dos interesses e motivações presentes nas estratégias discursivas de DS da Vale S.A. será realizada por meio de “análise interdiscursiva”, baseada em articulação de textos de discursos diferentes, gêneros e estilos (FAIRCLOUGH, 2003). Assim, a interdiscursividade será feita mediante a confrontação do discurso da empresa com diversos atores da sociedade civil organizada.

O exame do sentido do discurso será realizado com base na consideração de seus contextos e relações com o DS. Assim, serão consideradas as conexões de discursos, ou intertextualidade, com base no entendimento de Fairclough e Wodak (1997) de que não há

como produzir discurso sem contexto, e que sem contexto também não é possível sua compreensão. Dessa forma, a análise considerará temporalmente o discurso da Vale na publicação dos Relatórios de Sustentabilidade entre 2015 e 2018, especificamente após o rompimento da barragem de Mariana e antes do rompimento da barragem de Brumadinho.

Para segmentar a análise do DS, serão utilizados três componentes fundamentais presentes no Relatório de Brundtland: proteção ambiental, crescimento econômico e equidade social (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1988), amplamente tratado na literatura sobre o tema como dimensões econômica, social e ambiental (CIEGIS, RAMANAUSKIENE, MARTINKUS, 2009) e (ELKINGTON, 1999).

### 6.2.1 Dimensão Econômica da Sustentabilidade

A análise da dimensão econômica da sustentabilidade nos relatórios da Vale considerou as construções discursivas produzidas pela empresa entre 2016 e 2019, marco do intervalo entre o rompimento da barragem de Mariana e o rompimento da barragem de Brumadinho. Assim, para efeito cronológico, pertinentemente, serão ponderadas questões transversais identificadas ao longo desse período, consideradas relevantes para a análise da referida dimensão.

O Presidente do conselho de administração e o Diretor-Presidente da empresa eram os responsáveis pela mensagem direta em nome da Vale no documento. Essa comunicação, geralmente era acompanhada de foto dos executivos e tinha lugar de destaque nas partes introdutórias do documento, em um espaço que compreendia entre uma e duas páginas, texto no qual, dentre outras tantas coisas, eles agradeciam e convidavam os leitores para a leitura do relatório:

Em nome do Conselho de Administração, agradeço à Diretoria, aos empregados e aos parceiros da Vale pela obtenção dos resultados aqui relatados. Convido todos a conhecer nossa trajetória rumo a um desenvolvimento cada vez mais sustentável. (VALE, 2016, p. 10)

Em nome do Conselho de Administração, agradeço à Diretoria, aos empregados e aos parceiros da Vale pela obtenção dos resultados aqui relatados. Convido todos a conhecer nossa trajetória rumo a um desenvolvimento cada vez mais sustentável. (VALE, 2017, p. 17)

Em nome do Conselho de Administração e de nossos acionistas, agradecemos o esforço dos que contribuíram para os resultados apresentados, especialmente os nossos diretores, empregados e parceiros. Convidamos todos a conhecer em mais detalhes a gestão de uma empresa comprometida em criar relações de confiança com as comunidades e apoiar o desenvolvimento das regiões em que atua, com respeito às suas características, aos aspectos culturais e ao meio ambiente. (VALE, 2018, p. 5)

O convite à leitura do documento feito pelo Presidente do Conselho de Administração, nos relatórios de 2015 e 2016, era uma tentativa de interação com o leitor, sendo, em seguida, apresentado o conteúdo do mesmo, que consistia basicamente nas seguintes informações:

- ✓ Relato dos desafios do ano considerando o cenário do negócio, os resultados econômicos, o preço do minério de ferro, e outros acontecimentos relevantes que afetaram o mercado da atividade;
- ✓ Ações tomadas pela empresa para enfrentar as adversidades do mercado e maximizar o lucro dos investidores;
- ✓ Sinalização de novos projetos de mineração e aumento da produção;
- ✓ Confiança no aumento da distribuição dos dividendos e compromisso com a comunidade e com o meio ambiente.

O primeiro contexto de análise compreendia o discurso no período pós rompimento da barragem de Mariana. Dessa forma, no Relatório de Sustentabilidade de 2015 (VALE, 2016), verificou-se que a tônica da mensagem do Diretor-Presidente da Vale naquele ano esteve voltada para o fato do rompimento. Já na introdução do texto se percebeu uma preocupação quanto à confiabilidade das informações trazidas no documento, metodologia utilizada e construção dos indicadores. Em seguida, antes de apresentar as questões referentes ao rompimento da barragem, a empresa através do seu Diretor-Presidente, assumiu o compromisso com a sociedade e com o meio ambiente ao ressaltar a correção das suas ações:

Não elaboramos um relatório de sustentabilidade para mostrar apenas o que fazemos bem. Pelo contrário. Esforçamo-nos na compilação e criação deste documento porque buscamos atuar sempre de forma responsável perante a sociedade e o meio ambiente. (VALE, 2016, p. 11)

Havia ainda, uma propaganda que passava a imagem de uma empresa que estava aberta para o diálogo, que era transparente e que queria construir, juntamente com a sociedade, melhores práticas para a mineração. Ressaltou ainda o papel de destaque que a “vida” tem para os valores da empresa – “A vida em primeiro lugar”, como se percebe no trecho a seguir:

Ao publicar o relatório, pretendemos também chamar a sociedade para o diálogo. Informando com transparência nossos indicadores, queremos abrir as portas para o debate e para a construção conjunta de melhores práticas para a indústria da mineração. "A vida em primeiro lugar" é um valor reconhecido e vivido no dia a dia por todos os empregados da Vale, e queremos cada vez mais levar a prática do Cuidado Ativo Genuíno – cuidar de si próprio, do outro e permitir que os outros cuidem de nós – para além das fronteiras de nossa

empresa. Embora números sejam importantes, para nós, a vida é e sempre será superior à produção. Investimos em políticas e procedimentos preventivos para minimizar riscos e proteger a integridade de todos os que trabalham em nossa empresa e estamos abertos a contribuições que nos auxiliem a atingir a meta do Zero Dano. (VALE, 2016, p. 11)

No Relatório de Sustentabilidade (VALE, 2016), o discurso da fidedignidade das informações, do valor à vida e do controle dos riscos preparava o leitor para a apresentação daquilo que a empresa chamou de “acidente”. Antes mesmo de o relatar, o texto tentou construir uma relação “humanizada” da empresa para com o evento, como se fosse portadora de sentimentos:

Quem conhece a política de Saúde e Segurança estabelecida na Vale pode ter a dimensão do quão devastadora foi para nossa empresa a perda de 19 vidas em decorrência do acidente com a barragem de Fundão, da Samarco, em novembro do ano passado. (VALE, 2016, p. 11)

Por outro lado, a mensagem do Presidente do Conselho de Administração da Vale tinha, naquele ano, como principal alvo o investidor. Praticamente todo o texto da mensagem era orientado pela preocupação com o resultado econômico, otimização dos recursos e distribuição de valor para os investidores. É possível perceber, nesse registro, o peso do viés econômico na consideração do DS (NOBRE, 2002), o objetivo de ressaltar a necessidade de assegurar a perenidade dos negócios:

A despeito da conjuntura econômica, fortalecemos nossa capacidade de otimizar recursos, aumentar a produtividade e, conseqüentemente, criar valor para os investidores. Obtivemos um sólido desempenho operacional. A estratégia de negócios segue direcionada ao *desenvolvimento sustentável* [grifo nosso], para permitir que atravessemos a volatilidade dos ciclos econômicos, e baseia-se em disciplina de custos e ativos de classe mundial. (VALE, 2016, p. 10)

Identificamos, também, no discurso de representantes da comunidade a compreensão de que a noção de sustentabilidade, na fala e na prática da Vale, estava diretamente relacionada a aspectos econômicos. Assim, a perenidade do negócio estaria relacionada à capacidade da empresa em gerar lucro e distribuir dividendos. Dessa forma, todo o quadro da empresa deveria estar alinhado com o objetivo da maximização dos resultados, ou, conforme o discurso da empresa, para a criação de valor. Segundo o representante do movimento social da Comunidade III, a noção de sustentabilidade está relacionada com o sucesso dos negócios da empresa:

(...) A Vale em particular não tem nenhum compromisso, zero compromisso com sustentabilidade de nenhuma forma. A única sustentabilidade deles é a sustentabilidade do próprio negócio, dos lucros, dos dividendos que distribui pros acionistas, porque estes cobram resultados. (...) Sustentabilidade pra Vale é obter lucro que se ela não der os resultados esperados pelos acionistas, eles

demitem, trocam os executivos e aí vem em cascata, trocando todo mundo. (Representante do movimento social da Comunidade III)

Pra mim o desenvolvimento sustentável pela Vale é um movimento que sustenta os caixas dela. Nada mais do que isso. E que sustenta as propagandas dela e sustenta a mídia dela, só isso. (Ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I)

Adicionalmente, o DS aparecia como elemento direcionador das estratégias de negócios e de prevenção ou administração de situações de crise, que só seria evitada com foco nos custos e nos ativos em uma escala globalizada, segundo os termos da própria empresa. Dessa forma, fica claro no trecho seguinte, na fala do Presidente do Conselho de Administração, que o DS representaria uma estratégia de subordinação da problemática ambiental aos interesses da globalização e da economia de orientação neoliberal, uma forma a conferir legitimidade à economia de mercado (LEFF, 2006), conforme texto a seguir:

Impulsionados pelo investimento contínuo em inovação, como a automação de processos, sistemas para análise e previsão de dados e a implementação de tecnologias móveis, obtivemos o aumento da produção com a redução de custos associados. Tais investimentos reforçam nosso compromisso com a geração de valor para os acionistas. Assim como em 2015, minério de ferro, níquel e cobre alcançaram recorde de produção. Esses fatores contribuem diretamente no alcance da meta de fortalecimento do balanço e para a redução da dívida líquida, hoje nossa prioridade. Além disso, o *desenvolvimento sustentável* [grifo nosso] permanece como direcionador da estratégia de negócios a fim de permitir que a Empresa consiga se adaptar às constantes mudanças dos ciclos econômicos. Para que isso ocorra, a disciplina de custos e o foco em ativos de classe mundial constituem os pilares dessa estratégia. (VALE, 2017, p. 17)

Passados dois anos desde o rompimento da barragem de Fundão, conforme o Relatório de Administração da Vale (2018), o valor de mercado da Vale aumentou, de US\$ 38,5 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para US\$ 63,6 bilhões em 31 de dezembro de 2017. Então, o Relatório de Sustentabilidade (VALE, 2018), teve um tom cercado de confiança. Era perceptível a mudança no discurso, que deixou de se referir às preocupações com questões de segurança e sobre a forma de operar da mineradora e passou a se referir ao sucesso nos negócios – a noção de sustentabilidade estava aqui associada, outra vez, ao sucesso do empreendimento e o foco da mensagem passou a consistir no aumento da produção:

O ano de 2017 foi extraordinário para a Vale. Reafirmamos a capacidade de nos reinventarmos em novos contextos de mercado, ao mesmo tempo que seguimos confiantes rumo a um futuro cada vez mais sustentável. (VALE, 2018, p. 6)

Nosso objetivo é continuar trilhando um caminho de sucesso, mas que não se restrinja a resultados econômico-financeiros. Queremos ser referência em sustentabilidade no setor de mineração. Para isso, vamos nos concentrar no

planejamento e na execução sistemática de programas e ações neste campo, trabalhando além dos limites de nossas unidades. (VALE, 2018, p. 6)

A dimensão econômica se sobressaiu ainda mais no discurso. Assim, o fato de a Vale pretender ser uma referência em sustentabilidade, no setor de mineração, e de não se restringir “a resultados econômico-financeiros”, dizia respeito à necessidade de garantir a perenidade de seus negócios. Ademais, ao afirmar que trabalhará além dos limites das unidades da empresa, o Diretor-Presidente evidenciava implicitamente que iria operar para além do que se pode suportar. Em outras palavras, isso significava na prática, dentro do contexto analisado, maximizar o risco e provocar consequências sociais e ambientais advindas desse processo.

No depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) - criada pela Câmara dos Deputados para investigar as causas do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, apurar responsabilidades e avaliar formas de reduzir os riscos de novos acidentes - a representante do movimento Justiça Global, Raphaela Lopes, também apontou para as consequências ambientais e sociais da ação de maximização dos lucros para atender à pressão do mercado. A Vale teria optado pela intensificação da atividade produtiva, redução dos custos e consequente aumento da exposição aos riscos, ainda que informada das implicações de se operar nessas circunstâncias:

Uma das hipóteses de um estudo realizado pelo grupo de pesquisa POEMAS sobre o rompimento da Barragem I de Córrego do Feijão em Brumadinho é que justamente a Vale, pressionada pelos imperativos do mercado e decidida a cortar custos, a explorar seus empreendimentos até à última gota, ao máximo que pudesse oferecer de lucro, decidiu continuar a exploração da barragem. Isso fez com que a empresa abrisse mão de tomar alguns cuidados e de arcar com certos custos relacionados à segurança da barragem, porque queria justamente espremer o empreendimento e usar o máximo que pudesse. Isso chegou ao conhecimento, foi visibilizado na Assembleia de Acionistas, mas, mesmo assim, a empresa não tomou nenhum tipo de providência. (BRASIL, p. 939, 2019)

O desejo de ser referência em sustentabilidade, expresso na mensagem do Diretor-Presidente da Vale - ao custo de trabalhar além dos limites das operações da unidade - não só dizia respeito à dimensão econômica do DS, como escancarava o caráter predatório da atividade de mineração nas condições enunciadas. O trecho seguinte, que traz a fala do representante do movimento social da Comunidade III, também corrobora esse entendimento, ou seja, do significado danoso de uma mineração “feita a qualquer preço”:

(...) É uma sustentabilidade do ponto de vista capitalista. É um negócio que precisa dar lucro a qualquer preço, a qualquer preço. (Representante do movimento social da Comunidade III)

No trecho seguinte, se identificou também uma confusão ou convergência entre os conceitos de DS e sustentabilidade empresarial do negócio. Assim, foi possível observar que o sentido atribuído ao DS, do ponto de vista da sustentabilidade empresarial, conforme a fala do Presidente do Conselho de Administração, teve um significado sobretudo econômico – nesse caso particular, esteve mais uma vez associado ao retorno do investimento. O valor gerado, de forma retórica, seria inclusive direcionado para as “comunidades” vizinhas:

A Vale quer ser reconhecida como referência em *sustentabilidade* [grifo nosso], gerando cada vez mais valor para as comunidades vizinhas. Para isso, trabalha incansavelmente em sua Missão de transformar recursos naturais em prosperidade e *desenvolvimento sustentável* [grifo nosso] sem perder o foco na gestão para a performance, no retorno sobre o investimento, na execução da estratégia e na transparência. Estamos cientes de que ainda há um longo caminho a percorrer. (VALE, 2018, p. 4)

Era nesse exato sentido que a polissemia e obscuridade da formulação do próprio conceito de DS, que foi construído com base em abordagens conciliadoras em meio a um campo de disputa entre economistas e ambientalistas, se prestava a incorporar distintos e conflitantes significados (LIMA, 1997). Ao afirmar que sua missão é “transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”, a Vale inseria discursivamente o termo DS no seu negócio (VALE, 2018, p. 4). Ao fazer isso, a empresa se utilizou do discurso da economia *mainstream*, de que a concentração cada vez maior em objetivos econômicos resultaria em soluções para os problemas ecológicos essenciais, caracterizando assim a primazia da economia (NOBRE, 2002). Contudo, o modelo de mineração que desconsiderava os interesses sociais e ambientais em função de proveitos econômicos era, por si só, insustentável, como identificado, mais uma vez, na fala do representante do movimento social da Comunidade II, no trecho seguinte sobre as ações das mineradoras região de Brumadinho:

(...) as grandes mineradoras, elas não têm responsabilidade, nem com o povo, e nem com o meio ambiente. Por quê? Primeiro, porque é uma mineração selvagem, devastadora, né? Sem preocupar com o equilíbrio local, e a gente viu isto de forma assim mais dolorosa, né? (...) Então, a gente verificou que ela tem apenas uma preocupação financeira, econômica, com o enriquecimento próprio, e nenhuma responsabilidade; nem com o meio ambiente, nem com as pessoas que vivem nele. (...) Eu acho que ela é uma empresa que busca apenas o lucro dela, não se preocupa com o desenvolvimento sustentável (...) Ela pode estar escrito lá nos valores da empresa, mas de fato esses valores eles não estão incorporados no dia a dia, na rotina, na forma de lidar com os locais, com os territórios que ela atua e ela de fato não desenvolve, né? E não tem essa preocupação. O objetivo é apenas a geração de lucro. (Representante do movimento social da Comunidade II)

O rompimento da barragem de Brumadinho, que ocorreu um ano após o Diretor-Presidente da Vale expressar o desejo de ser referência em sustentabilidade, e de informar que

desenvolveria o trabalho além dos limites das unidades da empresa, evidenciou ainda mais o distanciamento da mineradora dos princípios e dimensões, ainda que genéricos, do DS. Desta forma, o evento expôs o modelo de mineração selvagem e devastador que supunha ausência de responsabilidade social e com o meio ambiente, conforme relatado por representantes do movimento social da região impactada.

Fazendo aqui um paralelo entre risco e DS, pôde-se inferir, com base em Giddens (1991), que as operações da mineradora “além dos limites” foram fruto da intensificação de processos produtivos sem precedentes, a qual foi responsável por converter a degradação ambiental em risco, vitimando pessoas, ameaçando a sobrevivência e degradando os recursos naturais, não podendo ser considerado como inesperado, pois como afirma Demajorovic (2000) a “tragédia” é elemento que caracteriza a própria modernidade e o desenvolvimento econômico.

A publicação do relatório de sustentabilidade de 2018 (VALE, 2019) trouxe considerações e informações acerca do rompimento da barragem. A Barragem I da mina do Córrego do Feijão rompeu em 25 de janeiro de 2019 e o relatório de 2018 só foi publicado após o dia 03/06/2019, conforme a data das assinaturas da verificação externa do documento.

Verificou-se uma mudança na apresentação do documento de modo a exprimir o luto da empresa. Todo o documento foi apresentado essencialmente em cor de cinza e branco, e com alguns detalhes no tom de verde, o mesmo empregado na logo da Vale. A cor cinza - que predominou no documento “enlutado” - significa, segundo a psicologia das cores em comunicação (FARINA, PEREZ e BASTOS, 2006), resignação e neutralidade, podendo eventualmente indicar maturidade. Além disso, em sua associação afetiva, dentre outras coisas, envolve elementos como tristeza, seriedade, sabedoria e passado.

A mensagem do Diretor-Presidente seguiu a linha do discurso do compromisso da Vale quanto à transparência das informações. Assim, ele afirmou que, além de apresentar os resultados de 2018, o referido documento também abordaria o rompimento da barragem. Dessa forma, antes de se reportar às informações padrão daquele ano, o documento abordou as ações e desdobramentos do rompimento no ano de 2019. Outrossim, questões de segurança, confiabilidade das operações e proteção ao meio ambiente foram colocadas como prioridade máxima após o ocorrido:

O Relatório de Sustentabilidade faz parte do compromisso da Vale em disponibilizar informações de forma transparente. Assim, apresentamos aqui os resultados de 2018 e abordamos o rompimento da Barragem I, o qual impôs uma nova realidade e uma prioridade máxima: garantir a segurança das pessoas, bem como a confiabilidade de nossas operações e a proteção ao meio ambiente. (VALE, 2019, p. 6)

Em um tom de “lamento” e de “resignação”, a Vale ressaltou seu desejo de transformação após os impactos causados. Assim, ela afirmou pretender realizar ainda mais ações, dar continuidade ao cuidado com a vida e com o meio ambiente – é preciso que se afirme que esses elementos têm o mesmo reconhecimento que o valor de mercado da empresa. Ao fazer essa relação, a Vale se utilizou de sua posição de poder para elevar as expectativas do leitor, visto que a empresa é uma das maiores empresas de mineração do mundo.

Hoje, o nosso compromisso é fazer ainda mais do que já fizemos até aqui para, assim, transformar a Vale em uma empresa que seja tão reconhecida pelos cuidados com a vida e com o meio ambiente quanto pelo seu valor de mercado. É esse o objetivo que vamos perseguir daqui em diante. (VALE, 2019, p. 6)

Foi possível identificar também uma retomada do discurso do ano de 2015, quando do rompimento da barragem de Fundão. Assim como no relatório de 2015, no de 2018, o rompimento da barragem também foi a tônica da mensagem do Diretor-Presidente, na tentativa de “humanizar” a Vale. Essa preocupação se expressou, em um primeiro momento, na perda de colegas de trabalho, familiares, amigos e pessoas da comunidade, conforme mostrado no primeiro trecho. Argumento que é, inclusive, utilizado no trecho seguinte, onde o Diretor-Presidente da Vale afirma pretender extrair lições da tragédia para “transformar a Vale em uma empresa mais humana”, conforme segue:

Esta 12ª edição do Relatório de Sustentabilidade é publicada no momento mais desafiador da história da Vale. Com o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 25 de janeiro deste ano, perdemos colegas de trabalho, familiares, amigos, pessoas da comunidade. (VALE, 2019, p. 5)

Nossa obrigação é extrair lições dessa tragédia para transformar a Vale em uma empresa mais humana, mais segura e mais sustentável. Para isso, empenharemos todos os esforços e repensaremos métodos e processos, sem jamais esquecer as nossas responsabilidades com Brumadinho. Vamos trabalhar incansavelmente para garantir a segurança das pessoas e das operações da empresa. (VALE, 2019, p. 5)

Após o rompimento da barragem de Brumadinho, o discurso de uma Vale humanizada, preocupada com a vida e bem-estar dos colaboradores, foi posto à prova. O que foi constatado na fala do ex-colaborador da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I, a seguir apresentado, foi um sentimento de decepção, não só pela ruptura em 2019, mas em decorrência da sensação de ter sido enganado e influenciado. Desta forma, na percepção do ex-funcionário, tudo o que dizia respeito às ações da Vale era propaganda enganosa e diante disso ele se sentia lesado – a Vale vendia o que não tinha (segurança e bem-estar) e ainda afirmava ser a melhor:

Entendia assim, sabe? [A Vale era como um ser humano e a relação era como se fosse] de um humano pra humano (...) Lá dentro, estão faixas e cartazes (hoje eu não sei, eu não voltei lá mais): “a vida em primeiro lugar”. “O bem-estar do funcionário é o que manda pra empresa”. Cara, não tem nada disso! Esquece! Passa uma borracha! Apaga! Põe uma pedra ali e enterra, porque não tem nada a ver. Eu não estou dizendo isso porque aconteceu esse crime, né [rompimento da barragem de Brumadinho]? Só que hoje eu consigo ter outros olhos, [compreender] que aquilo foi simplesmente uma propaganda enganosa. Eu te vendi um objeto que eu não tenho pra te vender, mas eu consegui te influenciar [e fazer você acreditar] que aquele objeto eu tenho pra vender e que ele é o melhor. (Ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores Comunidade I)

Além disso, apesar da reincidência, no que diz respeito ao rompimento da barragem, a empresa destacava a obrigação em se extrair lições a partir do evento de forma a torná-la mais segura e sustentável, como se fosse algo ainda não experienciado pela organização, inclusive em outras localidades e países. Ao fazer isso, o Diretor-Presidente corroborou o discurso de ineditismo do evento na história da Vale, mencionada na mensagem do Presidente do Conselho de Administração, em documento do mesmo ano:

O rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão nos colocou diante de um cenário inédito na história da Vale. Pela primeira vez, a segurança e os padrões adotados por nós foram questionados por instituições governamentais e pela sociedade em geral. Diante dessa situação, buscamos tomar as medidas que se esperavam de uma empresa como a nossa: decidimos pela total priorização ao socorro às pessoas e comunidades atingidas, ao mesmo tempo em que determinamos a total adesão à investigação das causas do rompimento pelos órgãos especializados. (VALE, 2019, p.7)

A mensagem possuía sentido duplo quanto ao ineditismo, que poderia ser entendido como relacionado ao rompimento da barragem e ao questionamento dos padrões de segurança, ou apenas à segunda informação. Assim, a mensagem poderia ser entendida das seguintes formas:

1. O rompimento de barragem era inédito na história da Vale, e, pela primeira vez, a segurança e os padrões adotados pela empresa foram questionados por instituições governamentais, e pela sociedade em geral; ou
2. Pela primeira vez, a segurança e os padrões adotados pela Vale foram questionados por instituições governamentais e pela sociedade em geral, após o rompimento da Barragem I da mina Córrego do Feijão.

As questões de risco estariam aqui implicitamente relacionadas à questão de DS, visto que o rompimento da barragem produziu um impacto social, humano, ambiental e econômico.

Essas consequências tiveram repercussão nacional e internacional e impactaram na imagem da empresa. Assim, o evento colocou em questão a noção de sustentabilidade da própria empresa (associada à segurança), de sua capacidade de operar, uma vez que a mesma era recorrente.

Ao analisar as mensagens dos Presidentes do conselho de administração e dos diretores-Presidentes da Vale, presentes nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa entre os anos de 2015 e 2018 - que compreende também o ano de 2019, considerando a sua data de publicação - foi identificado que elas tendiam a intensificar a comunicação com os investidores quanto aos resultados econômicos da empresa. Nessa comunicação, a presença dos termos sustentabilidade e DS, exceto em seu sentido econômico, era apresentado com uma grande vagueza (quando referido aos interesses da comunidade e do ambiente).

Foi identificado também que as noções de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, utilizadas quase sempre como equivalentes, são mais exploradas no sentido de equilíbrio econômico, social e ambiental, particularmente no ano em que ocorrem os rompimentos das barragens (2015 e 2019), para justificar os esforços empreendidos pela empresa. Concretamente, à medida que o discurso se afastava temporalmente da data da tragédia, se percebia um deslocamento do discurso de DS - da genérica preocupação social e ambiental - para o de sustentabilidade empresarial no sentido de perenidade dos negócios.

No plano do discurso, no ano de rompimento das barragens, observou-se a ênfase nos seguintes elementos e aspectos: abertura ao diálogo com as comunidades, compromisso com a transparência das informações, compartilhamento de valor entre a empresa e a comunidade, prioridade da vida, desejo de mudança por uma mineração melhor, e humanização da empresa. Contudo, parte desses elementos esmaeceram no ano seguinte, e no relatório de 2017 - publicado em 2018, menos de um ano antes do rompimento da barragem de Brumadinho - a mensagem do Diretor-Presidente é toda voltada para o foco na produção e maximização dos lucros com trabalho, além dos limites da unidade.

No conjunto, o que se constatou foi que a Vale fazia uso extensivo do termo DS, mesmo diante dos danos sociais e ambientais causados pela atividade - os quais eram gerados na mesma proporção que a mineradora ampliava a acumulação e gerava lucros. Em um DS orientado para a maximização dos resultados econômicos, fica evidenciada a incongruência deste discurso, que conforme Nobre (2002), Lelé (1991), Vizeu, Meneguetti e Seifert (2012), emerge das contradições próprias da produção capitalista, particularmente a exploração, destruição e alienação características neste sistema.

## 6.2.2 Dimensão Ambiental da Sustentabilidade

Em razão de aparição secundária da dimensão ambiental no discurso de DS dos executivos da Vale no relatório de sustentabilidade, serão utilizados para discutir esta dimensão, principalmente, trechos extraídos das entrevistas com os representantes da sociedade civil organizada. A falta de respeito e de diálogo com a comunidade se fizeram presentes no tratamento dos impactos ambientais resultantes das ações empreendidas pela Vale, segundo a fala de representante do movimento social da Comunidade IV. Dentre os impactos apontados estão a destruição da vegetação, poeira, poluição sonora e questões relativas à água:

(...) A gente sempre teve problemas com poeira, (...) contaminação da água, das nascentes, esse desrespeito todo com a comunidade, a falta de diálogo com a comunidade, barulho, poluição, poluição sonora também. (Representante do movimento social da Comunidade IV)

O tema da água foi um dos mais citados pelos entrevistados. Segundo o relato a seguir, os recursos hídricos das comunidades seriam impactados pela mineração de três formas: destruição das nascentes no momento da instalação das operações das mineradoras, rebaixamento dos lençóis freáticos para bombeamento dos minerodutos, e contaminação por metais pesados e tóxicos no processo produtivo. Segundo o representante do movimento social da Comunidade III, é muito grande o impacto da atividade de mineração nos corpos d'água:

(...) quando você instala uma mineração, você destrói dezenas, as vezes centenas de nascentes d'água - E mais: todo o processo de beneficiamento do minério, de lavagem, o próprio bombeamento do minério nos minerodutos - que saem de Minas Gerais e vão até Vitória - ele é feito com água. Essa água é extraída, via poços artesianos, diretamente do lençol freático. Ninguém tem controle de quanta água se usa, e, uma vez usada, é uma água impréstável. Ela não volta para a natureza. A água que vai nos minerodutos, quando chega no porto, ela cai no mar. E a água que é usada no beneficiamento do minério é suja, imprópria para o consumo, carregada de metais pesados e tóxicos, e vai para a barragem de rejeito. (Representante do movimento social da Comunidade III)

Na fala a seguir, foi possível identificar uma relação direta entre a disponibilidade da água e quantidade de nascentes, com a redução desse recurso natural em decorrência do aumento da produção da mineradora ao longo dos anos. Paralelamente, como afirmou o Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I; em decorrência dessa exploração, e em virtude da limitação do acesso ao recurso da natureza - antes disponível como bem comum - se estabeleceu uma relação de dependência entre as comunidades atingidas e a Vale:

(...) a água diminuiu muito aqui. E aqui era um lugar que tinha muita água. (...) Aqui tinha muita nascente, muita mesmo! Aqui a quantidade de água era muito grande. Só que a mina dela tinha mais de mil metros de profundidade, aí ela acabava diminuindo a afluência do lençol freático, drenando o lençol freático e o levando para a barragem, a água do lençol. Aí diminuem as nascentes no Córrego do Feijão e nas redondezas. (...) Tanto que a gente depende da Vale cem por cento pra água. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

A Vale se instalou estrategicamente em cima de um lençol freático, e passou a deter o controle no fornecimento de água à comunidade. Além dos impactos ambientais causados pelas instalações da mineradora, questionou-se também a postura da empresa diante do controle do recurso e de seu fornecimento precário. Quando inquirida sobre a necessidade de compensação ambiental, decorrente do impacto gerado, o que se identificou, conforme a fala do ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I, foi que a empresa se desobriga a prestar o serviço de fornecimento de água para a comunidade, conforme verificado no trecho a seguir:

(...) A água é fornecida pela mineração, por ela [Vale] ter se instalado em cima do lençol freático que sempre abasteceu a comunidade. Então, a comunidade conseguiu com que ela tratasse essa água e abastecesse a comunidade. Você sabe o que mais acontecia na comunidade? Falta de água. Agora sabe por quê? Porque as bombas estão dentro da mina dela. Eu me lembro na reunião com a comunidade que a gente reivindicou a água, por estar vindo suja - quando vinha! A gente solicitou que tivesse um [caminhão] pipa pra poder repor essa falta d'água. Simplesmente, o gerente virou e falou assim: a Vale não é COPASA. Quem mexe com água é COPASA, a Vale mexe com minério, a gente não tem nenhuma obrigação de mandar água pra vocês, vocês que reivindicuem um [caminhão] pipa pra COPASA.

O tão propalado compartilhamento dos “valores” com a comunidade, tão preconizado no discurso de DS da Vale, não era percebido, na prática, pelas comunidades. De fato, ao contrário do que estava posto no discurso oficial anteriormente apresentado, o que se fazia presente na fala dos representantes das comunidades, e ex-funcionários, era a constatação de que os recursos naturais geravam prosperidade apenas para os acionistas. O crescimento econômico da empresa não reduzia a pobreza, nem minimizava os impactos ambientais, como preconizado pelo Relatório Brundtland sobre o DS. Neste ínterim, conforme relata o representante do movimento social da Comunidade II, o que se verificou, diante dos grandes prejuízos decorrentes do modelo de negócio implementado pela Vale, foi uma tímida compensação dos impactos sociais e ambientais causados pela exploração dos recursos naturais, conforme segue:

(...) A população precisava e merecia uma compensação pela perda que a gente tem dos recursos naturais, né? Pelo grande prejuízo que todo mundo tem. Porque quando você devasta o meio ambiente, você está tirando ali, você

está limitando a probabilidade de uma vida saudável, né? Não só do ecossistema, mas nossa também, da população. (Representante do movimento social da Comunidade II)

A degradação ambiental, decorrente da exploração mineral da Vale, aparecia como uma constante nas distintas falas dos sujeitos sociais que faziam parte das comunidades.<sup>2</sup> Algumas ações eram realizadas pela empresa no sentido de documentar e tornar público o tratamento dado por ela à dimensão ambiental. Contudo, como se pode observar nos trechos seguintes, é forte a percepção de que a empresa, no desenvolvimento de seus processos produtivos, encobria a degradação com uma roupagem dissimulada de boas práticas ecológicas. Entretanto, a lógica que prevalece é a da exploração destrutiva:

(...) A gente pensa na questão de sustentabilidade... O que existia era o mínimo, era aquele pra inglês ver mesmo, porque era um tipo de mineração que era disfarçado de práticas ecológicas; mas ele é predatório, tanto pro meio ambiente, quanto pra comunidade, pra cultura que tá no entorno daquilo ali, porque a Vale destrói todas as formas, o que ela pôde destruir essa comunidade, ela destruiu. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

(...) A Vale vem me dizer de meio ambiente. De meio ambiente, cara! De preservação da fauna, da flora, que não sei do que, não sei do quê... A preservação da fauna, da flora, não sei do que, não sei das quantas, entendeu? Lá foi criado um centro ambiental que chamava CEIA (Centro de Educação Ambiental), feito, simplesmente, um elefante branco no meio. Sabe pra qual o objetivo foi feito isso? Para que uma empresa terceirizada, se porventura ocorresse um acidente com algum animal dentro da mina, ele fosse levado para esse local para recuperação. Durante o tempo em que eu trabalhei, sabe quantos animais entraram lá dentro? Para o meu conhecimento, nenhum. (...) Para tirar a foto, para fazer o vídeo e para por na mídia. Simples assim! E vem me pregar que preocupa com o meio ambiente, não preocupa com o meio ambiente não. (Ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I)

Assim, com base nos trechos acima, na opinião dos referidos sujeitos sociais, foi possível identificar a preocupação da empresa com o meio ambiente como uma “falácia”. O que, de fato, existia, eram ações de comunicação com o objetivo de criar e divulgar a imagem de uma Vale comprometida com as questões ambientais. Contudo, na prática, quando se fazia, fazia-se o mínimo, ou o que se fazia era, “para inglês ver”, como confirmado no excerto que traz o exemplo de criação do CEIA - Centro de Educação Ambiental.

---

<sup>2</sup> Segundo o Relatório de Sustentabilidade da Vale (2019), ao longo de 2018, a empresa informou dar continuidade a sua atuação, na área de Sustentabilidade, por meio de iniciativas de mitigação e compensação dos impactos de suas atividades, desenvolvimento de ações ambientais, e, da tão repetida, criação de valor para as comunidades. Segundo a mineradora, são atividades de recuperação de áreas degradadas; conservação de áreas verdes; ações de pesquisa sobre os ecossistemas nos quais atua e investimento social nas comunidades do entorno.

Segundo consta na declaração, a construção do CEIA era a própria representação de um “elefante branco”, uma grande estrutura sem utilidade ou importância prática para as questões ambientais. A despeito disso, se criou o discurso de que serviria a essa finalidade. Contudo, a existência física daquela estrutura era o suficiente “pra tirar foto, pra fazer o vídeo e pra pôr na mídia” e assim propagar a imagem de empresa preocupada com o meio ambiente.

O desenvolvimento prático de ações relativas à dimensão ambiental, promovido pela Vale, se mostrou precário, segundo os depoimentos aqui registrados. Contudo, elas aparecem nas publicidades das ações da empresa, como componentes do DS. Assim, segundo o representante do movimento social da Comunidade III, aquele corpo social só conseguia visualizar a dimensão do cuidado ambiental e social nas propagandas financiadas pela mineradora, pois, no cotidiano, o que se observava era a prevalência de processos e ações voltados para a ampliação do lucro da companhia:

Então é uma empresa cujo o único objetivo é gerar lucro, gerar lucro, gerar lucro. Para quê? Para ficar cada vez maior, e conseguir gerar ainda mais lucro. Agora, nesse processo, os rios, as pessoas, as águas, os animais, são irrelevantes. Então, assim, eu não consigo ver dentro do processo do trabalho de uma empresa como a Vale, onde é que se encaixa a sustentabilidade fora das propagandas. A propaganda, ela é sustentável lá, né? Mas na vida real, concreta no mundo aqui. Isso não existe. É zero. (Representante do movimento social da Comunidade III)

Segundo os relatos, as ações ambientais promovidas pela empresa eram diminutas diante dos problemas de elevadas proporções que a mineradora produz. Assim, era irreconciliável a exploração econômica da atividade da Vale, com preservação e sustentabilidade ambiental, mesmo em seu sentido mais genérico, como os sugeridos pelo conceito de sustentabilidade e de DS. Dessa forma, a propaganda e o discurso teriam a função de criar um imaginário – essa era “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado.” (FAIRCLOUGH, p. 95, 1992)

No trecho seguinte, extraído da fala do Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I, a relação entre o conceito de sustentabilidade e a propaganda é feita mais uma vez:

A Vale não tem sustentabilidade nenhuma! Ela tem as vezes aquelas propagandinhas dela... Reciclar óleo, reciclar plástico, não sei o quê... Então, falar que era sustentável na questão ambiental, ela não é. Porque ela destrói, ela degrada muito, ela é altamente destrutiva. Porque ela acabou com a nossa comunidade; porque não é só o impacto da mineração; tem os impactos decorrentes da mineração; porque diretamente o impacto dela foi tirando da gente a água, mas, indiretamente, ela encheu a nossa comunidade de poeira;

porque a gente engoliu poeira foi vinte anos de mineração. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

A comunicação discursiva de DS da Vale dividia seu público receptor de duas formas: os de fora (sociedade de modo geral), e os de dentro (funcionários e comunidade do entorno). A estratégia para comunicação com “os de fora” estaria relacionada às diversas publicações veiculadas pela mídia com informações de seu interesse e em favor de sua imagem. Segundo o Representante do movimento social da Comunidade III essa estratégia é clara:

(...) ela tem uma estratégia para dentro dos territórios que ela destruiu e uma estratégia para fora. A estratégia para fora é a que você conhece, eles gastam bilhões com propaganda e publicidade em todos os canais, né? Até na TV a cabo, jornais, revistas, televisão comercial, TV aberta, rádio, e através desse volume de recurso que eles injetam nesses veículos comunicação; eles conseguem pautar o tom das notícias. Aqui em Minas, eu não sei se você conhece, mas a gente tem um ditado. Quem paga a banda, escolhe a música. (Representante do movimento social da Comunidade III)

Já as estratégias “para dentro” estariam ligadas ao domínio dos territórios, visto que ali ocorriam os impactos diretos resultantes da exploração das atividades da mineradora. Dessa forma, o discurso de DS é amplamente divulgado, e o mesmo tinha várias funções. Primeiramente, viabilizava o controle do território, de forma que sua produção continuasse em operação. Além disso, tornava possível que se associasse sustentabilidade e “desenvolvimento econômico”, o que permitiu que a Vale utilizasse seu poder econômico e político para se situar no terreno instável dos embates por meio de associação em redes, o que envolvia a possibilidade de alianças e interesses (CLEGG, 1992) – articulações com o poder público, lideranças comunitárias, grupos de interesse e “pessoas influentes” como afirma o representante do movimento social da Comunidade III:

(...) E eles [a Vale] têm uma estratégia para dentro, qual é a estratégia deles pra dentro? Para dentro dos territórios onde eles atuam ou onde eles estão, e é onde eles provocaram crimes dessa natureza. A estratégia deles é dominar o território. Como é que eles fazem isso? Através do cooptação do poder público, executivo, legislativo, lideranças comunitárias, pessoas influentes, sabe? (Representante do movimento social da Comunidade III)

Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB (2019), a Vale capturava as estruturas do Estado e fazia pressão para ampliação de sua capacidade de outorga de reservas minerais junto à Agência Nacional de Mineração, como também para a flexibilização ou extinção do monitoramento e da fiscalização por parte dos órgãos públicos ligados ao meio ambiente, que caracterizaria o que Giddens (2000) chamou de dissimulação diante da situação de risco, ao invés de anuncia-lo em suas várias dimensões e escalas. Destarte, o movimento denunciou a pressão da mineradora a setores do Estado para o não pagamento de multas e ações

judiciais. Acusaram também a empresa de sonegação de impostos, mesmo possuindo uma série de benefícios fiscais.

A questão do uso do poder econômico e político da Vale também foi tema de discursão na CPI da Câmara dos Deputados sobre o rompimento da barragem de Brumadinho. De tal forma, segundo Michelle Farias - Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale:

O que nós precisamos contemplar em relação à atuação da Vale? A Vale tem um imenso poder econômico. Coloca-se muitas vezes como um gigante econômico nas pequenas cidades, nas regiões e até mesmo nos países. A empresa é capaz de exercer pressão e influência junto aos governos locais, obtendo facilitações, isenções fiscais, financiamento, cessões de terrenos, e favorecendo seus interesses, com a flexibilização das legislações ambientais e trabalhistas. No Brasil, o próprio BNDES, em 2007, chegou a aprovar financiamentos para a Vale. (BRASIL, p. 919, 2019)

No contexto das referidas denúncias, apareceu o conceito de “captura corporativa”. Esta ideia, de acordo com Raphaela Lopes, da Justiça Global - coletivo de ativistas Vigência<sup>3</sup>, se caracterizaria pelo exercício de influência entre os setores públicos e segmentos da iniciativa privada:

A captura corporativa é conceituada, segundo o coletivo de ativistas Vigência, como a influência assimétrica ou desproporcional em relação a outros atores sociais, das empresas privadas ou entidades representativas do setor, sobre os processos e instâncias de tomada de decisão dos poderes públicos, de forma a beneficiar seus próprios interesses, muitas vezes em detrimento do interesse público. Ou seja, o enorme poder econômico que detêm as empresas converte-se em poder político, e isso se verifica no caso da Vale e em outras situações também. (BRASIL, p. 907, 2019)

A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo e está presente em mais de 30 países. Segundo o conceito da captura corporativa, o poder econômico da empresa se converte em poder político para obter vantagens competitivas e criar pressão ou influenciar as decisões do poder público para seu próprio benefício. Convém ressaltar que se fez presente, em discursos aqui registrados, o fato de que a empresa exerceu influência nas decisões de natureza propriamente pública que envolviam seus interesses – e, dessa forma, ela mantinha o controle dos territórios e atuava dentro do Estado junto à gestão pública.

Segundo ainda as referidas falas, não foi possível identificar equilíbrio entre a exploração mineral e a preservação dos recursos naturais. Os impactos causados pelas suas

---

<sup>3</sup> Vigência é um grupo de ativistas que denuncia os efeitos sociais do capitalismo extremo no Brasil, enfatiza o processo de privatização da democracia por meio da captura corporativa das instituições públicas por empresas nacionais e transnacionais.

ações eram administrados de forma paliativa e envolviam relações assimétricas de poder, que geravam situações de dependência entre a mineradora e a comunidade.

Desse modo, segundo os registros discursivos de setores e segmentos sociais aqui representados, a preocupação ambiental da Vale é uma construção discursiva, criada artificialmente por meio de ações de pequenas compensações ou implementação de ações ambientais pontuais. A Vale explora os recursos naturais de forma predatória, dissimulada de “boas práticas ecológicas”; utilizando o recurso dos conceitos de sustentabilidade e DS nos relatórios para os acionistas, e nas propagandas para o grande público, através da apropriação social e ambiental incorreta do trabalho e da natureza.

### 6.2.3 Dimensão Social da Sustentabilidade

Nas discussões sobre a dimensão social da sustentabilidade da Vale, a relação de segurança, saúde e bem-estar na vida das pessoas foi característica discursiva chave para análise do discurso de DS da empresa. Outro ponto identificado como relevante, associado à essa dimensão, foi a geração e o compartilhamento do que era considerado como “valor” da empresa. Segundo os Relatórios de Sustentabilidade da Vale (2016, 2017, 2018 e 2019), o valor gerado pela empresa é compartilhado com a sociedade, possibilitando assim um crescimento conjunto, como no trecho seguinte:

Sabemos do tamanho da nossa responsabilidade e acreditamos que o desenvolvimento só é sustentável quando a Empresa e a sociedade crescem juntas, compartilhando o valor gerado. (VALE, 2017, p. 18)

A dimensão social do DS estaria aqui ligada ao crescimento proporcionado pela noção e práticas sustentáveis – conceito que, mais uma vez foi considerado, como afirmou O’Riordan (1993), de deliberadamente vago e inerentemente contraditório. Assim, a noção de “criação de valor” esteve presente no que a empresa qualificou como sua visão: “ser a empresa de recursos naturais global número um em criação de valor de longo prazo, com excelência, paixão pelas pessoas e pelo planeta” (VALE, 2018, p. 19). A Vale associou ainda a noção de valor ao impacto proporcionado na vida das pessoas pelos benefícios proporcionados pelas matérias primas geradas pela Vale, e que se fazem presentes na vida das pessoas, como afirmou o Presidente do Conselho de Administração:

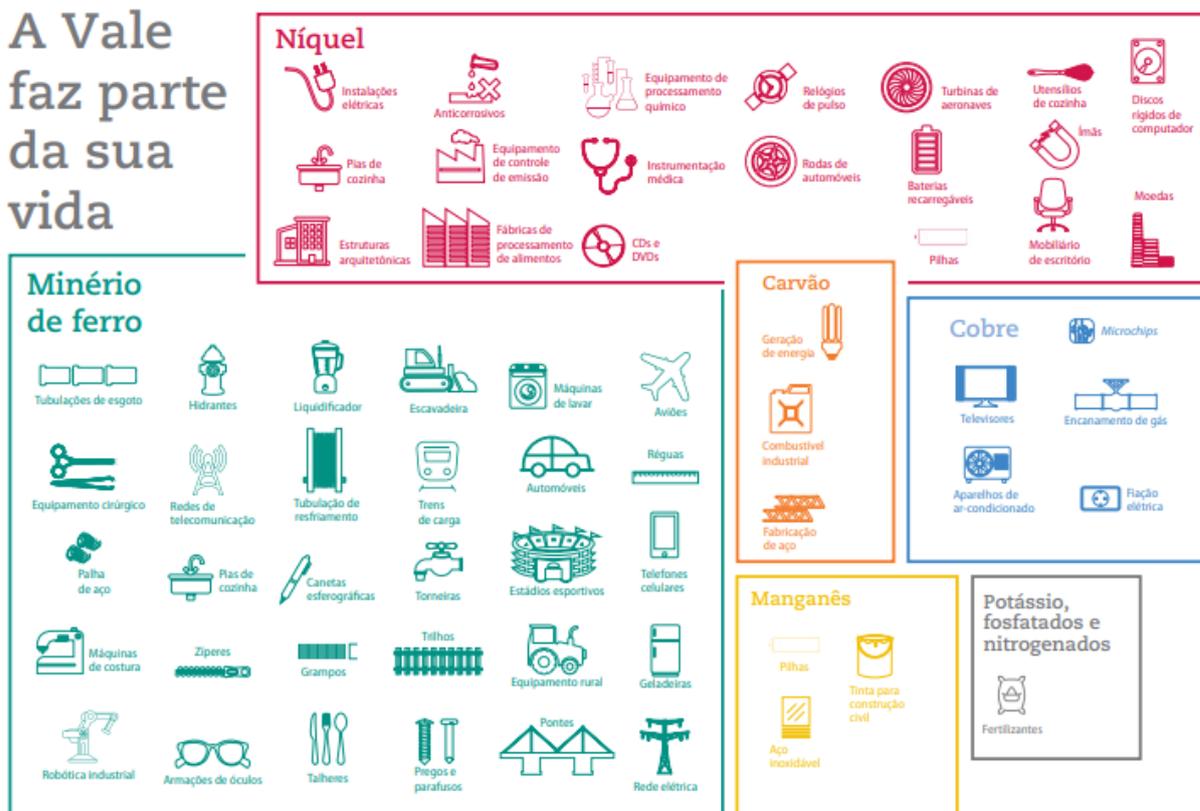
Um ponto importante dessa jornada é o entendimento de “valor” como algo que vai muito além do elemento financeiro, e se traduz em benefícios que os negócios são capazes de gerar. Isso ocorre, por exemplo, quando as atividades da Vale fornecem matéria-prima para produtos usados no cotidiano da

população. Minério de ferro, cobre, níquel, cobalto e carvão estão presentes em utensílios, processos e tecnologias que definem a maneira como vivemos, e têm impacto direto na qualidade de vida das pessoas. (VALE, 2018, p. 19).

Dessa forma, o discurso da Vale de geração de “valor”, quando referido à comunidade, esteve associado ao consumo. Ou seja, o discurso é vinculado aos benefícios usufruídos pelas pessoas na condição de destinatárias finais: quando se beneficiam de produtos como consumidoras, através do acesso a bens produzidos a partir da matéria-prima gerada pela empresa. Assim, a Vale, discursivamente, aproximou a sua ação produtiva de supostos benefícios à população.

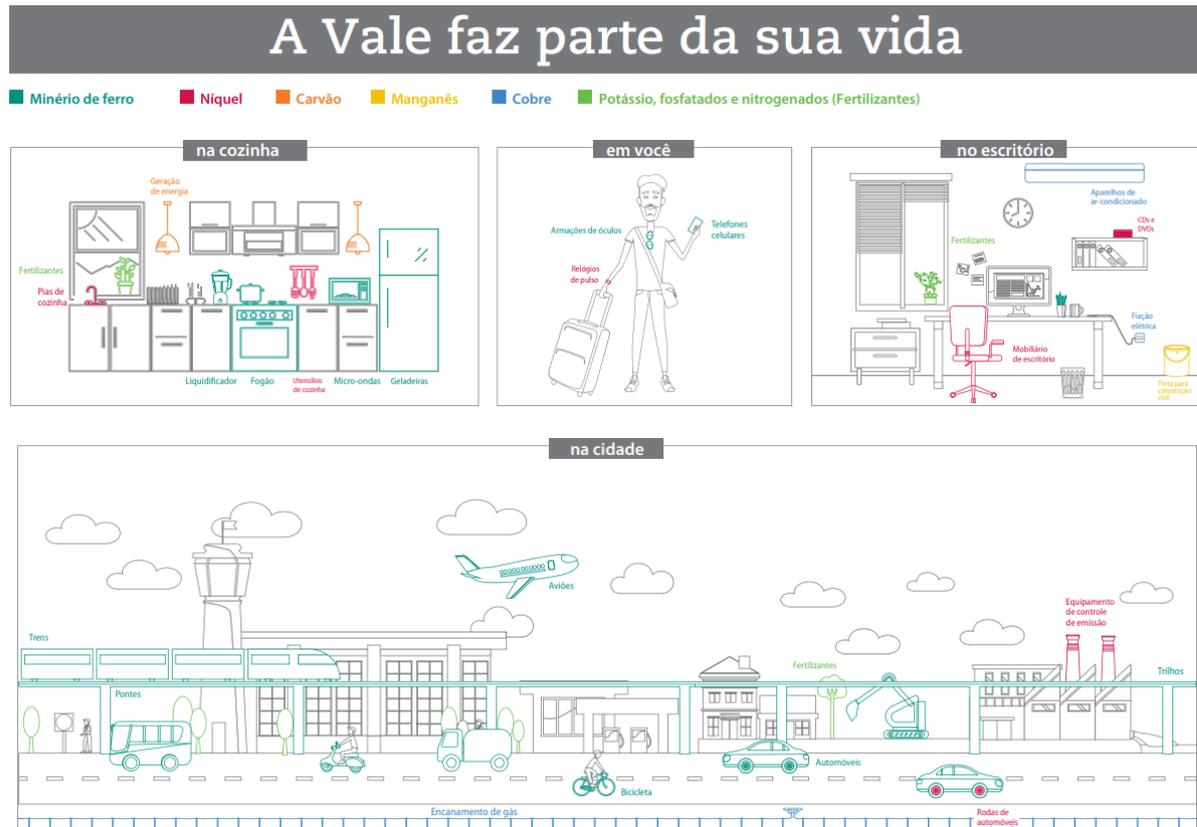
A noção de “geração de valor para a comunidade” pôde ser entendida como um desdobramento do discurso “A Vale faz parte da sua vida” (VALE, 2017, p. 5), presente nos relatórios dos anos 2015 e 2016, no qual a empresa ilustra bem essa formulação conforme as figuras 4 e 5:

**Figura 4** –A Vale faz parte da sua vida – Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2015



(VALE, 2016, p. 4)

**Figura 5** –A Vale faz parte da sua vida – Relatório de Sustentabilidade da Vale de 2016



(VALE, 2017, p. 5)

No relatório de 2015, a Vale expôs, imagetivamente, produtos que ela comercializava (níquel, minério de ferro, carvão, manganês, cobre, potássio, fosfato e nitrogenado), de modo a associar seus produtos à vida das pessoas. Para demonstrar a presença no cotidiano da sociedade, a empresa fez a disposição de diversas imagens. Dentre elas, estão objetos, equipamentos, construções, acessórios, utensílios, meios de transporte e outros; e os apresentou associando-os às matérias primas extraídas pela mineradora, usando o recurso das cores, de modo a tornar fácil a compreensão e a comunicação.

No relatório do ano posterior, 2016, se percebeu a ampliação do esforço da aproximação da Vale com a vida dessas pessoas. O princípio continuou o mesmo: a matéria-prima gerada pela empresa foi associada a um produto acabado, com função relevante na vida e no cotidiano das pessoas. Ela associou também a matéria-prima a diversos espaços de vivência e apresentou, de forma ilustrativa, argumentos, representações, imagens para reforçar a noção de utilidade e de função social. Ou seja, com base no uso que se faz desses bens e produtos, a Vale está na sua vida, está na sua cidade, está no seu trabalho e na sua casa. A Vale está até em você. A Vale está em tudo! A Vale é importante. A Vale melhora a qualidade da sua vida!

A Vale buscou atingir diversos públicos de interesse com o discurso de segurança, saúde e bem-estar na vida das pessoas. Na primeira pessoa do plural, a empresa tentou criar um vínculo de pertencimento com aquele que lê a sua mensagem e, de forma ampliada, ela expressou a necessidade de levar o “Cuidado Ativo Genuíno” para além da empresa, como afirmou o seu Diretor-Presidente:

O negócio pode ser cíclico, mas os nossos valores não, e eles são os pilares da nossa Empresa. Agora, precisamos levar o Cuidado Ativo Genuíno para além da Vale, e iniciar uma jornada para uma mineração mais segura e a favor da vida em toda a indústria. A vida em primeiro lugar no trabalho, em casa e em nossas comunidades. Somos responsáveis por transformar isso em realidade. (VALE, 2017, p. 18)

Assim, o “valor” corporativo “a vida em primeiro lugar” convencia e era replicado para e por funcionários e para e pela comunidade; mesmo com o rompimento da barragem de Fundão em Mariana. O discurso estava presente dentro das operações da empresa e chegava nas comunidades do entorno por meio dos funcionários e terceirizados da Vale, conforme afirmou o Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I:

Nos últimos vinte anos nunca teve um acidente desde que a Vale pegou lá. Então passava mesmo uma ideia de segurança porque falava das regras de ouro né? E a vida em primeiro lugar e tal. Então, tipo assim, como a gente nunca viu nenhum acidente a gente acreditava que era sempre assim. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

Não por outro motivo, a máxima “vida em primeiro lugar” esteve entre os assuntos que emergiram nas entrevistas, no âmbito da abordagem sobre risco e DS. No trecho seguinte, na fala de ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I, foi possível perceber a efetividade desse discurso na construção de representações positivas da realidade por parte da empresa:

A lavagem cerebral é tão bem feita nas reuniões... A sensação de segurança ela é tão bem plantada na sua mente, como chip, que você acha que a Vale é Jesus Cristo. É Jesus Cristo! Só que é aquilo que eu te disse. Eu nunca tive a oportunidade de ver atrás da cortina, até que essa barragem se rompeu. Quando a barragem se rompeu, para você ter uma noção, a barragem se rompeu vitimou a minha irmã, vitimou a minha cunhada, fora inúmeros amigos que eu não consigo nem contar. Eu sequelei os restos mortais da minha irmã. Para te dizer num português bem grosseiro: a Vale me deu dois pedaços do corpo da minha irmã para eu sepultar. Eu ainda consegui voltar a trabalhar lá dentro, cara! Para você ter noção de como é tão bem trabalhada a cabeça da gente. (Ex-funcionário da Vale e ex-membro da associação de moradores da Comunidade I)

A comparação da Vale com Jesus Cristo pelo ex-funcionário da empresa foi entendida como uma representação imagética da Vale como sagrada, virtuosa e inquestionável, com base

na religião cristã. Assim, mesmo após o rompimento da barragem de Brumadinho, o discurso de segurança e comprometimento com a vida não foi desconstruído de forma imediata. Além dessa constatação, foi possível observar a utilização de analogias como “lavagem cerebral” e “implante de chip” para evidenciar que a internalização do sentimento de segurança foi fruto de ações voltadas à legitimação produzida pela empresa.

Na fala acima, foi possível identificar também o registro da impossibilidade de acesso aos bastidores. O “ver atrás da cortina”. Ao funcionário só era permitido ver aquilo que estava cuidadosamente programado para ser mostrado. É possível perceber relatos semelhantes a esse, no qual se consolidava uma imagem de segurança do empreendimento e de uma certa incredulidade em relação aos riscos de suas operações. Após a análise das entrevistas, foi possível constatar que a construção discursiva de segurança de barragens se dava de diferentes formas. A saber:

1. A negação do risco, presente na fala do Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I:

Eles falavam que não tinha risco nenhum que era por conta de fiscalização, que o governo pediu (...) faziam um treinamento lá, mas falavam assim: “que não tinha risco nenhum, que era só para as pessoas treinarem, porque era uma exigência legal.” (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

2. O uso de respaldo dos órgãos públicos para atuar nas condições em que operavam, como afirmou o Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I

Como eles falavam assim, que não tinha risco, aí a comunidade acreditou, porque tinha anuência do governo, né? A Prefeitura, a defesa civil participava dos treinamentos, então passava uma ideia de segurança. (...) Os órgãos públicos falavam que não tinha risco. Então, não tinha porque se preocupar se o próprio órgão, que era a Defesa Civil, estava falando que não tinha perigo. Entendi como que a gente não ia acreditar... Porque, tipo assim, era só uma coisa normal. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

3. A ausência de debate sobre o risco, conforme declarações do Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I, e dos representantes do movimento social das comunidades II e III:

Na verdade, pra ser bem sincero, esse assunto [rompimento da barragem de Fundão] nunca foi motivo de discussão. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

A gente não tinha noção da situação em que as barragens de fato estavam, né? Houve, assim, aquela comoção; houve uma preocupação, mas, de fato, eles não fizeram um levantamento apurado e não nos colocaram a par do risco.

Então, a gente não acreditava que aquilo, de fato, pudesse acontecer novamente, sabe? (Representante do movimento social da Comunidade II)  
 Na verdade, eles não tocam a questão da segurança de barragem, eles fazem uma propaganda antisséptica, né? Que é a lei do Plano de Segurança de Barragem, obrigatório por lei fazer o treinamento e tal. Então, assim, em nenhum momento eles vão dizer que a barragem estava ameaçada. (Representante do movimento social da Comunidade III)

4. Manipulação sobre o rompimento da barragem de Fundão em Mariana. A manipulação discursiva quanto ao rompimento da barragem de Fundão, identificada nos trechos seguintes, reflete o discurso produzido no Relatório de Sustentabilidade da empresa, que ora tratou o rompimento como acidente, ora o abordou simplesmente como se não tivesse existido. Essa dubiedade é registrada pelo representante do movimento social da Comunidade II

Porque houve o crime de Mariana, e aí se pensou: “ah, foi, de fato, um acidente”. Mas, quando aconteceu o crime de Brumadinho, a gente viu que não se tratava mesmo de um acidente. E era negligência, né? (Representante do movimento social da Comunidade II)

No trecho acima, foi possível identificar a propagação do discurso de “acidente” da barragem de Fundão – o que posteriormente foi desconstruído, diante do rompimento da barragem de Brumadinho. Já nos fragmentos de discursos a seguir, se identificou com mais clareza a responsabilidade da Vale em relação a Fundão e a atribuição da reponsabilidade a Samarco (que detém 50% do controle da Vale), segundo o Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I e a representante da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, Michelle Farias:

(...) quando a gente olha a questão da barragem de Fundão, a gente não vê relação com a Vale em si, porque a Vale sempre na comunidade... Ela alega não ter nada a ver em Mariana. (...) Então, para a comunidade, como não é a Vale diretamente, né? Digamos assim, o nome é a Samarco. Essas questões, elas não foram trabalhadas aí com os moradores do Córrego do Feijão (...) Porque a Vale o tempo todo fala isso, que Mariana não era a Vale. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

Quase quatro anos após o crime no Fundão, a Vale não compensou, não reparou os atingidos. Ela se desvincula da Samarco, mesmo esta sendo uma *joint venture* dela. (BRASIL, p. 920, 2019)

A tentativa de construção de distanciamento da imagem da Samarco, que teve início já em 2015, permitiu ao Presidente do Conselho de Administração da Vale, em 2019, construir o discurso de ineditismo sobre o questionamento dos seus padrões de segurança, mesmo depois do rompimento da barragem de Fundão. Essa situação também foi percebida pela comunidade em Brumadinho:

(...) quando acontece aqui [o rompimento da barragem de Brumadinho], acontece como se não tivesse acontecido em Mariana, né? (Representante do movimento social da Comunidade IV)

Dessa forma, ao negar a existência dos riscos das estruturas de barragem, com respaldo do poder público, a Vale cria o discurso de segurança e bem-estar. Ademais, segundo os relatos apresentados, a empresa construiu sua própria realidade controlando informações, evitando o debate e manipulando os fatos sob o slogan “a vida em primeiro lugar”. Assim, os interesses da empresa estavam acima das possibilidades e certeza técnica que poderiam levar às constatações de risco e ameaçar o seu bolso, o que Beck (2010) chama de simbiose de ciências naturais e humanas, de interesse e fato. Foi pontuado, inclusive, pelo Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I, que havia um desconhecimento sobre a existência de barragens por parcela da comunidade do entorno:

Na verdade, quando a barragem rompeu em Mariana, a gente não imaginava que ia acontecer isso aqui, porque nem todo mundo sabia que tinha uma barragem lá. Muita gente morava aqui, e nunca soube que tinha uma barragem na área. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

Alguns relatos evidenciaram o distanciamento da Vale na relação com a comunidade - apesar da figura da “comunidade” estar presente na comunicação institucional da empresa. Assim, as estruturas de barragem não eram de conhecimento geral das pessoas, e os riscos não eram discutidos. Aqueles que tinham acesso às informações sobre as operações da empresa, ou eram funcionários ou conviviam com eles. Mas, ainda assim, o conhecimento era incipiente e insuficiente para levantar questionamentos, como afirma o representante do movimento social da Comunidade IV:

A gente só sabia que tinha algo, que tinha barragem ali pelos próprios trabalhadores, os moradores daqui que trabalhavam lá, que sabiam, né? O meu pai, por exemplo, sabia, porque ele trabalhou ajudando a montar aquela barragem. (...) A gente não sabia, por exemplo, até o rompimento, eu mesmo não sabia que tipo de barragem que era, porque não tinha, nunca teve essa informação, nunca teve esse diálogo, dizendo: olha, nós temos ali uma barragem, então os riscos são tais, os cuidados são tais. Nunca teve, a gente não sabia. A gente sabia que tinha um complexo minerário ali, e os trabalhadores que trabalhavam lá dentro sabiam que tinha uma barragem, né? Mas a gente não sabia, não sabia exatamente onde era, né? Em relação a comunidade, não sabia. Não sabia como é que era o complexo, né? Que tipo de barragem que tinha ali. (Representante do movimento social da Comunidade IV)

Ainda que as estruturas minerárias da Vale estivessem dentro dos territórios, havia um distanciamento nas tratativas com as comunidades do entorno. Além dos muros físicos que delimitavam a separação entre os atores, existia também uma barreira nas relações que eram

costuradas por meio de engendramentos burocráticos de imposição de poder e por frustrações de expectativa, como afirma o ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I:

(...) A Vale não vem na comunidade. Antes disso [rompimento da barragem de Brumadinho] ela não vinha na comunidade. A reunião era marcada dentro da Vale. (...) E vou te dizer a falta de respeito era tanta, era tanta, que você tinha, nós sendo uma associação organizada documentada, a gente tinha que agendar com eles quinze, vinte, trinta dias antes e acontecia, no dia da reunião, eles não atenderem. (Ex-funcionário da Vale e ex-membro da Associação de Moradores da Comunidade I)

No trecho anterior, foi possível identificar o distanciamento, e a não proximidade, entre comunidade e empresa. Mesmo seguindo o rito imposto pela organização, o compromisso agendado nem sempre ocorria. Assim, além de demonstrar o poder da Vale, essa postura também reduziu a comunidade a uma condição de poder menor, ou subalterno, nessa interlocução; ou até de completa invisibilidade, como constatado na fala do Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I:

A comunidade não faz parte (...) é no sentido de que pra Vale, ela não estava nem aí pra comunidade. Nada, nada, nada. É como se ela não tivesse aqui. (Presidente da Associação de Moradores da Comunidade I)

Por outro lado, observou-se também na relação com a comunidade um sentido de domínio do território pela empresa. A Vale tinha uma relação de controle dentro das comunidades que criava artifícios discursivos para conduzir a situação em favor da empresa, conforme afirmação do representante do movimento social da Comunidade III:

(...) A gente tem dentro do território uma luta diária, de disputa mesmo. Porque, obviamente, a Vale não diz a que veio, né? Ela consegue fazer isso usando subterfúgio, não conta a história toda, promete, não promete, enrola, ela tem uma série de ferramentas pra garantir que o território seja sobre o seu domínio. (Representante do movimento social da Comunidade III)

Dentre as ferramentas de controles citadas, estava a função denominada “relações com a comunidade”. As pessoas responsáveis por estabelecer tais relações seriam as responsáveis por mapear os atores das comunidades e criar estratégias de aproximação mediante identificação das necessidades de cada um, conforme a fala do referido representante do movimento social da Comunidade III:

(...) Essas pessoas, os “relações com a comunidade”, toda a equipe da Vale, como eu falei, são muito profissionais, eles têm mapeado quem é quem, o que é que faz, o que que pensa, como que vive e aí vão dando um jeito se aproximar, né? Dando um espelinho aqui, uma miçanga ali, sabe? É uma cesta básica, uma água mineral, enfim, não tem um uma receita pronta, uma receita pronta é controlar o território, né?

Segundo relato dos representantes das organizações da sociedade civil, essa aproximação poderia ter duas finalidades. Vai desde a cooptação de lideranças que atuam nos territórios pela luta por direitos, até o silenciamento das pessoas da comunidade:

As mineradoras atuam muito assim. Tipo, a gente tá aqui organizado na associação de moradores e aí a mineradora oferece: ó, vou aqui fazer um curso de captação de lideranças, que na verdade é uma cooptação, né? Vou aqui incentivar organizações de vocês, desde que vocês não nos ameacem. (Representante do movimento social da Comunidade IV)

Outra forma que ela tem de manipular é que às vezes ela procura diretamente as pessoas que estão passando por dificuldade financeira, que estão sem água, que estão violadas nos seus direitos fundamentais, e oferece a elas pequenas ajudas, né? (...) Isso também é uma estratégia que eu entendo que ela busca pra tentar silenciar e travar, porque muitas vezes a pessoa tem até receio, né? Falar, de divulgar, de contar a verdade e ela perder aquele benefício, uma vez que não é, de fato, benefício, né? É uma obrigação, né?! (Representante do movimento social da Comunidade II)

Os supostos beneficiados pela ação da mineradora são, em geral, colocados em situações de exposição, segundo representante do movimento social da Comunidade II:

(...) e dessa forma ela divulga, põe em televisão, põe foto, coloca a pessoa de uma certa forma, a mercê da empresa, tentando segurar, né? tentando manter aquela imagem, né? Que ela cuida; que ela, de fato, cuida; que ela, de fato, se preocupa. Que ela teria que não fornecer, mas as vezes a pessoa não entende, né? (Representante do movimento social da Comunidade II)

O domínio do território pela Vale apareceu ainda como forma de driblar possíveis imposições de reparação ambiental. Assim, a conservação das comunidades sob seu controle, cooptação das lideranças, silenciamento dos moradores seria mais favorável financeiramente para a empresa, como relata o representante do movimento social da Comunidade III:

(...) O objetivo da Vale ao dominar o território é exatamente escapar da reparação ambiental, porque é o caro. Já pensou se tivesse que indenizar os danos à saúde? Se tivesse que limpar toda a bacia do Rio Doce Retirar os sessenta bilhões de toneladas de registro que tão ainda no leito daquele rio, o que porque o que não tá no rio tá no mar. Você já imaginou o que que eles teriam que pagar? (Representante do movimento social da Comunidade III)

Além disso, identificou-se também que a Vale exercia controle nas comunidades por meio de seus funcionários. Segundo o representante do movimento social da Comunidade III, esses seriam responsáveis por garantir a boa imagem da mineradora, e isso também se estendia aos seus familiares:

Um familiar seu trabalha na Vale, a família inteira tem que ficar calada. Se seu pai é funcionário da Vale, e você vai lá falar mal da Vale nas redes sociais, né? Eles vão chamar seu pai, e falar: “ó, manda a menina ficar calada, ou então você vai sair daqui”. Isso veio, foi relatado pra gente, né? (Representante do movimento social da Comunidade III)

Desta maneira, também foi possível relacionar o controle do território por meio da relação de poder e de trabalho, que se ramificava até o controle dos familiares. Adicionou-se a essa situação, também, como afirmou o representante do movimento social da Comunidade IV, a dependência da atividade minerária para essas comunidades e a influência política e econômica que ela possuía na região para articular e prejudicar os que se posicionavam de forma contrária:

Quando há alguma organização social, associação dos moradores, alguns moradores organizados pra enfrentar de alguma forma as violações, (...) sempre acontecia, de uma forma sorrateira, ameaçar alguém que estava ali naquela organização que dependia da mineração, aí não necessariamente da Vale. Às vezes, a pessoa não trabalhava na Vale; trabalhava na outra mineradora. Só que essas mineradoras fazem parte do mesmo sistema. (Representante do movimento social da Comunidade IV)

Do ponto de vista de lideranças comunitárias, a Vale associava no cotidiano das suas ações, economia e risco; e encobria essa situação com o discurso da sustentabilidade e de DS. Esse discurso era o contrário do que foi identificado nos documentos oficiais da empresa; onde estavam relacionados de modo enfático o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental, a responsabilidade social, a sustentabilidade e DS.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve por objetivo explicitar o modo como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou o risco de rompimento da barragem em Brumadinho. Nesse processo de pesquisa e de reflexão, deixamo-nos guiar pelos conceitos estruturantes - como o desenvolvimento sustentável, risco social e ambiental - e pelo recurso metodológico da análise crítica do discurso.

Buscamos conhecer a literatura sobre desenvolvimento sustentável que se reporta, particularmente, ao setor de mineração, para estabelecer um paralelo crítico entre práticas discursivas e os impactos sociais e ambientais gerados pela empresa; contextualizamos as estratégias de desenvolvimento sustentável da Vale, problematizando os conflitos socioambientais existentes em consequência da exploração mineral; analisamos o discurso da mineradora Vale como uma estratégia de desenvolvimento sustentável; e identificamos seus reais interesses e motivações por meio da análise comparativa do discurso da empresa e o da comunidade envolvida e atingida (direta e indiretamente) pelo rompimento da barragem.

Esta pesquisa adotou a Análise Crítica do Discurso, não só como escolha teórica, mas também como método para realização de análise socioprática. Assim, o exame dos sentidos dos discursos foi realizado com base na consideração de seus contextos e relações com o DS. Desse modo, foram consideradas as conexões de discursos, ou intertextualidade, com base no entendimento de Fairclough e Wodak (1997) de que não há como produzir discurso sem contexto e que, sem contexto, também não é possível sua compreensão. Dessa forma, buscamos refletir sobre o modo como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou os riscos gerados pelos seus processos produtivos, que levaram particularmente ao rompimento da barragem em Brumadinho.

Identificamos que, além de representar uma série de impactos negativos sociais e ambientais inerentes da mineração, a Vale usa o poder do capital e do discurso, especialmente dos conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável, para construir uma imagem de empresa ambientalmente responsável e sustentável. Assim, ela desenvolve a capacidade de exercer controle sobre os atos e representações sociais, de sujeitos públicos e privados, por meio da produção de textos e discursos com o objetivo de moldar, produzir sentidos, conceitos, opiniões e posições de caráter individual e coletivo.

A Vale utiliza uma multiplicidade de ferramentas de comunicação para reproduzir seu discurso e direcioná-lo a cada grupo de interesse conforme a necessidade da

empresa. Isso a coloca em uma posição privilegiada para produzir discursos públicos influentes em diversos canais; e para controlar subjetividades e as ações de atores e sujeitos coletivos relevantes – sujeitos da regulação e da fiscalização das suas próprias ações. Além da posição privilegiada para produzir discurso, a análise desta pesquisa apontou também que a empresa se utiliza do constrangimento e da ameaça para cooptar atores da sociedade e da política para validar ou se colocar em posição de omissão ao desastre diante dos riscos de suas operações.

O discurso de DS da Vale esteve presente, há muito, nos documentos oficiais da empresa; porém ele passa a ser utilizado de modo mais enfático nos anos posteriores aos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho. Observamos que o discurso de DS foi utilizado para recuperar a confiança da empresa perante a sociedade e para tranquilizar o mercado. Assim, para construir e legitimar esse discurso, a mineradora se utilizou dos seguintes elementos retóricos e comunicativos: abertura ao diálogo com as comunidades; assunção pública de compromissos com a transparência das informações; compartilhamento de valor entre a empresa e a comunidade; prioridade da vida; desejo de mudança por uma mineração melhor e humanização da empresa.

Ao fazer um paralelo desses elementos com os relatos das organizações da sociedade civil por meio da interdiscursividade, identificou-se um forte contraponto entre o discurso dos representantes da empresa; e as falas do morador, funcionário ou ex-funcionário da Vale. Na referida relação, frequentemente, como denunciado pelo sujeitos individuais e coletivos do entorno da Vale; a empresa, em tom aparentemente humilde transforma discursivamente, críticas, queixas, desejos e denúncia em aparentes compromissos. Publicamente ela diz, ou escreve, exatamente aquilo que se quer ouvir, ou ler. Assim, ela já se direciona, “voluntariamente” e estrategicamente, para o lugar e posição sobre a qual, publicamente, certamente será apontada e cobrada.

Nos discursos da empresa analisados e, em certa medida, de indivíduos e organizações sociais; os conceitos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável são utilizados quase sempre como equivalentes. No discurso empresarial, ele ganha um sentido, sobretudo, de equilíbrio econômico no sentido de perenidade dos negócios e, particularmente, no ano em que ocorrem os rompimentos das barragens, as dimensões social e ambiental são incorporadas (2015 e 2019) retoricamente de modo a justificar e legitimar os esforços empreendidos pela empresa. À medida que o discurso se afasta temporalmente da data da tragédia, se percebe um deslocamento: o retorno do discurso de DS para o campo mais estrito da sustentabilidade empresarial, ou seja, sua dimensão propriamente econômica.

Desse modo, nas situações pós-crise, após a recuperação do discurso de confiança, fundamentada e expressa no discurso de DS, observa-se uma ruptura ou afastamento das questões de segurança e da forma de operar da mineradora. Exemplo disso foi a postura da empresa diante da elevação significativa do valor de mercado no ano de 2017. No relatório deste ano, publicado em 2018 - menos de um ano antes do rompimento da barragem de Brumadinho - a mensagem do Diretor-Presidente utilizou o termo sustentabilidade com foco na produção e maximização dos lucros, sugerindo a implementação de um processo de trabalho além dos limites da própria unidade.

As considerações da Vale em relação aos riscos de suas atividades estavam influenciadas, determinadas, predominantemente, por seus interesses econômicos. Assim, entre a opção de paralisar atividades para preservar as vidas de seus funcionários e a manutenção das operações, e a de continuar os processos produtivos em condições de risco para não reduzir seus lucros; a empresa optou pela segunda. Dessa forma, a Vale assumiu o risco envolvido na decisão de produzir além de sua capacidade, e produzir os efeitos negativos para o meio ambiente e para a sociedade.

Constatou-se que as estratégias empresariais da Vale, inerentes ao desenvolvimento econômico orientado para o “progresso”, para o “desenvolvimento”, utilizaram o DS para legitimar a geração de riqueza e ocultar os riscos sociais e ambientais advindos de sua operação. Adicionalmente, o rompimento da barragem de Brumadinho não foi só resultado das escolhas feitas em relação a aplicação do conhecimento técnico-científico ao processo produtivo, mas também dos cortes de custos para elevar os resultados financeiros da mineradora; que fragilizaram os cuidados com a segurança da estrutura e expuseram as comunidades e o meio ambiente aos riscos.

O DS da Vale é tão genérico, contraditório e fantasmagórico; quanto a noção de DS apresentada por Nobre (2002) face à natureza dos impactos sociais e ambientais provocados nos territórios que ela explora em razão do aumento da lucratividade da empresa. A mineradora se beneficia da vaguidão e imprecisão desse conceito e o utiliza para fazer referência do seu “progresso econômico”; colocando as questões sociais e ambientais subentendidas nesse processo; mas ignorando-as na prática e ocultando-as. Dessa forma, a Vale utiliza o DS para ampliar o seu processo de acumulação e ocultar a exploração socioambiental agressiva e os riscos atrelados a ela.

A Vale faz uso do termo DS, mesmo diante dos impactos sociais e ambientais gerados no processo de acumulação. Orientado para a maximização dos resultados econômicos, fica evidenciada a contradição do discurso do DS que, conforme Nobre (2002), expressa

contradições próprias da produção capitalista. O discurso empresarial, assim, aparece como um mecanismo que ameniza a exploração, destruição e alienação, próprias desse sistema.

Levantamentos realizados sobre os impactos da operação da Vale em vários contextos e países, responsabilizam a empresa pela precarização e risco no ambiente de trabalho, contaminação ou intoxicação por substâncias nocivas e poluição do solo e de recursos hídricos. Outrossim, em meio ao discurso social e ambientalmente correto; apontam-se também danos à saúde, acidentes, alcoolismo, desnutrição, doenças não transmissíveis ou crônicas, insegurança alimentar, piora na qualidade de vida, suicídio, violência e ameaça para aqueles que vivem nas áreas atingidas.

Observou-se também a grande capacidade econômica e política da empresa, em virtude da dependência gerada pelos recursos provenientes de suas atividades, de influenciar a sociedade e o poder público, de modo a controlar territórios e produzir uma regulação a seu favor. Dessa forma, ela consegue influenciar uma teia de atores em função de seus interesses, e agregar ao seu discurso elementos simbólicos e político administrativos resultantes dessa influência – o que termina por converter-se em um poderoso mecanismo de legitimação.

Prova disso é que menos de um mês após a tragédia do rompimento da barragem de Mariana, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais aprovou o projeto de Lei nº 2.946/15, que flexibilizou o licenciamento ambiental. Tempos depois, essa flexibilização é aplicada à barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que viria a se romper em janeiro de 2019 e liberar mais de 12 milhões de rejeitos, matando 262 pessoas e deixando 8 desaparecidas.

Segundo Beck (2010) e Giddens (2000), a produção industrial é acompanhada pela produção social de riscos. Assim, os rompimentos de Mariana e Brumadinho não foram acidentes. As tragédias foram resultado do aumento do risco em função da degradação ambiental, provocada pela extração mineral predatória. Segundo Beck (2010), as constatações dos riscos não decorrem só de possibilidades matemáticas; mas, também, do ponto de vista do interessado, aqui representado pela Vale, do interesse econômico, consubstanciado na intenção de desviar os riscos que afetem seu desempenho financeiro.

Fundamentalmente, a empresa desenvolve suas atividades dissimulando-as de boas práticas ecológicas, porém, sua lógica da exploração é destrutiva. Assim, as ações ambientais promovidas pela empresa são diminutas diante dos problemas de elevadas proporções que a mineradora gera. Algumas dessas intervenções são, inclusive, meramente instrumentais. São destinadas a produzir imagens e documentos para ampla divulgação, no sentido de promover auxílio para criação de uma reputação desta Vale que supostamente promoveria o DS.

A preocupação ambiental da Vale é uma construção discursiva criada artificialmente por meio de ações de pequenas compensações ou dissimulações de ações ambientais, sempre com caráter pontual. Não foi possível identificar equilíbrio entre a exploração mineral e a preservação dos recursos naturais na experiência analisada. Os impactos causados pela empresa são administrados paliativamente, gerando, inclusive, dependência entre a mineradora e a comunidade. O poder econômico e político que a Vale tem é empreendido para produzir verdade na construção do seu discurso de DS e para ocultar os riscos sociais e ambientais de seu empreendimento. Também foi possível perceber que a mineradora empreende permanentemente lutas pelo controle do território, envolvendo o poder público, lideranças comunitárias e pessoas influentes – o que é conceituado por um dos movimentos sociais citados como captura corporativa. Esse domínio aparece ainda como forma de driblar possíveis imposições de reparação ambiental.

O discurso de segurança, saúde e bem-estar na vida das pessoas faz parte da dimensão social do discurso de DS da Vale. O Valor “a vida em primeiro lugar”, que era propagado pela empresa e reproduzido pelos funcionários, constituído como um “valor organizacional”, funcionava como uma “cortina de fumaça”, levando em conta as incontáveis situações de expropriação e de risco gerados. Identificou-se, também, que além da publicidade da mineradora, esse discurso se difundia com base na negação do risco, no uso do respaldo dos órgãos públicos, na abstenção do debate e na isenção de responsabilidade quanto ao rompimento da barragem de Mariana. Mas, afinal, como o discurso de desenvolvimento sustentável da Vale S.A. ocultou ou minimizou o risco de rompimento da barragem em Brumadinho? Usando a poderosa arma discursiva da sustentabilidade, que não só escamoteou seus impactos negativos advindos da exploração social e ambiental, como também ampliou os riscos à medida que aumentava a riqueza da corporação.

Este estudo, traz elementos e subsídios para uma análise da realidade social envolvendo a relação entre risco e DS empresarial de forma a possibilitar interpretação de fenômenos corporativos com a utilização teórica e analítica da análise crítica do discurso. Além disso, contribui para os estudos da Administração ao trazer um olhar mais amplo no sentido de, não apenas considerar as estratégias e práticas das corporações; mas, também, o seu impacto social e ambiental e as percepções das populações impactadas por suas ações.

Muitos são os tópicos e questões a serem aprofundadas em um tema como este aqui abordado, notadamente no campo da Gestão e da Administração; nos quais, por vezes, o discurso empresarial sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável da empresa é suficiente para encantar e encher os olhos dos desavisados. O contraponto entre o discurso

oficial da Vale e o da crítica dos sujeitos coletivos traz pistas do quão complexas são a crise e a problemática ambiental nos tempos de hoje, mas talvez não seja suficiente para desvelar porias, contradições, convergências e conflitos entre economia e ambiente em tempos de globalização do risco. Assim, sugere-se para pesquisas futuras a discussão do papel do Estado frente ao mercado autorregulador dos processos de externalidades e à expansão da exploração das grandes organizações.

## REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Brasil). **Relatório de segurança de barragens 2019** / Agência Nacional de Águas e Saneamento básico. Brasília: ANA, 2020.

ALMEIDA, A. B. Risco e gestão do risco: questões filosóficas subjacentes ao modelo técnico conceptual. *Territorium, Revista da Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança*, n. 18, p. 23-31, 2011.

ANDRADE, J. C.; RIBEIRO, M. T.; GOES M de F.; VARGENS, E. **Conflitos e riscos socioambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais**. *RAP Rio de Janeiro* 37(2):459-76, Mar./Abr. 2003

ARAUJO, E. R.; FERNANDES, F. R. C. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. **Conflitos Ambientais na Indústria Mineira e Metalúrgica: o passado e o presente**, p. 65–88, 2016.

ARAUJO, E. R.; OLIVERI, R. D.; FERNANDES, F. R. C. Atividade mineradora gera riqueza e impactos negativos nas comunidades e no meio ambiente. In: FERNANDES, F. R. C.; ALAMINO, R. de C. J.; ARAUJO, E. R. (Eds.). **Recursos Minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos**. Centro de Tecnologia Mineral; Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI. 392p., 2014.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade da Vale**. [s.1.: AIAAV], 2012. Disponível em: <<https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2012/06/relatorio-insustentabilidade-vale-2012-final1.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS PELA VALE. **Relatório de Insustentabilidade da Vale**. [s.1.: AIAAV], 2015. Disponível em: <<https://atingidospelavale.wordpress.com/2015/04/16/leia-relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2015/>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

ÁVILA, J. A disposição de rejeitos sem barragens. **VII Congresso Brasileiro de Geotecnia Ambiental - REGEO**, 2011.

BANERJEE, S. B. *Who sustains whose development? Sustainable development and reinvention of nature*. *Organization Studies*, v. 24, n. 1, p. 143-180, 2003.

BECHLER, Reinaldo Guilherme; RIBEIRO, Rosiane. (Des)Caminhos da Mineração em Brumadinho: presente, passados e futuros [Debate]. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 548 - 559, jan./abr. 2019. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180311262019548>

BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: 34, 2010.

BLOWFIELD, M; FRYNAS, J.G. *Setting New Agendas –critical perspectives on corporate social responsibility in the developing world. International Affairs*, v. 81 n. 3, p. 499–513. 2005.

BRANDÃO, Helena. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: UNICAMP. 1994.

BRASIL. Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. **Política Nacional de Segurança de Barragens**. Brasília, DF, 2010

CARVALHO, I; SCOTTO, G. **Conflitos Sócio-ambientais no Brasil**: projeto meio ambiente e democracia. IBASE, Rio de Janeiro, 1995, vol. 1

CHANG, H-J. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Unesp, 2002.

CLEGG, S. R. Tecnologia, instrumentalidade - e poder nas organizações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 5, p. 68-95, nov./dez. 1992.

COSTA, M. A.; ALMEIDA, L.F.; GUERRA, M de F.; GARCIA, J. P.; SANTOS, R. **Uma Investigação sobre a minero-dependência em Brumadinho-MG**: as metáforas do processo de formação e da dinâmica econômica local. Textos para Discussão/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Brasília: Ipea. Outubro de 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10292/1/td\\_2603.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10292/1/td_2603.pdf). Acesso em 19 set. 2021.

DEMAJOROVIC, Jacques. **Sociedade de Risco e Responsabilidade Socioambiental**: perspectivas para a educação corporativa. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ECCLES, R.; NOHRIA, N. *Beyond the hype*. Cambridge, Mass: Harvard Business Escola, 1993.

ESPINDOLA, H.; GUIMARÃES, D. História Ambiental dos Desastres: uma agenda necessária. **Revista Tempo e Argumento, Florianópolis**, v. 11, n. 26, p. 560 - 573, jan./abr. 2019.

**EXAME. Vale leva o título de pior empresa do mundo**. Revista Exame. 27 janeiro. 2012. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mundo/vale-leva-titulo-de-pior-empresa-do-mundo/>> Acesso em: 10 mar. 2020.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. London: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. *Discourse and social change*. Oxford and Cambridge: Polity Press and Blackwell, 1992.

FAIRCLOUGH, N., & WODAK, R. *Critical discourse analysis*. In T. A. van Dijk (Ed.) *Discourse as structure and process*. London: Sage, 2, pp. 258-284, 1997

FAIRCLOUGH, N. *Analysin Discourse: textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

FERNANDES, F. R. C.; ENRÍQUEZ, M. A. R. DA S.; ALAMINO, R. DE C. J. **Recursos Minerais e Sustentabilidade Territorial**: Vol. I Grandes Minas. v. I, p. 343, 2011.

FERNANDES, F.R.C., ARAUJO, E.R.. Mineração no Brasil: crescimento econômico e conflitos ambientais. In: **Conflitos ambientais na indústria mineira e metalúrgica...** Rio de Janeiro:CETEM/CICP, 2016, p.65-88.

FERNANDES, Francisco R.C.; LIMA, Maria Helena M.R.; TEIXEIRA, Nilo da S. (2007). **Grandes minas e comunidade**: algumas questões conceituais. Rio de Janeiro, CETEM/MCTI.

FIRPO, Marcelo (Coord. Geral) **Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental em Saúde no Brasil**. Pesquisa sob responsabilidade da Fundação Oswaldo Cruz e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; FASE, 2014. Disponível em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/> Acesso em: 20 out. de 2021.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Renato Machado. 26 ed. São Paulo: Graal, 2013.

FREITAS, C.; SILVA, M.; MENEZES, F. O Desastre na Barragem de Mineração da Samarco - fratura exposta dos limites do Brasil na redução de risco de desastres. **Revista Ciência e Cultura**. vol. 68 n. 3, p. 25-30, 2016. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252016000300010&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252016000300010&script=sci_arttext&tlng=en)> Acesso em: 05 nov. 2020.

GIARRACA, N. (2006). "Territorios en disputa: los bienes naturales en el centro de la escena". **Realidad Económica**, No. 217, pp. 51-68.

GIDDENS, A. **Conversas com Anthony Giddens**: o sentido da modernidade. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

GRANT, D.; KEENOY, T.; OSWICK, C. *Introduction: Organizational discourse: Of diversity, dichotomy and multi-disciplinarity*. In D. Grant, T. Keenoy and C. Oswick (Eds.), **Discourse and organization**. London: Sage, 1998, pp. 1-13

GUEDES, G. B.; SCHNEIDER, C. L. Disposição De Rejeitos De Mineração : As Opções Tecnológicas Para a Redução Dos Riscos Em Barragens. **XXVII Encontro Nacional de Tratamento de Minérios e Metalurgia Extrativa**, p. 9, 2017.

HARDY, C.; PHILLIPS, N. *Strategies of engagement: Lessons from the critical examination of collaboration and conflict in...*

HARDY, C.; Palmer, I.; Phillips, N. *Discourse as a strategic resource*. **HUMAN RELATIONS**, vol. 53 n. 9, 2000.

ICOLD.**Tailings Dams: Risk of Dangerous Occurrences: Lessons Learnt from Practical Experiences**. Paris: BULletin, 2014.

ILLICH, I. **Necessidades**. In: Sachs, W. (Ed.) Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes p. 155-172, 2000.

INTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Informações sobre a Economia Mineral do Estado de Minas Gerais**, 2014. Disponível em:

<http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00004355.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

INTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Panorama de Mineração em Minas Gerais**. Brasília: IBRAM, 2015.

INTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. **Relatório Anual de Atividades julho de 2018 – junho 2019**. Disponível em: <<http://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2019/07/relatorio-anaul-2018-2019.pdf>> Acesso em 07 mar. 2020.

JACOBS, M. Sustainable Development, capital substitution and economic humility: a response to Beckerman. **Environmental Values**, v. 4, n.1, 1995.

LARUCCIA, M. *Sustainability strategies: when does it pay to be green?* **Revista de Administração Contemporânea**, v. 16, n.1, p. 172-174, 2012.

LASCHEFSKI, K. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho (MG): : Desastres como meio de acumulação por despossessão AMBIENTES. Volume 2, Número 1, 2020, pp. 98-143. ISSN: 2674-6816.

LEBRUN, G. **O que é poder**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LEFF, E. **Economia, capital e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

LÉLÉ, S. *Sustainable Development: a critical review*. **World Development**, v. 19, n. 6, 1991.

LIMA, G. O debate da sustentabilidade na sociedade insustentável. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 13, p. 201-222, set. 1997.

LYRA, M.; GOMES, R.; JACOVINE L. A. O papel dos stakeholders na sustentabilidade da empresa: contribuições para construção de um modelo de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 13, p. 39-52, 2009. Edição especial.

MAINGUENEAU, D. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: mineração no Brasil: Para quê? Para quem? Rio de Janeiro: Federação de órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, 2012. 162p. Acesso em: 13 de jan. de 2020.

MOLL, P. *From Scarcity to Sustainability. Future studies and the environment: the role of the Club of Rome*. Frankfurt, Nova York, Paris: Peter Lang, 1991.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. O lucro não vale a vida: análise MAB sobre o crime da Vale em Brumadinho. **REVISTA MAB**, São Paulo. fev. de 2019

NOBRE, M. Desenvolvimento Sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de C. (Org.). **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

O'RIORDAN, T. *The Politics of Sustainability*. In: TURNER, R. K. (Org.). *Sustainable environmental economics and management. Principles and practices*. Londres, Nova York: Belhaven, 1993.

OLIVO, V. M.; MISOCZKY, M. C. As estratégias discursivas presentes na origem do referencial para o desenvolvimento sustentável: uma análise crítica do Relatório de Brundtland. In: **ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**, 27., 2003, Atibaia. Anais... [Rio de Janeiro]: ANPAD, 2003. 1 CD-ROM. Área e número: POP 1757

PAFFARINI, J. *A brazilian outlook on the (un)sustainable development of corporate capitalism*. **Revista Jurídica - Unicuritiba**, Curitiba, v. 03, n. 48, p. 35-53, 2017.

PETRAS, J. Brasil: **o capitalismo extrativo e o grande salto para trás**. Tensões Mundiais, Fortaleza, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.

PHILLIPS, N.; HARDY, C. *Discourse Analysis*. Londres: Sage Publications, 2002.

POTTER, J., & WETHERELL, M. *Discourse and social psychology: Beyond attitudes and behaviour*. London: Sage, 1987.

REZENDE, V. L. A mineração em Minas Gerais: uma análise de sua expansão e os impactos ambientais e sociais causados por décadas de exploração. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 28, n. 3, p. 375-384, 2016.

SÁ, D. G.; REIS, J. R. F. **Neoliberalismo e privatização na era FHC (1995-2002)**. EPSJV, 2018.

SACHS, Ignacy. **Rumo à Ecosocioeconomia**. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, E; FADUL, E. As sociedades Contemporâneas e a Gestão Pública do Risco. **Revista O&S**. v. 15, n. 45 abr./jun. 2018.

SANTOS, F. S.; MORAIS, G. M.; GONÇALVES, C. A.; DIAS, A. T. Catástrofes na indústria de mineração: comportamentos executivos e a relação de poder entre mineradoras, o estado e a sociedade como fatores disruptivos do caos. *Brazilian Journal of Development*. v. 6, n. 5 , p.31461-31478, mai. 2020.

SCOTTO, G. *Revista Latinoamericana de Estudios Socioambientales* n.14, set .de 2013.

SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE. **Rompimento das barragens da Vale em Brumadinho**. Caderno 01ano, 2020.

SOUZA, M. T.; RIBEIRO, H. C. Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 17, n. 3, p. 368-396, 2013.

STRAUSS, S; CORBIN, J. **Pesquisa Qualitativa**: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. Porto Alegre: Artmed. 2008.  
structure and process. London: Sage, 1997a, 1, pp. 1-34.

THOMÉ, R.; RIBEIRO, L. G. G. a Descaracterização De Barragens De Rejeito E O Plano De Fechamento De Mina Como Instrumentos De Mitigação De Riscos Na Mineração. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 16, n. 35, p. 63, 2019. UNICAMP. 1993.

VALE. **FactSheet**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em:  
<<http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/factsheet/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 10 mar. 2020.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2015**. Rio de Janeiro, 2016.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. Rio de Janeiro, 2017.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. Rio de Janeiro, 2018.

VALE. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. Rio de Janeiro, 2019.

VAN DIJK, T. A. Discourse as interaction in society. In T. A. van Dijk (Ed.),

VAN DIJK, T. A. The study of discourse. In T. A. van Dijk (Ed.), Discourse as structure and process. London: Sage, 1997b, 2, pp. 1-37

VAN DIJK, T. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Contexto. 2000.

VILLELA R. População, território e recursos minerais: riscos e impactos socioambientais associados à mineração industrial no Brasil. Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Poços de Caldas/MG – Brasil, de 25 a 28 de setembro de 2018.  
<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/42/showToc> Acesso em: 01 dez 2019.

VIZEU, F.; MENEGUETTI, F.; SEIFERT, R. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 580-583, set. 2012.

WANDERLEY, L. Recursos minerais na Amazônia brasileira: impactos e perspectivas. In:

WODAK, R. **Discourse analysis: problems, findings, perspectives**. Text, v. 10, n. 1/2, p. 125-132, 1990.

ZHOURI, A.; SAMORA, V. Conflitos Ambientais e a Experiência de Mapeamento em Minas Gerais. In: MACHADO, C.; SANTOS, C.; ARAUJO, C.; PASSOS, W. (Org). **Conflitos ambientais e urbanos** – debates, lutas e desafios . Porto Alegre : Evangraf, 2013. 280 p.

ZHOURI, A. ;LASCHEFSKI, K. Introdução. In: ZHOURI, AndréaL., L.; LASCHEFSKI, Klemens A. (Orgs). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

## APÊNDICE A – Roteiro para entrevistas

### Metadados e orientações

Nome do  
entrevistado:

Data da  
entrevista: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Características socioeconômicas dos entrevistados:

#### Sociedade Civil Organizada

- Ocupação atual?
- Relação com a Vale
- Onde reside atualmente?
- Organização a qual pertence?
- Atuação da organização?

#### Funcionário

- Função exercida na Vale?
- Tempo de serviço na Vale?
- Onde reside atualmente?

### Questões para entrevista

#### FUNCIONÁRIOS DA VALE

1. Quais os impactos ambientais e sociais da atividade produtiva desenvolvida pela Vale em Mariana?
2. Na sua opinião, como é a relação do processo produtivo da Vale com o meio ambiente?
3. Como a Vale gerencia as informações referentes aos impactos socioambientais causados pelo seu processo de produção?
4. Como a Vale abordou (antes e depois do rompimento da barragem de Mariana) as questões de risco do seu processo produtivo com os funcionários?
5. Quais eram as estratégias de comunicação utilizadas pela Vale na relação com os funcionários acerca da segurança da estrutura de barragem?
6. A Vale costumava abordar com os seus funcionários, as questões de riscos em suas operações? Se sim, como?

7. Apesar dos sinais de instabilidade da estrutura da barragem B1 em Brumadinho, que foram constatadas nas diversas CPIs instauradas, qual a posição/discurso da Vale acerca da segurança de toda a instalação? Como era a repercussão deste discurso junto aos funcionários?
8. Quando os funcionários foram informados sobre o risco de rompimento da barragem B1? Houve algum alerta nesse sentido?
9. A Vale praticava algum tipo de coerção em suas relações cotidianas com os funcionários na condução das atividades da empresa? Se sim, qual e como?
10. Como você avalia a relação entre sustentabilidade na atividade exercida pela Vale e os riscos de rompimento da barragem de Brumadinho?
11. O que é risco na sua concepção?
12. O que é sustentabilidade empresarial para você?
13. Na sua opinião o que é sustentabilidade empresarial para a Vale?

### **REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA**

1. Quais os impactos ambientais e sociais da atividade produtiva desenvolvida pela Vale em Mariana?
2. Na sua opinião, como é a relação do processo produtivo da Vale com o meio ambiente?
3. Como a Vale gerencia as informações referentes aos impactos socioambientais causados pelo seu processo de produção?
4. Como a Vale abordou (antes e depois do rompimento da barragem de Mariana) as questões de risco do seu processo produtivo com a comunidade?
5. Quais eram as estratégias de comunicação utilizadas pela Vale na relação com a população acerca da segurança da estrutura de barragem?
6. A Vale costumava abordar com a população, as questões de riscos em suas operações? Se sim, como?
7. Apesar dos sinais de instabilidade da estrutura da barragem B1 em Brumadinho, que foram constatadas nas diversas CPIs instauradas, qual a posição/discurso da Vale acerca da segurança de toda a instalação? Como era a repercussão deste discurso junto à população?
8. Quando a população foi informada sobre o risco de rompimento da barragem B1? Houve algum alerta nesse sentido?
9. A Vale praticava algum tipo de coerção em suas relações cotidianas com a comunidade na condução das atividades da empresa? Se sim, qual e como?
10. Como você avalia a relação entre sustentabilidade na atividade exercida pela Vale e os riscos de rompimento da barragem de Brumadinho?
11. O que é risco na sua concepção?
12. O que é sustentabilidade empresarial para você?
13. Na sua opinião o que é sustentabilidade empresarial para a Vale?

---

***Perguntar se o entrevistado tem algo que gostaria de acrescentar.***

---

#### **Considerações finais:**

- Perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação aos assuntos abordados durante a entrevista.
- Perguntar se o entrevistado ficou com alguma dúvida.

---

**Finalização e agradecimento:**

- Agradecer a disponibilidade do entrevistado em fornecer as informações.
- Salientar que os resultados da pesquisa estarão à disposição dele e, se tiver interesse, deverá entrar em contato com o pesquisador.

## ANEXO A - Mecanismos de diálogo da Vale em 2015

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder Público e sociedade civil	Imprensa
Relatório 20-F, press releases, convocatórias e atas das AGA, relatórios trimestrais, formulários de referência	X	X					X
Visitas às operações	X	X			X	X	X
Encontros	X	X			X		
Correio eletrônico: <a href="mailto:rio@vale.com">rio@vale.com</a>	X						
Telefone +55 21 3485-3900 (Departamento de RI)	X						
Ouvidoria	X	X	X	X	X	X	
Área de investidores em <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>	X						
Aplicativo para iPad Vale Investors & Media – App Store	X						X
Campanhas		X	X		X		
Eventos especiais		X	X				
Pesquisas de satisfação		X					
Fale Conosco		X	X		X		
Informativos eletrônicos diários			X				
Informativo impresso mensal			X				
Jornais murais			X				
Intranet			X				
Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder Público e sociedade civil	Imprensa
Pesquisa Global do Empregado <sup>a</sup>			X				
Comitê de Comunicação			X				
Redes sociais			X		X		
Programas de intercâmbio				X			
Reuniões estruturadas e workshops colaborativos		X	X	X			
Portal Ariba <sup>b</sup>				X			X
Conference call		X	X	X			X
Telefones e e-mails		X	X	X			X
Área de fornecedores em <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>				X			
Comitês de interlocução					X		
Diagnósticos sociais					X		
Diagnósticos socioeconômicos					X		
Audiências públicas					X		
Processo de diálogo social					X		
Programa Encontro com Lideranças					X		
Publicação externa					X		
Alô Ferrovias					X		
Contato com equipe de Relações com a Comunidade					X		
Contato com demais áreas					X		
Participação em associações e entidades						X	
Participação em conferências, fóruns e debates						X	
Entrevistas						X	X
Sala de imprensa							X
Webcast							X
Visitas às redações							X
Rodas de conversa							X

## ANEXO B – Mecanismos de diálogo da Vale em 2016

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder Público e sociedade civil	Imprensa
Relatório 20-F, press releases, convocatórias e atas das Assembleias Gerais de Acionistas - (AGA), relatórios trimestrais, formulários de referência	X	X		X	X	X	X
Portal vale.com	X	X	X	X	X	X	X
Visitas às operações	X	X		X	X	X	X
Encontros	X	X	X	X	X	X	X
Correio eletrônico: rio@vale.com	X						
Telefone +55 21 3485-3900 (Departamento de RI)	X						
Ouvidoria	X	X	X	X	X	X	
Área de investidores em <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>	X						
Aplicativo para iPad Vale Investors & Media – App Store	X						X
Campanhas		X	X	X	X	X	
Eventos especiais		X	X	X			
Pesquisas de satisfação		X		X			
Fale conosco		X	X	X	X		
Informativos eletrônicos diários			X				
Informativo impresso mensal			X				
Jornais murais			X				
Intranet			X				
Pesquisa Global do Empregado <sup>7</sup>			X				
Comitê de Comunicação			X				
Redes sociais			X	X	X		
Reuniões estruturadas e workshops colaborativos		X	X	X	X	X	X
Portal do Fornecedor Vale (plataforma Nimbil) <sup>8</sup>				X		X	X
Vale Procurement Global Services <sup>9</sup>				X			
Conference call	X	X	X	X		X	X

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder Público e sociedade civil	Imprensa
Telefones e e-mails		X	X	X	X	X	X
Área de fornecedores em <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>				X			
Comitês de interlocução					X		
Diagnósticos sociais					X	X	
Diagnósticos socioeconômicos					X	X	
Audiências públicas			X		X	X	
Processo de diálogo social					X		
Programa Encontro com Lideranças					X		
Publicação externa					X	X	
Alô Ferrovias					X		
Contato com equipe de Relações com a Comunidade				X			
Contato com demais áreas				X			
Participação em associações e entidades				X	X	X	
Participação em conferências, fóruns e debates	X	X	X	X	X	X	X
Entrevistas			X	X		X	X
Sala de imprensa							X
Webcast	X			X	X		X
Visitas às redações							X
Rodas de conversa			X	X	X		X

## ANEXO C - Mecanismo de queixa e avaliação da Vale em 2017

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder público e sociedade	Imprensa
Relatório 20-F, press releases, convocatórias e atas das Assembleias Gerais de Acionistas (AGA), relatórios trimestrais e formulários de referência	●	●		●	●	●	●
Portal vale.com	●	●	●	●	●	●	●
Visitas às operações	●	●		●	●	●	●
Encontros	●	●	●	●	●	●	●
Correio eletrônico: rio@vale.com	●						
Telefone +55 21 3485-3900 (Departamento de RI)	●						
Ouvidoria	●	●	●	●	●	●	●
Área de investidores em www.vale.com	●						
Aplicativo para iPad Vale Investors & Media – App Store	●						●
Campanhas		●	●	●	●	●	
Eventos especiais		●	●	●			
Pesquisas de satisfação		●		●			
Fale conosco		●	●	●	●		
Informativos eletrônicos diários			●				
Informativo impresso mensal			●				
Jornais murais			●				
Intranet			●				
Pesquisa Global do Empregado <sup>1</sup>			●				
Comitê de Comunicação			●				
Redes sociais			●	●	●		
Reuniões estruturadas e <i>workshop</i> colaborativos		●	●	●	●	●	●

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder público e sociedade	Imprensa
Portal do Fornecedor Vale (plataforma Nimbi) <sup>8</sup>				●		●	●
Vale Procurement Global Services <sup>8</sup>				●			
Conference call	●	●	●	●		●	●
Telefones e e-mails		●	●	●	●	●	●
Área de fornecedores em www.vale.com				●			
Comitês de interlocução					●		
Diagnósticos socioeconômicos					●	●	
Audiências públicas				●	●	●	
Processo de diálogo social					●		
Programa Encontro com Lideranças					●		
Publicação externa					●	●	
Alô Ferrovias					●		
Contato com equipe de Relações com a Comunidade				●	●	●	
Contato com demais áreas				●			
Participação em associações e entidades				●	●	●	
Participação em conferências, fóruns e debates	●	●	●	●	●	●	●
Entrevistas			●	●		●	●
Sala de imprensa							●
Webcast	●			●	●		●
Visitas às redações							●
Rodas de conversa			●	●	●		●

## ANEXO D – Mecanismos de diálogo e escuta da Vale em 2018

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder público e sociedade	Imprensa
Relatório 20-F, press releases, convocatórias e atas das Assembleias Gerais de Acionistas (AGA), relatórios trimestrais e formulários de referência	●	●	●	●	●	●	●
Portal <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>	●	●	●	●	●	●	●
Visitas às operações	●	●		●	●	●	●
Correio eletrônico: <a href="mailto:vale.ri@vale.com">vale.ri@vale.com</a>	●						
Telefone +55 21 3485-3900 (Departamento de RI)	●						
Ouvidoria	●	●	●	●	●	●	●
Área de investidores em <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>	●						
Aplicativo para iPad Vale Investors & Media – App Store	●						●
Pesquisas de satisfação		●		●			
Fale conosco		●	●	●	●		
Informativos eletrônicos de comunicação com empregados			●				
Intranet			●				
Pesquisa Global do Empregado <sup>1</sup>			●				
Comitê de Comunicação			●				
Redes sociais			●	●	●		
Reuniões estruturadas e workshops colaborativos		●	●	●	●	●	●
Portal do Fornecedor Vale (plataforma Nimbli) <sup>2</sup>				●		●	●
Vale Procurement Global Services <sup>3</sup>				●			
Conference call	●	●	●	●		●	●
Telefones e e-mails		●	●	●	●	●	●
Área de fornecedores em <a href="http://www.vale.com">www.vale.com</a>				●			
Comitês de interlocução					●		
Diagnósticos socioeconômicos					●	●	
Audiências públicas				●	●	●	

Canais	Públicos (stakeholders)						
	Acionistas, debenturistas e investidores	Clientes	Empregados	Fornecedores	Comunidades	Poder público e sociedade	Imprensa
Processo de diálogo social					●		
Programa Encontro com Lideranças					●	●	
Publicação externa					●	●	
Alô Ferrovias					●		
Contato com equipe de Relações com a Comunidade				●	●	●	
Contato com demais áreas				●			
Participação em associações e entidades				●	●	●	
Participação em conferências, fóruns e debates	●	●	●	●	●	●	●
Entrevistas à imprensa			●	●		●	●
Sala de imprensa	●						●
Webcast				●	●		●
Visitas às redações							●
Rodas de conversa			●	●	●		●